

CÁSSIA REGINA TOMANIN

FOTOGRAFIAS DA FALA DE ALTO ARAGUAIA - MT

Dissertação apresentada ao curso de Lingüística do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Lingüística.

Orientadora: Prof.^a Dra. Tânia Maria Alkmim

UNICAMP
Instituto de Estudos da Linguagem
2003

Banca Examinadora

Doutora Tânia Maria Alkmim (orientadora)

Doutora Anna Christina Bentes da Silva

Doutora Maria Laura Trindade Mayrink-Sabinson

Doutor Jonas de Araújo Romualdo (suplente)

Dedicatória

Ao meu pai,
que não teve tempo de ver este trabalho concluído e
à minha filhinha,
razão de quase tudo.

Agradecimentos

Somente quem já passou pela felicidade e pelas angústias de uma pós-graduação sabe o quanto é importante a ajuda de outras pessoas, ajuda teórica, metodológica, psicológica, financeira, enfim, é praticamente impossível realizar uma tarefa como esta que agora se conclui sem contar com muitas pessoas. Assim, não poderia deixar de agradecer aqueles que, de uma forma ou de outra, tornaram-se parte deste trabalho.

Agradeço primeiramente à Tânia, minha orientadora, principal responsável pela realização deste.

À banca de qualificação: Professoras Anna Christina e Maria Laura, pelas brilhantes observações sobre este trabalho.

Aos professores do IEL, sobretudo àqueles dos quais fui aluna, Angel Corbera, Ingedore Koch, Rodolfo Ilari, Sírio Possenti, Maria Luiza Braga, Wanderley Geraldi e Edson Francoso, que mostram a cada aula porque o IEL é considerado um centro de excelência.

À minha família, pela paciência, confiança e apoio incondicionais.

Às melhores colegas de mestrado e que se tornaram muito mais do que isso, às amigas Adriana e Maria Luiza, por todos os obstáculos que me ajudaram a transpor e ao grande amigo Reginaldo, por tantas coisas...

Aos colaboradores e amigos de Alto Araguaia (em ordem meramente alfabética): Carlinho, Edileusa, Flávio, Gislaine, José Márcio, João Cleito, Letícia, Rahner, Roberto, Valéria e Wellington, pela atenção com meu trabalho e pelo apoio emocional, e principalmente ao Quim, por reunir todas as qualidades necessárias nas horas em que mais precisei.

Aos Coordenadores do Câmpus de Alto Araguaia, Romair e depois professor Milton Chicalé, pelo empenho e confiança que me dedicaram.

Aos colegas da UNEMAT, pela contribuição constante.

À UNEMAT pelo incentivo à qualificação de seus profissionais.

À Capes pelo auxílio financeiro.

Por último, mas não menos importante, aos informantes, sem os quais nada haveria aqui.

SUMÁRIO

I- INTRODUÇÃO	13
1.1. APRESENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA	13
1.2. A REGIÃO ESCOLHIDA	18
1.3. ALGUNS ESTUDOS ANTERIORES	23
1.4. O DESENVOLVIMENTO DESTE TRABALHO	29
1.4.1. OS INFORMANTES	30
1.4.2. A COLETA DE DADOS	35
1.4.3- DESCRIÇÃO DOS DADOS	36
1.4.4 - BALANÇO	37
II - A DESCRIÇÃO	41
PARTE A - FONÉTICA	41
A.1. AUSÊNCIA DO [R] EM FINAL TÔNICO	41
A.2. PRESENÇA DE VOGAL APÓS CONSOANTE MUDA	47
A.3- REDUÇÃO DE VOGAIS ÁTONAS FINAIS	50
A.4. APAGAMENTO DA SEMIVOGAL EM DITONGOS DECRESCENTES	52
A.5. <i>DESPROPAROXITONIZAÇÃO</i>	64
A.6. ABERTURA DAS PRÉ-TÔNICAS	69
A.7. AUSÊNCIA DE TRAÇO NASAL EM FINAL ÁTONO	73
A.8. DITONGAÇÃO ANTES DE [S] EM SÍLABAS FINAIS TÔNICAS	75
A.9. ASSIMILAÇÃO DO [D] NA SEQÜÊNCIA [ND]	78
A.10.- AUSÊNCIA DA VOGAL [U] EM DITONGOS FINAIS	79
A.11. AUSÊNCIA DA VOGAL ÁTONA INICIAL	81
A.12. ALTERNÂNCIA ENTRE [L] E [R] EM GRUPOS CONSONANTAIS	83
A.13. DITONGAÇÃO POR REDUÇÃO DE HIATO	84
A.14 EPÊNTESE	85
PARTE II- MORFO-SINTAXE	87
B.1- MIM COMO SUJEITO DE ORAÇÕES INFINITIVAS	87
B.2. ARTIGO DEFINIDO ANTES DE ANTROPÔNIMOS	89
B.3. ARTIGO DEFINIDO ANTES DE POSSESSIVOS	91
B.4. AS RELATIVAS	93
B.5. ALTERNÂNCIA ENTRE OS PRONOMES DE 2. ^a E 3. ^a PESSOAS – TE/VOCÊ	96
B.6. A PRÓCLISE	97
B.7. VERBO “TER” IMPESSOAL	100
B.8. O OBJETO DIRETO	102
B.9. APAGAMENTO DO SE	109
B.10. FLEXÃO NOMINAL	113
B.11. FLEXÃO VERBAL	119
B.12. TEMPOS VERBAIS –	131
B.13- O SUFIXO DE DIMINUTIVO	139
B.14. A COMPOSIÇÃO DE PERÍODOS	141

	10
B.15. A ALTERNÂNCIA ENTRE <i>NÓS</i> E <i>A GENTE</i>	151
B.16. PRONOME INDEFINIDO APÓS SUBSTANTIVO	159
B.17. TOPICALIZAÇÃO - PRONOME LEMBRETE	161
<u>IV – SINTETIZANDO</u>	<u>165</u>
4.A. FENÔMENOS FONÉTICOS	167
4.A.1. CONSERVADORES	167
4.A.2. INOVADORES	169
4.B. FENÔMENOS GRAMATICAI	171
4.B.1. CONSERVADORES	171
4.B.2. INOVADORES	174
<u>V- CONSIDERAÇÕES FINAIS</u>	<u>181</u>
<u>VI- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</u>	<u>189</u>
<u>VI – ANEXOS</u>	<u>195</u>

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo principal a descrição da fala de Alto Araguaia, pequeno município do interior mato-grossense situado na divisa com o Estado de Goiás. Tal município tem recebido, desde sua fundação até os dias atuais, migrantes das mais diversas regiões do país. A constituição heterogênea da população araguaieense provoca na comunidade o surgimento de uma variedade lingüística que apresenta traços fonéticos e gramaticais de várias regiões do país. Um outro ponto objetivado aqui é a comparação dos fenômenos registrados na fala de Alto Araguaia com os que ocorrem em outras localidades brasileiras, com o intuito de que seja observada a semelhança/diferença entre as diferentes comunidades. A maioria dos fenômenos lingüísticos aqui apresentados, tanto os de natureza fonética quanto os de natureza morfológica ou sintática encontram-se em variação. Grande parte daqueles que são produzidos de forma sistemática ocorre, de forma variável ou sistemática, praticamente em todo o território nacional. Foi verificado ainda que o fator externo origem não se mostra influente na fala araguaieense, ou seja, os traços lingüísticos de regiões como o nordeste e o sul estão dissolvidos na fala local. O principal fator externo que pode ser responsabilizado pela variação é a escolaridade, que influencia tanto na produção de fenômenos fonéticos quanto gramaticais.

Palavras-chaves: fala, fenômeno, sistemático e variável.

I- INTRODUÇÃO

1.1. APRESENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA

O trabalho que ora se inicia tem como principal objetivo estar contribuindo para o conhecimento efetivo do português brasileiro, conforme solicitou Amadeu Amaral há quase um século “Fala-se muito num dialeto brasileiro (...) entretanto, até hoje não se sabe ao certo em que consiste semelhante dialeção.” (AMARAL, 1920, p.43).

Muito tempo se passou desde que Amaral chamou a atenção para a questão da carência de trabalhos de descrição do português falado no Brasil e ainda hoje, apesar do grande número de trabalhos publicados durante este século, não se pode dizer que as variedades lingüísticas existentes em nosso país sejam conhecidas, ou seja, ainda não se pode dizer em que consiste realmente o português do Brasil, em toda sua extensão e multiplicidade.

Se em todo o território nacional há vários tipos de empecilhos que dificultam a execução de trabalhos de descrição lingüística, a escassez dessas pesquisas é ainda mais acentuada nas regiões do interior do país, como é o caso do Estado de Mato Grosso, cuja extensão territorial é um dos obstáculos que impede que seja conhecida e divulgada sua imensa diversidade cultural e lingüística, diversidade esta que decorre, principalmente, do movimento migratório que se processou diferentemente em cada região.

Alguns trabalhos, conforme se pode ver no item 1.3, têm mostrado a pluralidade cultural e lingüística existente em Mato Grosso. Cada uma das localidades ou micro-regiões, mesmo próximas geograficamente, apresenta diferenças entre si, dado ao contexto histórico, político, geográfico único em cada lugar.

Frente à impossibilidade de se poder considerar o Estado de Mato Grosso como um bloco lingüístico uniforme, para que seja efetivamente conhecida a realidade lingüística

mato-grossense é necessário que se proceda a descrições lingüísticas de regiões menores, já que um trabalho de âmbito estadual estaria necessariamente obrigado a generalizações que impediriam a observação e análise de alguns pormenores regionais que além de caracterizarem as comunidades permitem que se conheça e se compreenda o comportamento lingüístico das variedades existentes na região.

Pesquisas lingüísticas em pequenas regiões são defendidas por Amaral, que acredita que esta forma de trabalho tem um papel muito importante em relação ao mapeamento do português brasileiro:

Teríamos assim um grande número de pequenas contribuições, restrictas em volume e em pretensão, mas que na sua simplicidade modesta, escoreita e séria prestariam muito maior serviço do que certos trabalhos mais ou menos vastos. (AMARAL, 1920, p.15)

No contexto do Estado de Mato Grosso este trabalho representa mais um pequeno passo de uma longa caminhada que está por se fazer, até que se registrem as variedades lingüísticas existentes numa região tão vasta e tão diversificada.

Assim, a descrição de alguns aspectos fonéticos e gramaticais do município de Alto Araguaia pode ser considerada a primeira etapa de estudos futuros; nesse sentido, não representa um caráter conclusivo, configura-se como subsídio para futuros trabalhos de pesquisa, assim como foi feito no início do século:

Nosso trabalho não é para a geração atual, daqui a cem anos os estudiosos encontrarão nele uma fotografia do estado de língua e neste ponto serão mais felizes do que nós, que nada encontramos do falar de 1822. (NASCENTES, 1922, p.07)

No mesmo sentido, assegura Mário Marroquim (1934) que trabalhos de descrição como este “serão o material de que lançará mão o estudioso de amanhã para uma obra de conjunto, completa e definitiva sobre o dialeto brasileiro”.

Segundo Ferreira e Cardoso os trabalhos desta natureza inserem-se “em dois grandes grupos: trabalhos de análise, com apresentação de resultados conclusivos e trabalhos

de descrição de realidades dialetais que se tornam instrumentos de análise posteriores para conclusões sobre a realidade em foco” (1994:36).

Embora neste trabalho tenham sido feitas algumas comparações com falares de outras localidades, a presente pesquisa pertence ao segundo grupo, já que seu objetivo principal é o de descrever a realidade lingüística da comunidade de Alto Araguaia-MT, município mato-grossense de pequeno porte, com pouco mais de 11 mil habitantes, localizado a 400 quilômetros da capital do Estado.

O fluxo migratório a partir do qual a cidade se desenvolveu é um dos fatores que justifica e torna relevante esta pesquisa que procurará mostrar a realidade lingüística de uma comunidade cuja característica parece ser, na verdade, a reunião de várias características, já que na referida comunidade convivem lado a lado diversos traços culturais e lingüísticos de várias regiões deste imenso país.

Descrever uma variedade lingüística que, em função do fluxo migratório, congrega um variado espectro de falantes de origens regionais diversas, corresponde a exibir o resultado de vários confrontos de ordem regional, social, política, lingüística, entre outros.

Este cenário, embora represente uma dificuldade para o pesquisador, não se converte em impossibilidade de realização de trabalhos de descrição lingüística. Se assim fosse a maioria das comunidades brasileiras não poderiam ter sua variedade ou dialeto descritos, já que, em qualquer sociedade há subdivisões, como as de classe, que são, segundo Teixeira (1938, p. 10) “fronteiras dentro da sociedade”.

Um trabalho que pretendesse descrever a realidade lingüística de uma região como a que estamos tratando aqui teria, obrigatoriamente, de considerar a diversidade local. Teria de ser organizado da mesma maneira que, segundo Brandão (1991), deveria ser feito o mapeamento do português falado no território brasileiro, ou seja:

teria de colocar lado a lado: executivos de grandes empresas, técnicos que manipulam o computador, operários de pequenas, médias e grandes indústrias; vaqueiros isolados em latifúndios; cortadores de cana; pescadores artesanais; plantadores de mandioca em humildes roças; pombeiros que comercializam pelo sertão, indígenas aculturados (BRANDÃO, 1991, p. 17)

Neste trabalho estamos colocando “lado a lado”, como sugere Brandão, homens e mulheres, analfabetos e escolarizados, advogados, vendedores e trabalhadores braçais, descendentes dos fundadores do município e filhos de migrantes do último ciclo de desenvolvimento da cidade. Enfim, neste trabalho não procuramos adotar um recorte metodológico que pudesse abrandar a heterogeneidade característica da região; ao contrário, procuramos levar em conta tal diversidade, justamente por considerar que seja esta a peculiaridade da comunidade de Alto Araguaia.

Foram feitas comparações entre a fala araguaieenses e falares de outras localidades com base nos trabalhos de clássicos como Amaral (1920), Nascentes (1922) e Marroquim (1934), além das publicações nas *Gramática do português falado*, *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo*, atlas lingüísticos e descrições regionais.

Estão também agrupados os fenômenos classificados como conservação do português arcaico e aqueles considerados brasileirismos, bem como aqueles que são controlados por algum fator social, no caso, a escolaridade.

Com o que foi argumentado até aqui, acreditamos ter justificado nosso trabalho, bem como seu título “Fotografias da fala de Alto Araguaia”, o qual julgamos a metáfora perfeita para traduzir nosso intento, e que se apresenta nas próximas páginas organizado na seguinte ordem:

I- Introdução

Trata da história da região- dada à importância da história externa sobre fatos lingüísticos, deve-se conhecê-la antes de dar prosseguimento a este trabalho; faz uma breve

apresentação dos trabalhos lingüísticos mais relevantes realizados no Estado de Mato Grosso e no município de Alto Araguaia; apresenta dados de como esta pesquisa foi desenvolvida, desde o trabalho de campo até as análises, apresentação dos dados e um balanço da pesquisa;

II – A Descrição

Nesta parte apresentamos e analisamos as principais características fonéticas e gramaticais de Alto Araguaia;

III- Sintetizando

Esta parte consiste na organização dos fenômenos: estão classificados e separados num quadro aqueles que são sistemáticos e aqueles que são variáveis, assim como, aqueles que são conservadores e aqueles que são considerados inovações brasileiras. Também nesta parte comparamos as ocorrências registradas na fala araguaense com aquelas realizadas em outras localidades brasileiras. Nesta mesma parte foi organizado um quadro no qual estão classificados os fenômenos que são controlados pelo fator escolaridade.

IV- Finalizando o trabalho, precedendo a bibliografia consultada, apresentamos as considerações finais sobre os resultados desta pesquisa

Nos anexos constam: o roteiro utilizado para as entrevistas e o modelo da ficha de catalogação do informante.

1.2. A REGIÃO ESCOLHIDA

- *SUA HISTÓRIA, SUAS CARACTERÍSTICAS*

Segundo Antônio Houaiss (1992), para bem descrever e analisar os fatos de uma língua é preciso levar em consideração fatores relativos à história da comunidade; diz o autor que:

Os dois tipos ou faces da história ligada à natureza dos fatos da língua são as vicissitudes territoriais, são os contatos, influências, mesclas, lutas, guerras, influências culturais sofridas ou exercidas pelos povos que falem (e escrevam) a língua em causa. Assim, essa história externa de uma língua se identifica com a história de seus usuários, dos seus utentes, dos que a falam (...) do destino que vão tendo e construindo ao longo dos tempos que vivem e dos espaços que ocupem: é relevante essa história, não porque ela, por si, explique ou elucide as mudanças da língua mesma, mas porque descreva ou esclareça como uma língua ou as línguas aumentam (ou diminuem) de espaço e falantes, florescendo ou desaparecendo (HOUAISS, 1992, p.36)

Considerando o exposto acima, acreditamos que seja parte de nosso trabalho apresentar, ainda que de forma breve, a descrição de Alto Araguaia, bem como de sua história.

LOCALIZAÇÃO

O município de Alto Araguaia conta atualmente com uma área territorial de 5.538 Km². Dista 400 quilômetros da capital do Estado, Cuiabá e é atravessada pela BR 364, que cruza todo o território mato-grossense.

Alto Araguaia localiza-se no extremo Sudeste do Estado de Mato Grosso, à margem esquerda do Araguaia, rio que constitui a fronteira natural com o Estado de Goiás. O município limita-se ao Norte com o de Araguainha, a Noroeste com o de Alto Garças, a Oeste

com o de Itiquira, a Sudeste com o de Alto Taquari, a Leste com o de Santa Rita do Araguaia-GO, ao Sul com o Estado de Mato Grosso do Sul.

A HISTÓRIA

-da formação à atualidade-

A região que atualmente compreende o município de Alto Araguaia teve como seus primeiros habitantes os índios Guatós e os Caiapós, que ocuparam o território até meados do século XIX, quando então foram praticamente dizimados pelos Bandeirantes, os quais passaram pela localidade em busca dos lendários diamantes dos rios Garças e Araguaia.

Embora o breve contato com o homem branco tivesse ocorrido por volta de 1850, o início da colonização se deu somente por volta 1890, quando Antônio Cândido de Carvalho, um rico fazendeiro, instalou-se na região trazendo consigo alguns de seus parentes.

Entre os parentes do referido fazendeiro estava João José de Moraes Cajango que, apesar de ter vindo para a região com o intuito de se dedicar à pecuária, acabou encontrando alguns diamantes naquelas redondezas. Este fato acabou atraindo a atenção de garimpeiros que formaram uma colônia que seria chamada de Registro do Araguaia.

Alguns anos mais tarde, chegaram à região seis seringueiros, chefiados por Feliciano Cezilos que, descontente com os baixos preços da borracha, resolveu mudar de ramo e decidiu garimpar nas terras de Cajango. Apesar do exaustivo trabalho masculino de garimpagem em busca dos afamados diamantes, é a esposa de Feliciano que, enquanto lavava os pratos no córrego, encontra a primeira gema. Essa notícia se espalhou e motivou a vinda de mais de uma centena de novos garimpeiros que se embrenharam nas matas e chegaram às margens do rio Araguaia a procura dos tesouros encerrados nos cascalhos deste rio.

A pequena população instalada nessa época em cerca de 100 habitações, se concentrava a cerca de cinco quilômetros de distância do rio Araguaia, do lado goiano. Devido a um racionamento de água, a população passou a se concentrar às margens do referido rio, a maioria ainda do seu lado direito, ou seja, em Goiás. O pequeno povoado se constituiu, em 1911, como distrito de Mineiros, com o nome de Santa Rita do Araguaia.

O fato causou descontentamento e revolta nos garimpeiros, pois, sentiram-se lesados pelo governador goiano, principalmente porque este doou concessões de mineração à diversas firmas do ramo.

Surge então no cenário o garimpeiro José Morbeck, que dotado de um espírito ufanista, levantou a bandeira de luta dos garimpeiros, fundando um partido político, o Partido Morbequista, e propondo para o povoado sua independência do governo goiano. Após conseguir realizar seu intento, José Morbeck passou a colaborar assiduamente com o governo de Mato Grosso, principalmente no que se refere à cobrança de impostos.

Passados alguns anos, José Morbeck passou a ditar suas próprias normas, impondo, assim, determinadas condições ao governo mato-grossense e, na prática, passou a controlar a região.

Neste período instaura-se um momento de profundo desrespeito às leis, chegando ao ponto de serem cometidos inúmeros assassinatos, roubos, saques, até que os desmandos culminassem com o assalto à casa do então delegado de polícia, o senhor Manoel Balbino de Carvalho, o Carvalhinho. O saque à casa de Carvalho desencadeou a mais conhecida revolta da região: a chamada “disputa Morbeck X Carvalhinho”, contenda essa muito sabiamente explorada pelos governantes de Mato Grosso que se aproveitaram da mesma para porem ordem na região.

Pela Resolução n.º 837, de 25 de outubro de 1921, com uma área territorial bem maior do que a que possui atualmente, foi oficialmente criado o município de Santa Rita do Araguaia,. No ano de 1938 o município recebe o nome pelo qual é conhecido atualmente.

Até meados da década de 40, a referida região ficou praticamente perdida e parada no tempo, voltando a ter novo impulso a partir de 1945, com a criação, pelo então Presidente da República Getúlio Vargas, da famosa “Marcha para o Oeste”, medida política esta que tinha como principal objetivo desbravar as mais longínquas terras da região do Centro-Oeste brasileiro.

Em função da “Marcha para o Oeste”, migraram para a região Centro-Oeste, brasileiros oriundos de diversas regiões do país, e, desta forma, Alto Araguaia recebeu um grande contingente de novos moradores.

Nas décadas de 70 e início de 80, o governo militar promoveu uma política de nova ocupação da região Centro-Oeste brasileira.

A oferta de grandes extensões de terras férteis a baixo custo propiciou novo fluxo migratório regional. Desta vez um número bastante significativo de sulistas, interessados no plantio da soja, trouxe para a região um novo ciclo de desenvolvimento. Nesse período Alto Araguaia recebeu um grande contingente de gaúchos.

O cultivo da soja tornou-se a principal fonte de economia regional, seguida da pecuária, com predomínio do gado de corte, em criação extensiva. A criação de gado leiteiro existe em grande escala; o produto, cerca de 11 mil litros diários é comprado pela Indústria Nestlé, da cidade de Jataí-GO.

O município de Alto Araguaia continua atraindo migrantes, mas num ritmo bem menos acelerado, continuam chegando pessoas de outras regiões do Estado, dos vizinhos

Mato Grosso do Sul e Goiás, além de São Paulo, Rio Grande do Sul, e também de Minas Gerais.

Recentemente se concluíram as obras da Ponte Rodoferroviária que liga o Estado de São Paulo, na altura do município de Rubinéia, ao Estado do Mato Grosso do Sul, na altura do município de Aparecida do Taboado. Esta ferrovia permite o escoamento da soja produzida na região, que é levada pela Companhia Ferro-Norte, de Alto Araguaia e região diretamente ao Porto de Santos, o que representa um novo (e grande) impulso na economia do Estado.

A POPULAÇÃO

A população araguiense, como já dito, é constituída de migrantes, e seus descendentes, de várias partes do país, como se observa pelo histórico da cidade. Não há registros precisos que indiquem números e percentuais da migração. O número de habitantes tem oscilado bastante. Os dados do IBGE são os seguintes:

Ano	População
1950	11.175
1960	4.210
1970	7.971
1980	13.580
1990	11.770

A baixa registrada em 1960 ocorreu devido à emancipação dos municípios de Alto Garças e Ponte Branca e, posteriormente, em 1990 à emancipação de Alto Taquari.

Os dados do IBGE - Senso 2000 revelam que a população araguaense é de 11.332 habitantes, distribuídos da seguinte forma:

- 5.872 homens e 5.460 mulheres
- 80% residente na área urbana

O grupo economicamente privilegiado é composto pelos grandes latifundiários, na maior parte sulistas e paulistas, assim como pelos médicos, pelos comerciantes de estabelecimentos maiores e alguns funcionários públicos, como por exemplo, agentes fiscais. A grupo intermediário é composto basicamente de funcionários públicos: professores, funcionários do Banco do Brasil, da Exatoria Estadual, da Receita Federal, da Prefeitura, entre outros órgãos municipais, estaduais ou federais, além de comerciantes menores. O grupo economicamente desfavorecido é composto por trabalhadores rurais, empregadas domésticas, trabalhadores braçais em geral, funcionários do comércio e ambulantes.

Embora existam diferenças entre os grupos sociais, como na maioria das sociedades, em Alto Araguaia não há uma separação rigorosa entre os membros de cada estrato, os bairros não são absolutamente distintos, as muitas festas tradicionais que ocorrem durante o ano são freqüentadas por membros de todos os segmentos sociais, a faculdade recebe alunos de todos os grupos sociais, enfim, não há nessa comunidade uma segregação social rígida.

1.3. ALGUNS ESTUDOS ANTERIORES

Somente nos últimos dez anos as pesquisas lingüísticas começaram a se difundir no Estado de Mato Grosso. Até então, as pesquisas concentram-se em Cuiabá, não apenas por aquela região apresentar traços lingüísticos bastantes peculiares, mas também por ser a capital do Estado e ter lá instalada a UFMT- Universidade Federal do Estado de Mato Grosso, com todo o aparato técnico e pessoal necessário para a realização de trabalhos.

O trabalho pioneiro no Estado foi o de Flanklin Cassiano da Silva, de 1921, intitulado *Subsídios para o estudo de dialetologia em Mato Grosso* no qual o autor explica que o português chegou ao Mato Grosso pelos bandeirantes que conservavam um português arcaico dos primeiros colonizadores portugueses que vieram para o Brasil, ou seja, o português quinhentista. Muitos desses traços, segundo o autor sobrevivem na fala matogrossense; fato que o estudioso atribui à dificuldade de comunicação com outras regiões, devido, principalmente à distância de outros centros, e carência de instrução escolar à que se submetia o Estado naquela época. Em seu trabalho, Flanklin Cassiano da Silva comenta os fatos fonéticos existentes na fala que ele denomina matogrossense e explica que o mesmo existia em Portugal. O autor apresenta ainda alguns vocábulos e expressões consideradas típicas da localidade. No campo da sintaxe, o autor afirma que é idêntica à das outras regiões brasileiras.

Nas últimas décadas surgiram na capital outras pesquisas como: *Do Falar Cuiabano*, 1978, de Maria Francelina Ibrahim Drummond; *Variação fonológica na fala de Mato Grosso*, 1984, realizada por Maria Luiza C. Palma; *O linguajar cuiabano e outros estudos*, 1998, de autoria de Antônio Arruda - um estudo diacrônico sobre a evolução do falar típico de Cuiabá.

O trabalho de Drummond, citado acima, *Do Falar Cuiabano*, foi reeditado por uma empresa privada (Grupo Gazeta) em 1995 e divulgado em todo o Estado, tendo assim se

constituído numa das principais fontes de estudo sobre o falar cuiabano. Há nesta obra um grande número de vocábulos e expressões tipicamente cuiabanas, além do registro de traços fonéticos e gramaticais que caracterizam o “cuiabanês”, tais como:

- a redução dos ditongos decrescentes antes de som chiante, como /seš/ e /demaš/ para *seis* e *demais*.
- A fricção do [ʒ], como em /kadʒu/, [dʒuãu] (caju e João) e do [ʃ], que ocorre tanto em vocábulos grafados com *ch* (como no português arcaico) quanto nos sons representados graficamente por *x*, como /kotšipó/ e /petše/ (Cochipó e peixe).
- A ausência de concordância de gênero, como “*a porta está aberto*”, “*a casa era meu*”

A recente expansão de cursos de graduação em Letras e cursos de Especialização em Língua Portuguesa promovida pela UNEMAT – Universidade do Estado de Mato Grosso-, em várias partes do Estado, tem propiciado o aparecimento de uma grande quantidade de trabalhos monográficos sobre as falas de vários municípios mato-grossenses.

Entre as monografias podemos citar: *A realização das variáveis /d/ e /t/ seguidas de /i/ na fala de migrantes sulistas de Nova Santa Helena*, de Luciney Rosa Sur Romão; *Variedades lexicais no português de bairros urbanos de Colider-MT*, de Maria José Basso Marques; *Os falares sulistas e nordestinos em presença do falar barrabugrense*, de Lídia de Moraes Picoloto; *A substituição de [λ] por [y]- Carlinda-MT*, de Elídia Barbosa Lima, entre tantos outros. São trabalhos incipientes que começam a revelar a pluralidade lingüística de Mato Grosso.

Encontra-se em fase de preparação o projeto *Atlas Lingüístico Diatópico e Diastrático de Mato Grosso*¹. Com tal pesquisa pretende-se mapear o português falado em todo o território mato-grossense.

Recentemente se realizaram algumas dissertações de mestrado que revelaram traços culturais e lingüísticos de várias regiões do Estado.

O trabalho *Vila Bela de Santíssima Trindade-MT: sua fala, seus cantos*, de José Leonildo Lima, (2000) procurou registrar a memória do povo vila-belense, a qual, segundo o autor, tem sobrevivido apenas pela tradição oral, além de tentar explicar a discutida origem da população.

Algumas marcas lingüísticas existentes nos cantos da dança do Chorado e do Congo e nos textos da embaixada do Congo são analisadas pelo autor e por meio delas Lima conclui que o povo vila-belense pertence ao grupo africano banto, das regiões de Angola, Congo e Moçambique.

Na dissertação *Atitudes sociolingüísticas em Cáceres-MT – efeitos do processo migratório* (2000), Leila Salomão J. Bisinoto procurou avaliar as atitudes lingüísticas dos moradores de Cáceres, tanto dos nativos como daqueles que migraram para o município há algum tempo. A autora verificou que há um estigma sobre a variedade lingüística cacerense, estigma este que parte tanto do migrante quanto do próprio nativo e que tais atitudes “prenunciam um possível desaparecimento do falar nativo”. As análises de Bisinoto levam-na a concluir que tal estigma é motivado pelo preconceito que há em relação ao nativo. O preconceito que parte do migrante revela sua intenção de dominação sobre o nativo e o que

¹ Esta pesquisa, com base no modelo de questionário do ALiB, será realizada em 22 municípios mato-grossenses, a saber: Alta Floresta, Alto Garças, Barra do Bugres, Barra do Garças, Cáceres, Canarana, Comodoro, Cuiabá, Juruena, Lucas do Rio Verde, Nova Xavantina, Paranatinga, Porto de Azevedo, Porto dos Gaúchos, Primavera do Leste, Rondonópolis, São Félix do Araguaia, São José do Xingu, Sinop, Tangará da Serra, Terra Nova do Norte e Vila Bela da Santíssima Trindade.

parte do nativo revela a intenção do falante em negar sua origem, reproduzindo a ação preconceituosa do migrante. A autora declara que esta ação pode estar contribuindo para se “redesenhar uma sociedade, alterando seus valores, suas crenças, sua ambiência social e física”.

Na pesquisa *Dialetos em Contato: um estudo sobre atitudes lingüísticas* (2001), Edileusa Gimenez Moralis procurou verificar as atitudes dos falantes de Alto Araguaia-MT em relação a: 1- sua fala e a fala dos vários grupos de migrantes que vivem na comunidade há pelo menos trinta anos e 2- o papel que a linguagem desempenha na vida profissional dos indivíduos.

Em relação ao primeiro tópico, Moralis observou que, com exceção do baiano, os grupos avaliam positivamente sua própria fala e que o araguiense se identifica com o goiano “instituinto assim, ao falar araguiense um lugar de pertencimento e semelhança com o Estado de Goiás”. Em relação à fala dos outros grupos as opiniões divergem. Enquanto o araguiense avalia negativamente o falar gaúcho e positivamente o paulista, o goiano, ao contrário, avalia negativamente o falar paulista e positivamente o gaúcho. No tocante ao segundo tópico, ou seja, sobre o papel da linguagem, as atitudes dos falantes revelam que o papel da linguagem é o de manter a interlocução e as interações ocorrem, portanto, de acordo com os interesses de cada ocupação.

Um outro trabalho na área da sociolingüística realizado em Alto Araguaia é o *Programa de estudos sobre a variação lingüística no município de Alto Araguaia*, o qual verificou a concordância entre verbo e sujeito de terceira pessoa do plural. A pesquisa mostra que o uso do padrão normativo é condicionado pela escolaridade e que as mulheres são menos conservadoras do que os homens, conforme observa Souza “contrariando os resultados de

pesquisas anteriores, nossa pesquisa demonstrou que as mulheres foram mais propensas a não-aplicação da regra, em quase todos os tipos de verbo” (SOUZA, 1999, p.26).

Está em fase de finalização o projeto *Atlas Lingüístico da Região do Alto Araguaia*², uma pesquisa dialetológica realizada na região do extremo Sul mato-grossense.

² Esse projeto foi desenvolvido de 1998 a 2000. Consiste na confecção de um atlas lingüístico da região do alto Araguaia, a qual compreende os municípios de Alto Araguaia, Alto Garças, Alto Taquari, Araguainha, Itiquira, Ponte Branca e Ribeirãozinho.

1.4. O DESENVOLVIMENTO DESTE TRABALHO

Como já foi dito, o presente trabalho se propõe a descrever a variedade lingüística de Alto Araguaia. Nesse sentido, o trabalho vai focalizar alguns aspectos fonéticos e gramaticais da variedade. Considerando o fato de que a população atual de Alto Araguaia, em função da grande migração, é constituída de indivíduos provenientes de várias regiões brasileiras, foram selecionados, além de informantes nativos, filhos de pais araguienses, informantes originários das regiões mais representativas.

Os grupos de migrantes escolhidos foram de nordestinos e de gaúchos.

Os nordestinos representam as primeiras levadas que, juntamente com os mineiros, começaram a explorar os garimpos graças aos quais se construiu o município.

O segundo grupo refere-se aos últimos migrantes a integrarem a comunidade araguiense; são os gaúchos que chegaram a região depois da década de 70 do século passado.

Esses dois grupos representam também os dois extremos sociais de Alto Araguaia. Os gaúchos vieram para a região com a condição facilitada de compras de grandes porções de terras, são hoje os grandes latifundiários, representantes políticos, proprietários do comércio, fazem parte da classe economicamente favorecida. Os nordestinos vieram para trabalhar em condições muitas vezes sub-humanas, nos antigos garimpos, constituem atualmente a classe trabalhadora.

Chegar até os informantes não foi uma tarefa difícil. O fato de estarmos inseridos na comunidade há aproximados dez anos nos confere um grau de intimidade razoável com a população. Alguns informantes já eram conhecidos nossos, os que não eram foram-nos apresentados por conhecidos comuns, o que diminuiu o grau de tensão entre

entrevistador e entrevistado, conferindo assim ao material um alto grau de espontaneidade e, conseqüentemente, confiabilidade.

Além da fala espontânea dos doze informantes acrescentou-se a gravação de momentos de fala das rádios locais, uma AM e outra FM, constituindo-se assim o *corpus* sobre o qual se processou a descrição da fala araguaieense.

1.4.1. OS INFORMANTES

Com a finalidade de descrever a fala araguaieense, por motivos já explicitados, além da fala dos araguaieenses nativos, filhos dos araguaieenses que pertencem ao primeiro ciclo de desenvolvimento do município, é necessário que se considere a fala dos grupos de migrantes que integraram o segundo ciclo, ou seja, os filhos de migrantes que chegaram a Alto Araguaia a partir da década de 70.

Os fatores considerados para a seleção de informantes foram:

a- Naturalidade

a-1. araguaieenses filhos de araguaieenses

a- b. filhos de gaúchos, nascidos em Alto Araguaia ou vindo do Rio Grande do Sul antes dos três anos de idade

a- c. filhos de nordestinos, nascidos em Alto Araguaia ou vindo do Nordeste antes dos três anos de idade

b- Sexo

b-1. masculino

b- 2. feminino

Legenda:

AA = araguiense filho de araguiense

AG = filho de gaúcho

AN = filho de nordestino

Analf = analfabeto

Escol. 1 = até a 4.^a série do ensino fundamental

Escol. 2 = de 5.^a a 8.^a série do ensino fundamental

Escol. 3 = ensino médio e superior

H = homem

M = mulher

Conforme se pode verificar pelo quadro, os fatores *idade* e *escolaridade* são diferentes entre os filhos de araguiense nativos e os filhos de migrantes. Essa diferença se dá pelas seguintes razões:

a- em relação ao fator *idade* - os filhos de migrantes que chegaram por volta da década de 70, têm a idade máxima de 33 anos de idade;

b- em relação ao fator *escolaridade* - entre os filhos de araguienses maiores de 40 anos não há quem tenha um alto nível de escolaridade, a menos que tenha estudado em outra localidade e permanecido fora da cidade por muitos anos. Também não há entre os filhos de migrantes, com idade em torno de 30 anos alguém que não tenha cursado ou esteja cursando o segundo ciclo do ensino fundamental (5.^a a 8.^a série). A maioria das pessoas com terceiro grau vieram muito recentemente para Alto Araguaia, o que nos fez considerar alguns informantes com 2.^o grau completo como tendo um nível de escolaridade alto.

Para a identificação do informante, adotou-se um padrão de identificação apenas por iniciais que identifiquem a origem geográfica, o sexo, a faixa etária dos filhos de

araguiense, pois é a única que varia e escolaridade dos filhos de migrantes, já que para efeito de análise consideramos apenas informantes pouco escolarizados e mais escolarizados. Em tal identificação o A significa araguiense nativo, o M significa que o informante é do sexo masculino e o F, feminino, o S indica idade superior a 50 anos e o I, idade inferior a 45 anos. Os filhos de migrantes identificam-se da seguinte forma: O N indica filho de nordestino, o G, filho de gaúcho, o M ou F, indicam o sexo do informante, masculino ou feminino, respectivamente. O E indica que o informante é escolarizado e o R indica que o informante possui grau de escolaridade rudimentar.

Assim, os filhos de araguienses estão assim identificados:

AFI – Mulher, faixa etária inferior. Esta informante é casada, tem 41 anos e atualmente não trabalha, foi lavadeira durante muitos anos, o marido é cuiabano, estudou até a 5.^a série, mostrou-se muito interessada na entrevista, a qual foi realizada em sua residência.

AMI – Homem, pertencente à faixa etária inferior, este informante é solteiro, tem 40 anos, e cursou a 4.^a série do ensino fundamental, é guarda-noturno, a entrevista registrou uma fala totalmente espontânea, foi realizada no local de trabalho do informante.

AFS – Mulher, faixa etária superior. A informante tem 64 anos, o esposo também é de Alto Araguaia, nunca foi à escola, trabalha em casa, durante a entrevista, realizada em sua residência mostrou-se um pouco tímida, mas disposta a responder às questões.

AMS – Homem, faixa etária superior, tem 73 anos, a esposa também é natural de Alto Araguaia, é aposentado, foi pecuarista, sem escolaridade. A entrevista se realizou na casa de uma das irmãs do informante, o qual mostrou-se inteligente e bastante espontâneo.

Os filhos de migrantes que a partir da década de 70, começaram a fazer parte maciçamente da população araguiense, pertencem, como já dito, à faixa etária que varia de

25 a 33 anos de idade, são quatro homens e quatro mulheres, sendo dois pares filhos de gaúchos e dois pares filhos de nordestinos, dois pares com alta escolaridade e dois pares com nível de escolaridade inferior, nenhum deles pretende voltar a morar em sua terra natal (ou de seus pais), estão sendo identificados aqui da seguinte maneira:

GMR – filho de gaúchos, homem, estudou até a 5.^a série, trabalha como servente de pedreiro, é solteiro, tem 30 anos, nascido no Rio Grande do Sul, não se lembra em que cidade, veio para Alto Araguaia antes de dois anos de idade.

GFR – filha de gaúchos, sexo feminino, nascida em Três Passos, RS, pai trabalhador rural, mãe do lar, estudou até a 5.^a série, trabalha como diarista, tem 31 anos, é casada e tem dois filhos em idade escolar (fundamental), nunca voltou à terra natal, da qual saiu com apenas alguns meses de idade.

GME – filho de gaúchos, sexo masculino, tem 2.^o grau completo, é nascido em Ijuí-RS, tem 33 anos, é casado, sua esposa tem o terceiro grau completo- Letras, seu pai é formado em Estudos Sociais, atualmente é moto-taxista.

GFE – filha de gaúchos, sexo feminino, escolaridade alta, formada em Letras, casada, professora, 25 anos, os pais e o marido são comerciantes.

NMR – filho de nordestinos, sexo masculino, grau de escolaridade baixo, cursou até a 5.^a série, trabalha como autônomo em serviços braçais, tem 30 anos, os pais vieram da Bahia, o informantes não tem certeza sobre a cidade, é casado, muito espontâneo durante a entrevista.

NFR – filha de nordestinos, sexo feminino, grau de escolaridade baixo, tem a 4.^a série, 33 anos, casada, não tem muita certeza se nasceu na Paraíba ou do Rio Grande do Norte, veio da terra natal antes de completar um ano, trabalha como merendeira numa escola estadual.

NME – filho de nordestinos, sexo masculino, 2.º grau completo, é de Tabocas, BA, veio para Alto Araguaia com três anos de idade, é controlador de estoque de uma grande loja da cidade, foi vendedor antes disso, tem 29 anos, é casado.

NFE – filha de nordestinos, sexo feminino, escolaridade alta, é advogada, solteira, tem 25 anos, os pais são de Souza, PB.

1.4.2. A COLETA DE DADOS

Os dados lingüísticos utilizados no presente trabalho foram coletados a partir de entrevistas realizadas com os informantes sobre os quais tratou o item anterior.

Cabe assinalar que:

a- aos informantes filhos de araguienses após a aplicação de um questionário³, solicitou-se uma narrativa, utilizando-se os procedimentos indicados por Labov (perigo de vida, história de assombração) ou uma história a critério do informante;

b- aos informantes filhos de gaúchos e nordestinos foi aplicada uma entrevista dirigida, com roteiro previamente elaborado e comum a todos: descrição e impressão da cidade, diversão, religiosidade e crenças, esporte (apenas para os homens), casamento (apenas para as mulheres), mercado de trabalho, além de uma história que fosse contada pelos pais ou fosse tradicional na região, ou a critério do informante.

As entrevistas com os filhos de araguienses são mais longas devido à aplicação do questionário, enquanto que a dos filhos de migrantes se limitam às descrições e narrativas. As primeiras têm a duração de 03 a 04 horas em média, enquanto que as últimas variam entre de 1 hora e 1 hora e 20 minutos.

Todas as entrevistas foram realizadas em locais escolhidos pelo próprio informante, a fim de que este se sentisse mais à vontade. A maioria delas se realizou na residência do informante, apenas três ocorreram em seus locais de trabalho.

Foi registrada também uma hora de fala de cada uma das rádios locais, uma AM e outra FM, sendo esta uma fala policiada, um registro menos coloquial da fala araguiense. Há, nessas gravações comerciais, diálogo entre locutores, leitura de notícias de jornais, discussão das notícias publicadas nos jornais diários e participação de ouvintes pelo telefone.

1.4.3- DESCRIÇÃO DOS DADOS

A partir da fala dos informantes mencionados em 1.4.1, gravada em entrevistas de 3 horas ou de 1 hora em média, organizou-se o material de análise. Foram descritos fatos lingüísticos do nível fonético e gramatical.

A descrição está dividida em duas partes. Primeiramente tratamos dos fenômenos fonéticos e em seguida apresentamos os fatos morfo-sintáticos, sendo que a apresentação dos fatos obedeceu ao mesmo padrão de análise e descrição.

Na parte que trata dos fenômenos fonéticos adotamos um modelo de transcrição grafemática, não se faz necessário o alfabeto fonético/fonológico, visto que não pretendemos detalhar as várias formas de produção de um mesmo fonema. A maioria dos fenômenos descritos refere-se a supressão ou inclusão de sons. Nos casos de abertura de vogais foram utilizados os diacríticos [˘] para fonemas abertos e [ˆ] para fonemas fechados.

³ Esse grupo de araguienses filhos de araguienses são os informantes que fizeram parte do projeto “Atlas Lingüístico da Região do Alto Araguaia”, cuja metodologia consiste na aplicação de um questionário (com 499 questões) seguido de um discurso semi-dirigido.

Os dados aqui registrados, a medida em que foram sendo apresentados, foram sendo comparados com as formas em que ocorrem nas mais diversas regiões brasileiras, a fim de que pudéssemos reconhecer os traços lingüísticos de Alto Araguaia como peculiares da região ou comuns em outras localidades.

Após minuciosa análise da amostra selecionamos os fatos que ocorrem de forma sistemática, que não estão em variação na fala araguiense e depois passamos a apresentar os fatos que ocorrem sob mais de uma forma, que são variáveis. Entre os fatos fonéticos separamos também aqueles que ocorrem com baixa freqüência.

Apresentamos ainda a opinião de alguns estudiosos sobre a origem de cada fenômeno apresentado, no sentido de classificá-lo como inovação brasileira ou conservação do português quinhentista.

Temos assim, não apenas o registro da fala araguiense, que é, sem dúvida nosso principal objetivo neste trabalho, mas tal registro está enriquecido com as comparações e as classificações dos fenômenos.

1.4.4 - BALANÇO

Esperamos que a descrição dos fatos fonéticos e gramaticais que se apresenta nas próximas páginas, que constitui o objetivo principal desta pesquisa tenha sido alcançado de maneira satisfatória.

Reconhecemos que não estão registradas aqui todas as possíveis realizações fonéticas, morfológicas e sintáticas da comunidade lingüística em questão. Consideramos os fatos que ocorrem com freqüência na fala dos informantes e aqueles que, mesmo sendo de

baixa frequência em um ou outro grupo ou, mesmo sendo modificações isoladas, são interpretados como traços característicos da comunidade ou de um subgrupo da comunidade.

O segundo objetivo de nosso trabalho foi a comparação das ocorrências aqui descritas com aquelas registradas em outras localidades brasileiras, no sentido de verificar o comportamento dos mesmos fatos em várias localidades. Avaliamos que este objetivo não foi satisfatoriamente alcançado, tendo sido limitado pelos seguintes fatores:

- O tempo de que dispomos para a realização e conclusão da pesquisa impede que sejam conhecidos todos os trabalhos de descrição dialetal de regiões e micro-regiões brasileiras; além disso, o acesso a tais pesquisas é dificultado pelo fato de que alguns fenômenos do português brasileiro são objetos de pesquisa de muitos estudiosos, vêm sendo estudado há vários anos, sob várias perspectivas teóricas, como é o caso da construção do objeto direto ou das relativas, sobre os quais há uma quantidade considerável de bons trabalhos publicados. Outros fenômenos, ao contrário, são pouco estudados no Brasil, é o caso, por exemplo, do uso do artigo antes de possessivos ou da variação no sufixo diminutivo.

Há ainda um outro fator de dificuldade: os atlas lingüísticos, por privilegiarem a descrição lexical, utilizam na transcrição das entrevistas o padrão da escrita, o que faz com que muitos traços fonéticos e alguns gramaticais, como a concordância verbal e nominal, sejam apagados, impossibilitando assim, nossas comparações.

Os problemas apresentados acima justificam a razão pela qual alguns fenômenos estão aqui registrados, comparados com outros de outras localidades e ainda explicados sob a ótica de uma ou outra teoria, enquanto outros fenômenos estão apenas registrados.

Mesmo com esses empecilhos que dificultaram nosso trabalho, esperamos ter conseguido descrever a fala desta comunidade, formada basicamente por migrantes de várias partes do Brasil.

Acreditamos que a forma como desenvolvemos nosso trabalho serviu para descrever e caracterizar a comunidade lingüística de Alto Araguaia, ou seja, apresentamos aqui um material que poderá subsidiar pesquisas futuras.

II - A DESCRIÇÃO

PARTE A - FONÉTICA

Além da descrição dos fatos que passamos agora a apresentar, é parte de nosso trabalho a classificação das ocorrências. Procuramos mostrar quais os fenômenos se dão de forma sistemática e os que estão em variação; os que são freqüentes e os que constituem modificações isoladas.

A.1. AUSÊNCIA DO [R] EM FINAL TÔNICO

A ausência de [r] no final de vocábulos oxítonos é um fenômeno freqüente em todo o país, como atestam diversos trabalhos.

Lemle (1978) falando sobre as pesquisas que devem ser feitas no Brasil sugere que se verifique se o contexto posterior pode influenciar o apagamento do [r] final. A seguir, pretendemos fornecer essas informações.

Primeiramente verificamos que o comportamento deste fenômeno é diferente em nomes e em verbos; em nomes a regra é variável em nossa comunidade, mas em verbos no infinitivo o apagamento do [r] final é sistemático.

Nossas análises mostram que entre os escolarizados o apagamento do [r] no final dos nomes é de baixa ocorrência e entre os menos escolarizados é mais freqüente, mas não categórico, na fala desses últimos é possível encontrar as variantes:

mulhé, muié ou *mulher* (mulher)

melhó, mió ou *melhor* (melhor)

Nossas análises indicam que em vocábulos dissílabos cujas sílabas finais são vogais fechadas a realização do [r] é sistemática, mesmo entre os menos escolarizados, como em:

setor (setor)

trator (trator)

calor (calor)

poder (poder- substantivo)

lazer (lazer)

Em vocábulos terminados em “or”, designativo de profissão/função o [r], principalmente na fala dos menos escolarizados, é freqüentemente apagado, como em:

benzedô (benzedor)

cunversadô (conversador)

faladô (falador)

jogadô (jogador)

lavadô (lavador)

Em relação aos verbos, verificamos em nossa amostra que o único fator que favorece o aparecimento do [r] final é de natureza diafásica. No registro das rádios locais, que na sua maioria refere-se a leituras de revistas, manuais ou jornais ou são propagandas gravadas, o referido fone aparece, seja o próximo vocábulo iniciado por vogal ou por consoante:

(01) *nãu é hora di falar em mudanças* (RFM)

(02) *poderia recomeçar sua trajetória* (RAM)

Na fala dos demais informantes, ou seja, na fala menos formal, menos cuidada, o não aparecimento do [r] no final de verbos é um fenômeno invariável, ou seja, em verbos no infinitivo, conseqüentemente em sílabas finais tônicas, o apagamento deste segmento final ocorre de forma sistemática, independentemente de fatores internos como o número de sílabas ou da conjugação a que pertença o verbo, ou ainda se este é regular, irregular, anômalo ou defectivo, se o contexto posterior é vogal ou consoante ou se o verbo encontra-se em final absoluto de enunciado. Fatores extralingüísticos também não se mostraram relevantes, já que os verbos no infinitivo sempre terminam em vogal, seja na fala de homens, de mulheres, de migrantes, de nativos, de escolarizados, de não-alfabetizados, de jovens ou idosos.

O [r] não aparece em verbos da primeira conjugação, na sua maioria regulares, em início, meio ou final de frase:

(03) *faltá a missa aus domingus é pecadu mortal* (inf. GFE)

(04) *eu queru continuá nus meus istudus* (inf. GFE)

(05) *a tenhu vontadi di mudá di altu araguaia* (inf. NFR)

(06) *até maior pa dá mais impregu* (inf. GMR)

(07) *algumas coisas passaram a mi irritá* (inf. NFE)

Com verbos da segunda conjugação, regulares, irregulares ou anômalos, independentemente do número de sílabas ou da posição do verbo na frase:

(08) *mantê u seu poder* (inf. GFE)

(09) *crescê ela, fazê pelo menus...* (inf. GMR)

(10) *podí tê uma idéia qui vai né* (inf. NME)

(11) *eu aprendi sê católicu* (inf. GME)

(12) *elis joga pur dinheru pa perdê* (inf. GME)

(13) *podí sê, podí sê* (inf. NFE)

(14) *só si fô pra istudá* (inf. NME)

Os verbos da terceira conjugação também não recebem o [r] final

(15) *pa podê produzi mai né* (inf. NMR)

(16) *diz qui vai pari né* (inf. AMI)

(17) *si eu quizé i, eu vô* (inf. GFE)

A maioria dos trabalhos clássicos da primeira metade do século passado registrou o apagamento do [r] final.

Amaral (1920) observa que o apagamento do [r] final é um fenômeno bastante freqüente na fala “caipira” do interior paulista. Afirma o autor que a categoria morfológica é um fator condicionador da regra. Ele mostra que naquela região o [r] cai no final das palavras como em *muié, vapô, Artú* (AMARAL, 1920, p. 52) o que também ocorreria com verbos, como *ascançá, atentá, sofrê, podê, inguli, buli* (op.cit, p. 28). O autor explica ainda que essa regra não é categórica, já que se conserva em alguns monossílabos, tanto tônicos quanto átonos, como em: *dôr, cór, côr, por*, e ainda em *amôr, suor*, já nos verbos, conforme diz Amaral, assim como o que ocorre em Alto Araguaia, o [r] final cai, mesmo se monossílabos: *vê, i, pô* (op.cit, p.28).

Nascentes não registra a diferença na produção de nomes e verbos, explica apenas que a classe inculta não pronuncia [r] final, enquanto que na classe culta é levemente pronunciado. Para o autor a variação do fenômeno é de natureza diastrática, já que “é

pronunciado levemente pela classe culta. Os pedantes exageram. Na classe inculta cai (...)” (NASCENTES, 1922, p. 51).

Em Alagoas e Pernambuco o fenômeno é invariável. Segundo Marroquim (1934, p. 77) “Na língua do povo todas as palavras terminam em vogal. Apenas o s subsiste excepcionalmente no artigo, nos numerais, e demonstrativos, quando está indicando a pluralidade”, assim ocorre: *lugá*, *corrê*, *andá*, *alugué*, *animá*, *papé*, *currá*. O autor explica que na região nordestina por ele estudada mesmo entre a “gente culta”, em falas informais, esta supressão ocorre quando a palavra que segue o vocábulo terminado em [r] se inicia por consoante, como em: “vou pedi licença ao professô pra sair”, “mande vê si o portadô já chegou” ou “vou viajá de automóvel” (MARROQUIM, 1934, p. 33-4).

Teixeira (1938, p. 20) esclarece que na fala popular mineira o [r] cai, diferentemente do que foi observado por Amaral no interior de São Paulo, mesmo em monossílabos: “má-mar”; ocorre também em “amô-amor; cumê-comer; fazê-fazer; falá-falar”. Na fala culta, segundo Teixeira, o apagamento ocorre somente nos infinitivos verbais: “Foi falá com ele”.

No falar cuiabano o apagamento do [r] final em verbos é sistemático, como em: *pricipiá* (principiar); *rebuçá* (rebuçar) (DRUMMOND, 1978, p.70).

Os vários atlas lingüísticos regionais brasileiros não nos permitem observar a produção do [r] final, pois, as transcrições que aparecem ao lado das cartas são feitas de modo a “corrigir” ou aproximar do padrão de escrita a fala dos informantes, somente quando o vocábulo aparece na carta é que se pode verificar a produção do fone em questão.

No Atlas Prévio dos Falares Baianos (doravante APFB), (ROSSI ET AL, 1963), por exemplo, encontram-se as formas: *manocá* (manocar)- (Carta 32); *somá* ou *assomá*

(somar)- Carta 34, “*flô*” (carta 14), “*calcanhá*” (Carta 64), “*lambedô*” (Carta 96), entre outros exemplos.

No Atlas Lingüístico de Sergipe aparecem de forma invariável vocábulos como: “*manocá*” (Carta 34); “*aguadô*”, “*regadô*” (Carta 38); “*calcanhá*” ou “*carcanhá*” (Carta 65) entre outros.

No Atlas Lingüístico do Paraná (AGUILERA, 1995) o fenômeno registra-se como variável: *bolor* (Carta 41) aparece sempre com o [r] final, *carreador* (Carta 37) aparece de forma variável, ou seja, com e sem o [r] final - *carriador* e *carriadô*. Já *coador* (Carta 82) ocorre somente como *cuadô*. Em verbos o apagamento parece ser sistemático, como ocorre com *falá* (falar) e *ganhá* (ganhar) entre tantos outros.

Com base nos dados do NURC- RJ, Callou et al. (1998) ao comparar dados coletados em 1970 com outros coletados em 1990, verifica que o apagamento do [r] em posição de coda é uma variação estável no dialeto carioca, não distingue classes sociais. As análises mostram que o apagamento do referido fone é mais freqüente em verbos que em não verbos. Os autores afirmam que o apagamento do [r] final não é mais “uma pronúncia estigmatizada, ao menos nos verbos, correspondendo a uma nova norma introduzida na comunidade”.

Santos (1997) observa que na região paulistana do Jardim São Francisco, em posição pós-vocálica, o apagamento do [r] em verbos infinitivos em posição final absoluta ocorre em 93% dos casos. Para a pesquisadora o fenômeno parece estar favorecido pelo “baixo grau de informatividade trazido pelo segmento”.

Bunse (1981) sobre a fala da região de São José do Norte-RS, afirma que o /r/ final sofre síncope, como em: *capiná* (capinar), *tosá* (tosar) e *lavrado* (lavrador), mas logo em

seguida declara que o /r/ final pode passar a velar /ʁ/, ou seja, o apagamento do /r/ final é uma regra variável.

Votre (apud. Lemle, 1978) afirma que o apagamento do [r] final é mais freqüente em verbos terminados em *or* do que em *ir*.

Atendendo à solicitação de Lemle apresentada no início desta parte, sobre condicionadores lingüísticos que influenciariam o apagamento do [r] final, temos a declarar que o fato relatado por Votre não é percebido na fala araguiense, ou seja, a queda de tal segmento independe da conjugação a qual o verbo pertença. O contexto posterior também não se mostra influente.

Ao que parece, em relação aos verbos estamos frente a uma variação estilística, ou seja, em registros mais formais o [r] aparece, independentemente do contexto lingüístico, em situações informais o [r] nunca aparece, independentemente do contexto lingüístico.

Em relação a nomes podemos afirmar com certeza que há condicionadores lingüísticos, no entanto, devido às generalizações a que este trabalho está obrigado não procederemos a tal investigação.

A.2. PRESENÇA DE VOGAL APÓS CONSOANTE MUDA

Outra ocorrência categórica em nossa comunidade é a epêntese de uma vogal para desfazer em grupo consonantal constituído pelas consoantes mudas [b], [d], [p] e [t].

Em algumas regiões a consoante muda não aparece em alguns vocábulos, como malino, ojeto, etc. Em nossa amostra não ocorre a supressão das consoantes mudas, mas sim a inclusão da vogal *i* ou ainda, em casos que podem ser analisados como sendo de

hipercorreção, da vogal *e*, independentemente da consoante (linguo-dentais, labiodentais ou bilabiais, surdas ou sonoras) com a qual venham a se juntar, como em:

abisolutu (absoluto)

abisurdu (absurdo)

adivogadu ou *adevogadu* (advogado)

adimiraçãu (admiração)

afetosa, *fetosa* ou *fitosa* (aftosa)

áfita (afta)

opiçãu (opção)

pineu ou *peneu* (pneu)

rítimu (ritmo)

Não há condicionadores lingüísticos ou extralingüísticos que influenciam na ocorrência deste fenômeno, já que se registra na fala de qualquer grupo de informantes, ocorre em vocábulos com uma, duas, três ou mais sílabas, ocorre em sílabas pré-tônicas, ante-pré-tônicas ou pós-tônicas, em qualquer grupo consonantal, desde que esteja em posição inicial ou medial, já que tal contexto não pode existir em posição final.

Esse fenômeno é registrado em várias partes do território brasileiro. A variação, como já dito, é que em algumas localidades é comum o apagamento da consoante muda, como registrou Marroquim (1934, p. 85): “*arripuná*”, “*inorá*”, “*sujigá*”, em vez de repugnar, ignorar e subjugar, ou como em “*malino*” (maligno) que, segundo Chaves de Melo (1943, p. 91) ocorreria em todo Brasil.

A Carta 87 do Atlas Lingüístico de Sergipe revela que a forma “*malina*”, nomeando uma doença, é sistemática, e “*malino*” é a única forma utilizada para referir-se à menino travesso (Carta 114).

Nascentes comenta esses casos explicando que, quando na fronteira da sílaba há duas consoantes é comum a supressão de uma delas, como repugnar - repunar, ou pode-se criar uma “vogal parasitária” que pode ser *e*, *i* ou *u*, dependendo da vizinhança fonética. O autor observa que o segundo caso é mais freqüente, como ocorre em: *óbivio*, *obicecado*, *abenegado*, *obeter*, *adevogado*, entre outros (NASCENTES, 1953, 57-8).

Teixeira (1938, p. 21-2) verifica que, na fala mineira, todos os grupos consonantais (*bc, bj, bn, bs, bt, cç, cl, cr, dq, dj, dm, dv, gn, ls, pç, pn, pt, tm*) são intercalados por [i]: *obiceno, objeto, abinegado, abisoluto, obter, infequição, quilemente, reculuta adquirir, adijetivo, admirar, adivogado, díguino, convulção, concepção, pineumonia, opitado, atimosféra*.

Em nossa análise verificamos que seqüências consonantais do tipo [cons + l] ou [cons + r] ou encontros consonantais perfeitos, a epêntese não é sistemática, na verdade, ocorre somente em “quilina”, por crina, e “filobé”, variante fonética de “Flaubert” (este fato será comentado no item A.14) e não ocorre em “*aflição*”, “*completa*”, “*crê*”, “*cru*”, “*recrimina*” ou em qualquer seqüência deste tipo, como ocorre, segundo Amaral, no interior de São Paulo, em formas como: “*reculuta*”, “*Ingalaterra*”, “*garampo*”. (AMARAL, 1953, p. 54).

Em nossa amostra não é comum a epêntese em sílabas travadas, ocorre apenas, de forma variável em:

orualhu (orvalho)

e não ocorre em vocábulos como “*quarta*”, “*interna*”, “*certo*”, “*normais*”, “*força*”, ou em qualquer outro vocábulo que apresente sílaba travada, como, segundo Marroquim, ocorreria no Nordeste, como em “*irmão*”, para *irmão*, entre outras. (op.cit., p. 83-4).

Câmara Jr. (1992, p. 56-8) ao tratar das estruturas silábicas portuguesas, se demora neste tema. O estudioso explica que nos vocábulos de origem erudita em que encontram a seqüência fônica “plosiva ou fricativa labial seguida de uma plosiva, uma fricativa labial ou uma nasal” forma-se uma sílaba travada. Uma outra análise levou o autor a admitir que se tratavam de grupos consonânticos crescentes (*com-pa-cto*; *ri-tmo*), mas revendo a questão percebeu que, na verdade, tal grupo é intercalado por uma vogal “que não parece poder ser fonemicamente desprezada” prova disso é que entre os vocábulos *rápido* e *rapto* a única diferença que se percebe é a emissão dos fonemas surdo e sonoro da última sílaba de ambos.

A.3- REDUÇÃO DE VOGAIS ÁTONAS FINAIS

Em nossa amostra verifica-se que os vocábulos que não sejam oxítonos são obrigatoriamente terminados em [a], [i] ou [u], seguidos ou não por “s” independentemente da classe gramatical a que pertença o vocábulo, de seu número de sílabas ou do contexto posterior, se pronunciado isoladamente ou se no interior de uma frase. Assim, não parece haver elementos internos que interfiram na sistemacidade do fenômeno, que também não sofre influência de quaisquer fatores externos:

(18) *du Parlamentu a justiça podi procesá-lu, comu todus sabemus* (inf. RFM)

(19) *comu si fossi a casa dum amigu, quandu cê tem saudadi* (inf. GME)

(20) *si eli venceu u mundu* (inf. NME)

(21) *rebanhu di tratoris* (inf. RFM)

Em grande parte ou talvez na maioria das localidades brasileiras as vogais átonas finais são as mesmas que aparecem na fala araguiense, isto é, exclusivamente [a], [i] e [u]. São poucas as regiões que registram [e] e [o] átonos finais, na verdade, se registram apenas no interior paulista, no Rio Grande do Sul e na região da baixada cuiabana.

Sobre a fala rural de São Paulo, Amaral dizia em 1920, que “Não se operou aqui a permuta de **e** final por **i**, que se observa em outras regiões do país (aquêli, êsti), como não se operou a de **o** por **u**, (povu, digu)” (AMARAL, 1920, p 48-9).

Chaves de Melo declara que no Rio Grande do Sul, por influência espanhola, o [e] final se conserva, como em *fome, sede, parte* (MELO, 1946, p. 89).

Bunse (1981), num trabalho mais recente, realizado em outra região sul-riograndense, São José do Norte, observa a falta “do e brevíssimo” e registra as formas [ke] (que), [se/si] (se), [de/di] (de). Quanto ao [o] final, o autor revela que passa a [u], como em *ossu, tortu, alíviu* (BUNSE, 1981, pp. 92-4);

A pesquisa de Pagel (1993) mostra que em Blumenau, na fala de informantes bilíngües o [e] e [o] átonos finais são sistemáticos, o que vem, segundo o autor a caracterizar a variedade lingüística daquela região.

No falar cuiabano, segundo Drummond (1995, p. 69) ocorre a pronúncia de [e] e [o] finais, como “*dE, jeitO, carrO*”, de acordo com a transcrição da autora.

Nas demais localidades brasileiras não se registram [e] e [o] finais. Mesmo em São Paulo, excetuando-se a região descrita por Amaral, as vogais átonas finais são apenas o

[a], o [e] e o [i]. Santos (1997) observa num bairro paulistano, o Jardim São Francisco, que a ocorrência dos arquifonemas /I/ e /U/ “resultante da neutralização dos fonemas /e/ e /i/ (...) e dos fonemas /o/ e /u/” é um dos fenômenos mais comuns em seu *corpus*.

Em Minas Gerais, ainda na primeira metade do século passado, Teixeira (1938, p. 15-6) verificou que “e átono final é sempre i: *inocenti, paredi, di, noiti, vali, comadri, fradi*, tanto na linguagem inculta como culta” enquanto que “o final vale u: *sábadu, todú, issu, veju, mandu, etc*”. O autor ainda acrescenta que o mesmo se dá no Nordeste e no Rio de Janeiro.

De fato, Nascentes declara que no Rio de Janeiro, excetuando-se “locuções consagradas” como “de manhã, de noite, cor dê rosa, conto dê reis, pandeló (pão de ló)” o *e* final sempre se reduz. Em relação ao *o* final, o estudioso diz que, assim como em Portugal, é pronunciado como [u] (NASCENTES, 1922, p. 33).

Marroquim observa que em Alagoas e Pernambuco “o *e* final passa invariavelmente a i, em todas as classes: *parêdi, rêdi, di, qui, ándi, pédi*” entre outras e o “o final sôa: u: *Pernanbucu, fêchadu, báxu, São Paulu, Rio de Janêru*. É a pronúncia geral.” (MARROQUIM, 1934, p. 42-3).

O APFB nos mostra que não há a produção de [e] e [o] átonos finais na fala coloquial utilizada no território baiano. Dentre os muitos exemplos citamos “*escladadu*” (Carta 45); “*gêmiu*” (Carta 100); “*cangoti*” (Carta 56); “*mandanti*” (Carta 139).

A.4. APAGAMENTO DA SEMIVOGAL EM DITONGOS DECRESCENTES

A não realização das semivogais nos ditongos orais decrescentes [ay], [ey] e [ow] é um dos traços fonéticos mais produtivos de nossa amostra.

Não parece haver interferência de fatores externos no referido fenômeno, já que ocorre na fala de qualquer informante, pertença este ao grupo de filhos de migrantes ou de nativos, seja o informante homem ou mulher, jovem ou idoso, escolarizado ou semi-alfabetizado. O fator que condiciona o apagamento da semivogal não é de natureza social e sim lingüística, é o contexto lingüístico posterior ao ditongo que favorece o aparecimento ou o apagamento da semivogal.

Segundo Oliveira (1987, p. 22) a redução verificada em alguns ditongos não é o que se poderia chamar de variação, já que, considerando a definição de Tarallo de variante lingüística⁴, a variação teria de ocorrer num mesmo contexto e com o mesmo valor de verdade, mas o apagamento da semivogal pode estar não apenas condicionado, mas determinado por uma consoante em posição posterior, enquanto que outro fone pode determinar a não redução do mesmo ditongo. Para o autor, casos tratados como variação seriam casos de alomorfia.

Bisol (1994) observa o comportamento dos ditongos do português e classifica-os em fonológicos e fonéticos, o que para a autora equivaleria a dizer verdadeiro e falso, respectivamente. A autora (1989) explica que os ditongos fonológicos são os que formam pares mínimos com a vogal simples, como “pauta ~ pata”, razão pela qual os ditongos fonéticos se monotongariam mais facilmente, já que tal processo não formaria outro vocábulo de diferente valor semântico. A autora observa também que a “ausência de glide é quase categórica quando a consoante seguinte é uma palatal ou uma vibrante simples como em peixe ~ pexe; feira ~ fera” (BISOL, 1994, p. 124).

⁴ Segundo Tarallo (1985, p. 8) variantes lingüísticas são “diversas maneiras de se dizer a mesma coisa em um mesmo contexto, e com o mesmo valor de verdade.”

Verificamos em nossa amostra que o contexto posterior, conforme observam Bisol e Oliveira, influencia no processo de monotongação, e ainda pode-se perceber que isso se dá de forma diferenciada para cada um dos ditongos em questão. Vejamos cada um deles:

A.4.A- O DITONGO [AY]

Em nossa amostra verifica-se que, como ocorre em várias partes do país, antes de [š], o ditongo [ay] é produzido como [a], em sílabas iniciais ou mediais, sejam átonas:

paxãu (paixão)

abaxá (abaixar)

incaxá (encaixar)

ou tônicas:

faxa (faixa)

caxa (caixa)

imbaxu (embaixo)

Vários autores, tanto em trabalhos de descrição regional ou em textos teóricos sobre a fonética e fonologia do português brasileiro, afirmam que antes de palatal, sem especificar se surda ou sonora, a semivogal do ditongo [ay] é apagada, no entanto, ao mostrarem alguns exemplos, nenhum autor apresenta o referido fenômeno antes da palatal sonora. Em nossa amostra também não verificamos a ocorrência de tal ditongo antes do par homorgânico do fonema surdo [š], o fonema [ʒ], assim, não podemos afirmar se o ditongo ocorreria ou não antes de tal segmento fônico.

Nossos dados revelaram que, regularmente, a semivogal /y/ aparece em seqüências como *saiba, chaira, bailarino, bairro, baita*, ou seja, precedendo vários segmentos fônicos a semivogal [y] é sistematicamente realizada, mas antes de [ʃ] tal fonema é sistematicamente apagado.

Vários pesquisadores brasileiros, desde o início do século passado já registram a redução da semivogal do ditongo [ay] ocorre quando o contexto posterior é [ʃ].

Amaral (1955, p. 50) registra que antes de [ʃ] o [i] não se realiza, seja em sílaba átona ou tônica, como ocorre em *baxo, baxêro, faxa, caxa, paxão*.

Nascentes (1922, p.39) observa, que “o ditongo **ai** conserva-se nos monossílabos: pai, vai, sai, cai, mas sofre redução antes do fonema xe, absorvido o **i** pela palatal; baixo – baxo, caixa – caxa”. O autor observa ainda que a semivogal não se realiza também no presente do subjuntivo dos verbos *caber* e *saber*: *caba* (caiba) e *saba* (saiba) e no antropônimo Adelaide, registrado como *Delade*.

Marroquim (1934, p. 61) afirma que “Deante da palatal **x**, **ái** perde a semivogal, *baxa, caxa, paxão*”.

Teixeira (1938, p. 17) diz que no falar mineiro, tanto na fala culta como na inculca, o ditongo /ay/ “por influência de **x** perde o **i**”, como em *caxão, baxela, paxonite*, entre outros exemplos.

Coutinho (1968, p 331) também observa que no PB, na “linguagem descuidada”, antes de palatal o ditongo /ay/ não ocorre; como em *caxa, faxa* e não *caixa, faixa*.

Na Paraíba, conforme afirma Aragão (1998, p.71) “em posição medial, antes de /j/ /aj/ realiza-se como [a]” como em [‘ka[a]”.

No Paraná (AGUILERA, 1995) encontramos as formas regulares *baxada* (baixada), *baxeru* (baixeiro) (carta 117), entre várias outras.

Parece não haver qualquer localidade brasileira onde o ditongo [ay] ocorra antes de palatal surda. Há apenas um fato que convém salientarmos: Bisol (1994, p. 126) observa que no Rio Grande do Sul, o ditongo [ay] ocorre antes do [ʃ] em palavras que a escrita consagrou sem o ditongo, como, por exemplo, ocorre em “*fayxina*”.

A.4.B- O DITONGO [EY]

Sobre a produção do ditongo [ey], Bisol (1994, p. 126) observa que este, assim como o [ay] diante de palatal pode alternar-se com vogal simples, independentemente da tonicidade da sílaba em que ocorra.

O que é observado por Bisol não se aplica, pelo menos na totalidade, em nossa comunidade. Antes de palatal não há em nossa amostra a possibilidade de alternância verificada pela autora em seu trabalho, isto é, na fala araguaense, em tal contexto, a semivogal é sistematicamente apagada, como atestam os exemplos mostrados logo abaixo. Já em outros contextos a ocorrência do ditongo é obrigatória e, em outros é possível a variação. Vejamos cada um dos casos.

Antes de [r] somente na palavra “Mineiros”, que é o nome de uma cidade goiana, distante de Alto Araguaia aproximadamente 90 quilômetros, a semivogal é pronunciada: [mi.'ney.rus]. Nas demais ocorrências do ditongo [ey] antes do flepe [r] a semivogal é sistematicamente apagada, independentemente da tonicidade ou da posição da sílaba no vocábulo, como em:

bandera (bandeira)

merendera (merendeira)

parseru (parceiro)

dinheru (dinheiro)

maderamentu (madeiramento)

Também não se registra a semivogal antes das palatais [š] e [ʒ], tônicas ou átonas:

dexei (deixei) ou *dexa* (deixa)

pexi (peixe) ou *pexim* (peixinho)

bejá (beijar) ou *beja* (beija)

fejãu (feijão) ou *fejuada* (feijoada)

Outros contextos, ao contrário, determinam a ocorrência do ditongo. Nossas análises revelam que a semivogal do ditongo [ey] é sistematicamente pronunciada antes de oclusivos dentais, sejam surdos, como em:

prefeitu (prefeito)

peitu (peito)

sejam sonoros, como em:

Cleidi (Cleide)

Marleidi (Marleide)

Antes de vogais a semivogal também não é apagada, como em:

teia

meia

cheia

Se a vogal subsequente ao ditongo for [o] em uma sílaba átona que forme hiato com a anterior, é a vogal que é apagada e a semivogal permanece, formando ditongo

decrecente com a sílaba anterior: “feio”, por exemplo, passa a “fei” (conforme se vê no item A.10 deste trabalho).

Alguns contextos lingüísticos permitem a variação na produção do ditongo [ey]: antes do velar [g] verificou-se que no vocábulo *manteiga*, por exemplo, o apagamento da semivogal é sistemático, pronunciado “mantega”, enquanto que em *leiga* a ocorrência da mesma é invariável.

Antes do nasal [m], encontramos a variação entre [ey] ou [e], até na fala de um mesmo informante, como em:

quemá ou *queimá* (queimar)

quemadu ou *queimadu* (queimado)

temosu ou *teimosu* (teimoso)

O mesmo é verificado por Mota (1986, p.143) em Sergipe, onde ocorre tanto “*queima*” quanto “*quema*”.

Silva Neto (1963, p. 175) sobre o ditongo [ey] explica que, enquanto em Portugal passou a ser pronunciado *âi*, no Brasil, manteve-se a pronúncia conservadora, já que o brasileiro “reduz o ditongo a e fechado antes de j, x e r (...) e conserva-o noutros casos (...). Contudo, na pronúncia distensa, **manteiga** soa **mantêga**”.

Amaral (1920, p. 25) explica que no dialeto caipira, o contexto fonético [ey] reduz-se a “ê quando seguido de r, x ou j, e dá os seguintes exemplos: isquêro, arquêre, chêro, pêxe, dêxe, quêjo, bêjo, berada”.

Nascentes esclarece que no Rio “O ditongo **ei** conserva-se nos monossílabos, diante de vogais e na sílaba final (...) mas diante de consoante se reduz a **e**” (NASCENTES, 1953, p. 42)

Em Alagoas e Pernambuco, segundo Marroquim, a não ser em fala “policiada” nenhum falante pronuncia a semivogal em alguns contextos, como em “*quêjo, bandêra, brasilêra, mantêga, bêjo, fêjão, quêxa, istêra, rêxa, dêxe, pêxe*”. Quando o ditongo é seguido por *a*, formando hiato, a pronúncia varia na fala da classe culta; na classe inculta, invariavelmente, a semivogal é apagada: *vêa* (veia), *mêa* (meia), *têa* (teia). A semivogal é regularmente pronunciada antes de *t* e *ç* (sic), como em *peito, peitada, peitoril, leite, feitiço, beicho, feição, treição*. (MARROQUIM, 1934, p. 64-5).

Teixeira declara que no falar mineiro o ditongo [ey] “reduz-se geralmente a ê fechado: *pêxe-peixe, fêxe-feixe, quêjo-queijo, bêjo-beijo, brasilêro-brasileiro, primêro-primeiro, cartêro-carteiro, etc.*, tanto na língua culta como inculta. Átono reduz-se a *i*: *intirinho, minirinho, coquirinho*” (TEIXEIRA, 1938, p. 17). O autor ainda acrescenta que antes de *ç* e *t* (sic) o ditongo não se desfaz, “em ambas linguagens”, como em “*peito, peitoril, peitar, beicho, eleição, inleição, etc*”.

No falar cuiabano, diz Drummond (1978, p. 70) que “antes de palatal ou R, [ey] é pronunciado como [ê]”, como em *quejo, luzero, cativero*.

Pelo APFB percebe-se que a monotongação do ditongo [ey] é bastante freqüente, sistemática na maioria dos casos, como *barredera* (varredeira – Carta 106), mas a Carta 13 do referido atlas registra a forma “*bera d’água*” ao lado de “*beira d’água*”.

Uma análise de Jacyra Mota do Atlas Lingüístico de Sergipe (FERREIRA et al., 1986) revela que a variação entre [ey] e [e] (às vezes [ɛ]) não está ligada a fatos de natureza diafásica ou diastrática, como se tem verificado em outras localidades, o que leva a estudiosa a concluir que se trata de uma variação livre.

Segundo Aragão (1998, p. 72), na Paraíba “em posição medial, antes de /t/ ou /g/, /ej/ pode realizar-se como /e/ ou se manter como /ej/”. A autora mostra a ocorrência de *culheta* (colheita) ao lado de *leitão*; *mantega* ao lado de *meiga*.

No Paraná (AGUILERA, 1995) a pronúncia de “queiro”, dente do siso, varia entre *queru* e *queiru* (Carta 66 - inf. A- PI 25). As demais construções com ditongo [ey] verificadas no Atlas Lingüístico do Paraná se fazem sistematicamente sem o [y] como em *pedrera* (Carta 24), *madera* (Carta 35), *sidrera* (carta 48) e *partera* (Carta 158) entre tantas outras.

Bunse (1981) afirma que em São José do Norte-RS, o [ey] se monotonga em [e] em qualquer posição: *dexa, feção, cobreru, berado*. (op.cit. p. 95).

Lemle (1978) afirma que a monontongação de [ey], assim como de [ow] já não é percebida como marca de fala não-padrão, tais ditongos somente não são reduzidos em registros muito formais. O [ey] não se reduz em alguns vocábulos: *queima, teima, beço, meigo, leigo, azeite, leite, peito, despeito, peido, estreita, colheita, seita, feita* (op.cit.p. 69).

Araújo (1999), observando a fala de analfabetos e escolarizados, com idade de 15-25 e mais de 50 anos, verificou que em Caxias-MA, esse fenômeno é variável. O segmento posterior é o principal fator condicionante da regra, a monotongação ocorre com mais frequência quando tal segmento é *r* (.85) e com menos frequência quando se tem um *n* (.12). O fato de a supressão da semivogal atingir alguns vocábulos e não atingir outros com a mesma seqüência fônica leva a utora a postular que a implementação desta regra está se dando via difusão lexical.

A.4.C- O DITONGO [OW]

Nossos dados mostram que em posição final, medial ou inicial o ditongo [ow] é realizado como [o]. O contexto posterior não se mostra influente nesse caso, assim como a tonicidade. Os fatores externos também não são condicionadores deste fenômeno.

Em nossa amostra são registrados de forma sistemática os vocábulos:

ropa (roupa)

róba (rouba)

otru (outro)

ovidu (ouvido)

rocu (rouco)

trossi (trouxe)

troxa (trouxa)

tisora (tesoura)

toru (touro)

Em posição final, coincidindo com o morfema de terceira pessoa do singular, de pretérito perfeito de verbos da primeira conjugação, a forma [o] é sistemática, independentemente do número de sílabas que contenha o vocábulo:

istudô (estudou)

perguntô (perguntou)

falô (falou)

comprô (comprou)

O mesmo se aplica à primeira pessoa do singular de alguns verbos irregulares/anômalos:

dô (dou)

tô (estou)

sô (sou)

vô (vou)

Já em 1920, Amadeu Amaral observou a monotongação do ditongo [ow]. O autor declara que na fala popular de São Paulo **ou** átono ou tônico passa a *o*, como em *pôco*, *tôro*, *locura*, *rôpa*, e explica que o ditongo **ou** não muda para **oi**, e vice-versa, como ocorre na fala culta e em Portugal (AMARAL, 1920, 50).

Segundo Marroquim (1934, p.73) o ditongo [ow] átono pode passar a [u], como em “uvir, uvidu, uvinti” em Alagoas e Pernambuco.

O mesmo se dá na Paraíba. Segundo Aragão (1998, p. 72) “em posição inicial tônica /ow/ realiza-se como [o] e em inicial átona, como **u**” como em *oru* e *uvidu*, e “em posição medial /ow/ realiza-se como [o] – /bi'zoru/”.

Na fala cuiabana Drummond (1978, p.72) registrou a forma *uve*, de *ouve*, mas segundo a autora, na fala daquela região é comum a alternância de [o] por [u], como em *foge* > *fuge*, assim, pode-se supor que *uve* se originou de *ove*, ou seja, houve o apagamento da semivogal em um estágio anterior.

Na maioria das localidades brasileiras se registra a redução do ditongo, com a permanência da vogal [o]:

Em Minas Gerais, segundo Teixeira (1938, p. 18), tanto na fala culta quanto na inculta [ow] se reduz a [o]: *ôro*, *côro*, *trôxe*, *pôso*, *pôco*, *rôpa*, *lôco*, *rôbo*, *dôto*, *estôro*, etc. Teixeira assume que esta pronúncia já se fixou, não apenas no território mineiro, mas em todo

o país, enquanto que a pronúncia de [oy] se conservou, como em: *doido, foice, dois, coisa, noite*, entre outras.

No APFB também é sistemática a redução, como em *coru* (couro – Carta 69), *bassora* (vassoura – Carta 106) entre outros.

No Atlas Lingüístico de Sergipe não se verifica nas cartas a ocorrência de vocábulos com este segmento, nas transcrições, como já dito, adota-se o padrão escrito, o que acaba por fazer com que se perca muitos traços fonético/fonológicos da fala daquela região. Conseguimos observar na Carta 84 o que parece ser um fenômeno inverso ao que estamos registrando aqui, a ocorrência da forma *caboucu* ao lado de *caboco* (caboclo), o que indica um caso de hipercorreção.

No Atlas Lingüístico do Paraná, é possível perceber que o apagamento da semivogal [w] no ditongo [ow] é sistemático, como em: *poquinho* (Carta 2), *coro* (Carta 38), *oru/orinho* (tipo de banana - Carta 43), *loro* (papagaio – Carta 53), além das formas *otrus, otus*, muito freqüentes nas respostas dos informantes.

Na região gaúcha pesquisada por Bunse [ow] é sistematicamente produzido como [o]: *chegô* (chegou), *torumo* (tourumo), (1981, p.95)

Santos (1997) verifica que na variedade falada no bairro Jardim São Francisco o caso de monotongação mais freqüente é o do ditongo [ow], sobretudo nos verbos, como “[vo] e [is'to] ou [to], mas pode ocorrer também em sílaba átona inicial como [‘outra]”.

Em nossa comunidade na seqüência “vogal + l” o [l] é vocalizado, ou seja, produzido como [w] constituindo assim, do ponto de vista sonoro, um ditongo decrescente, mas seu comportamento não é o mesmo que o do ditongo [ow], ao invés de ser apagado, pode ser pronunciado como [r], desfazendo assim o ditongo e travando a sílaba no interior dos vocábulos, principalmente na fala dos menos escolarizados. Caso não ocorra a transformação

do [w] em [r] a semivogal se mantém, jamais é apagada, independentemente do contexto posterior ou da tonicidade da sílaba em que ocorra o ditongo. Assim ocorrem:

voutá ou *vortá* (voltar)

vouta ou *vorta* (volta)

soudadu ou *sordadu* (soldado)

póuvura ou *pórvora* (pólvora)

Em monossílabos ou finais tônicos o ditongo é sempre mantido:

sóu e não *sór* ou *sóli*

girassóu e não *girasór* ou *girasóli*, como ocorre no Paraná, (Carta 139 -AGUILERA, 1995).

No ALS *cachecol* é encontrado como: *cachipô*, *cachipu* ou *cachicu* (Carta 70); *terçol* ocorre preferencialmente como *treiçó* (Carta 98).

No APFB o mesmo vocábulo, *terçol*, é registrado como: *treiçó*, *treiçou* e *treiçoli* (Carta 91).

A.5. DESPROPAROXITONIZAÇÃO

O neologismo “desproparoxitonização” é utilizado, entre outros, por Aguilera (1985), no sentido de chamar a atenção para o fato de que não se trata de uma supressão fonética como outra qualquer, já que a não realização de um ou mais segmentos fônicos se faz para que a sílaba tônica do vocábulo seja a penúltima e não a antepenúltima.

O fenômeno que chama a atenção é a preferência por palavras “típicas” do português do Brasil, ou seja, as paroxítonas.

As proparoxítonas que são transformadas em paroxítonas em Alto Araguaia (e como registrado em várias outras localidades), se fazem basicamente por três processos distintos, todos baseados em supressão de fonemas posteriores à sílaba tônica.

1- Um dos processos consiste na supressão de uma vogal quando a seqüência fônica possibilita a formação de um encontro consonantal perfeito (próprio ou inseparável) com a retirada de apenas um fonema vocálico, como em:

úbere - o [e] é suprimido da sílaba pós-tônica, o [b] que resta forma um encontro consonantal com a sílaba seguinte, o “re”, formando “bre”; a palavra perde uma sílaba, *úbere*, que era trissílaba passa a dissílaba, conseqüentemente, de proparoxítona à paroxítona. Surge assim o vocábulo “ubre”.

A mesma regra se aplica a:

fósforo - *fósfro*

abóbora - *abóbra*

árvore - *arvri*

número - *numru*

pólvora - *pólvra* ou *pórvra*

útero - *utru*

2- Um outro processo é utilizado em vocábulos cuja sílaba que deve ser eliminada, a pós-tônica, é iniciada por [m], [s] ou [r], ou seja, consoantes comuns em final de sílabas travadas. O processo é bastante semelhante: a consoante restante após a supressão da

vogal com a qual formava sílaba em posição pós-tônica recua para a sílaba anterior tônica, formando uma sílaba tônica travada, assim:

em pêssego, por exemplo, retira-se o [e] da sílaba pós-tônica, o [s] que resta forma sílaba com a tônica anterior [pes], dando origem à palavra “pesgo”.

É o mesmo que ocorre em:

córrego - *córgu*

estômago - *istongu*

cócegas - *cósca*

3- O terceiro mecanismo consiste na retirada simultânea da vogal da sílaba pós-tônica e da consoante da sílaba que a sucede, como em:

clavícula - *cravica*

estômago - *istomu*

fígado - *figu*

hóspede - *óspi* ou *óspeu*

pólvora - *pórva*

relâmpago - *relâmpu*

Rondonópolis - *Rondonópi* ou *Rondonópis*

Em nossa amostra verificamos que algumas proparoxítonas são transformadas em paroxítonas apenas por pessoas de baixa ou nenhuma escolaridade, como “pezgu” ou “istomu”, ao passo que “abobra”, “fosfru” e “cosca” são encontrados também entre os mais escolarizados. Por outro lado, vocábulos como “péssimo”, “ótimo”, “único”, “último” e “ônibus” são sempre pronunciados como proparoxítonos, mesmo por falantes com baixa escolaridade.

Comparando-se o fenômeno em várias regiões distintas, verificamos que ele se processa de forma diferente em cada comunidade, no sentido de não atingir da mesma forma todos os vocábulos, ou seja, enquanto que em uma localidade é comum a *desproparoxitonização* de um vocábulo, em outra ele se apresenta sistematicamente como proparoxítono ou vice-versa.

No “dialeto caipira” de São Paulo, Amaral registrou a ocorrência de *ridico* (ridículo), *legite* (legítimo), *cosca* (cócegas), *musga* (música). O autor percebeu que alguns vocábulos como *lático*, *sumítico* e *náfico* não sofrem redução.

Nascentes (1953, p. 37) explica que o “*horror ao proparoxítono acarreta a síncope das vogais protonicas*” e gera formas como: *cago* (cágado), *ginasca* (ginástica), *porva* (pólvora), *forgo* (fôlego), *fosfo* ou *forque* (fósforo), *prinspe* (príncipe), *mascra* (máscara), *xicra* (xícara), entre outras.

No Nordeste, segundo Marroquim (1934, p. 44-5), as proparoxítonas *sumítico* e *náfico* (ou *náfigo*) assim como no interior de São Paulo, são pronunciadas como tal. N’*A língua do Nordeste*, ocorrem formas como: *briba* (víbora), *Cirço* (Cícero), *coigo* ou *corgu* (córrego), *musga* (música), *isprito* (espírito), *secro* (século), *Amerca* (América), entre outras.

Enquanto o vocábulo “náfico” não se reduz em Alagoas, Pernambuco e São Paulo, é registrado no Paraná, como “narfo”, (Carta 76- PI 13- Inf. B), e na Bahia (Carta 79) como *nafu*, *nafru*, *naxfru*, *naxtru*, *naifî*, *naxtu*, *naxku*, além da forma proparoxítona *náficu*.

O APFB mostra muitas outras ocorrências desse fenômeno que se processa de forma variável. Alguns vocábulos são sistematicamente transformados em paroxítonas, como: *óculos*, registrado como *oclus*, *oclu*, *ocru*, *ocus* (Carta 65); ou *útero*⁵, pronunciado *utru*, *utu*, *uti*, a forma proparoxítona para *glândula* é inexistente, ocorre como: *lãdra*, *ulãdra*, *ólãdra*

(Carta 64). Outros vocábulos são registrados tanto na forma paroxítona quanto proparoxítona, como *verônica* (medalha), pronunciado como tal ou como *verõca*, *cálice*, como *cálici* ou *calis*, *pérola* pode ser encontrado como *pérula*, *pérola*, ou como paroxítono *pérla*, *péusla*, *péula* (carta 66).

Em Sergipe (FERREIRA et al., 1986) observa-se a existência de *calis* (cálice)- (Carta 17); *clavicla*, *cavicla* ou *cavica* (clavícula)- (Carta 59); *ocus*, *u zoclu*, *oclus* ou *ocrus* (*óculus*)- (Carta 66); *vibra* ou *briba* (víbora)- (Carta 124).

No Paraná (AGUILERA, 1995), se encontram as formas *arve* (árvore) (Carta 35), *relãpio* ou *relãpo* (relâmpago) (carta 107); *amígdala* (Carta 106) é registrada como proparoxítona ou sob as formas *amidla*, *amiglas*, *miglas*, *amida* ou *amigua*; *glândula* (Carta 155) é registrada como proparoxítona, pronunciada *grãdula*, *grãnola*, *grãgula* e *grãnula* ou como paroxítona *gãgua*, *gãga*, *gãgra*, *grãna*, *grãda*, *grẽna*, *lãdra*. A Carta 61 registra as formas *triângulo* e *trianglo*.

Bunse (1981) afirma que na região gaúcha São José do Norte há certa antipatia pelas proparoxítonas, a transformação destas em paroxítonas é feita, segundo o pesquisador, pela síncope da vogal da penúltima sílaba, como em: *arve* (arvore), *combru* (cômoro)⁶, *ubre* (úbere), *chacra* (chácara). Lemle (1978, p. 66) diz que na fala coloquial carioca há uma tendência em transformar proparoxítonas em paroxítonas. A autora observa formas distintas desse processo:

a- a perda da vogal pós-tônica: abóbora ~ abobra;

b- a perda de vogal e consoante pós-tônica: árvore ~arve

⁵ O vocábulo *útero* não é freqüente na fala rural da Bahia. Este órgão feminino é preferencialmente denominado na fala popular de *mãe do corpo* ou *dona do corpo*. (Carta 61- APFB).

⁶ De acordo com Heinrich Bunse, cômoro é uma palavra muito comum na região para designar *dunas*.

Lemle (1978) verifica ainda que há uma série de vocábulos que não são “propensos à supressão”, são eles: *trágico, prático, romântico, elétrico, cínico, único, mágico, túnica, hálito, vômito, estúpido, pálido, ácido, úmido, página, ótimo, mínimo, máximo*.

A.6. ABERTURA DAS PRÉ-TÔNICAS

A variação na abertura do [e] e [o] pretônicos é o traço que tem servido para a identificação regional das falas brasileiras. Foi baseando-se nele, além de alguns traços prosódicos, que Antenor Nascentes elaborou a divisão dialetal do Brasil, pela última vez em 1953, divisão esta que é freqüentemente analisada e revista pelos estudiosos brasileiros contemporâneos e dada como correta.

Na proposta apresentada pelo dialetólogo a região que estamos aqui apresentando fazia parte do dialeto sulista. Cabe ressaltar que naquela época Alto Araguaia começa a se formar, não tinha sua população constituída como a tem agora. Este é um dos motivos, além do alerta do próprio Nascentes sobre a revisão em relação à sua classificação dialetal, que deve ser feita de tempos em tempos, que nos levou a observar a abertura das vogais [e] e [o] em posição pré-tônica em nossa comunidade.

Não se registraram em nossa amostra segmentos fônicos produzidos de forma aberta, como ocorre em muitas localidades do Nordeste brasileiro, apesar do grande contingente de nordestinos que integram a população araguaense.

Nossos dados mostram que quando a sílaba tônica é formada por vogal baixa ou média as vogais [e] e [o] em posição pretônica, sendo sílaba inicial ou medial, são, geralmente pronunciados de forma fechada, como:

certeza e não cértza

professor e não profêssor

rebanhu e não rébanhu

terrenu e não térrenu

coragi e não córagi

boróru e não bóróru

botá e não bótá (infinitivo de botar)

Quando a sílaba tônica é formada por uma vogal alta, a pretônica, em posição inicial ou medial, tende a subir, como em:

consiguiu e não conseguiu

divia e não devia

mininu e não menino

pidia e não pedia

siguru e não seguro

bunitu e não bonito

cumigu e não comigo

cumida e não comida

pulíticu/pulítica e não política

múidu e não moído

Como pode ser verificado, ocorre em Alto Araguaia o mesmo que foi observado por Silva Neto (1963, p.173) em relação ao falar carioca, ou seja, em alguns vocábulos [e] e [o] se mantêm e em outros, regularmente se alçam.

Vemos assim reforçada a idéia de que há um condicionamento lingüístico que interfere na manutenção do [e]-[o] ou de [i]-[u] pretônicos. Se a vogal tônica é baixa ou média [e] e [o] são fechados, se alta, produzem-se [i] e [u].

Câmara Jr (1992, p. 44) é um dos que defendem que o segmento posterior pode condicionar o alçamento. Apoiando-se nas considerações de Souza da Silveira (1939, p. 355) o autor procurou explicar o fenômeno denominado por aquele estudioso como “harmonização vocálica”. Mattoso Câmara declara que [e] e [o] só se realizam diante de [i] e [u] tônicos em vocábulos inusitados na linguagem coloquial (como fremir, por exemplo). Por este prisma se explica a razão pela qual “comprido” e “cumprido” acabam sendo homófonas. É a força da harmonização vocálica.

No entanto, nossos dados mostram que algumas pretônicas ocorrem das duas formas; tanto quando a tônica é alta quanto quando a tônica é baixa, a variação pode ocorrer na fala de um mesmo informante:

precisa e pricisa

depois e dipois

peneu e pineu

começu e cumeçu

domingu e duminqu

governu e guvernu

possível e pussível

devagar e divagar

Em alguns vocábulos, mesmo sendo a tônica baixa, a pretônica é sistematicamente alçada, como ocorre em *dipressa* (depressa).

Para Silva Neto a variação pode ocorrer até mesmo na fala de uma mesma pessoa, assim, esta seria para o autor uma variação diafásica: “*Podem mesmo notar-se a pronúncia da mesma pessoa, uma pronúncia tensa outra distensa: dormir/durmir, etc*” (SILVA NETO, 1963, p. 175). Para o autor a vogal tônica alta pode favorecer, mas não é condição obrigatória para que se processe o alçamento da pré-tônica.

Silva Neto (op.cit. 171-9) explica ainda que o e pretônico está sujeito a dois tipos de harmonização vocálica: e – i > i – i e e – u > i – u, quer dizer, antes de [i] e [u] tônicos o [e] pode manter-se ou passar a [i]; como exemplos do primeiro caso estão: *filiz* (feliz), *pipino* (pepino), *firida* (ferida); no segundo caso incluem-se *viludo* (veludo), *piludo* (peludo), mas não ocorre, por exemplo, em *verdura*. O estudioso diz que o que ocorre com o [o] pré-tônico é semelhante: o – i > u – i e u – u > i – u, ou seja, antes de [i] ou [u] tônico a pretônica [o] pode manter-se ou passar a [u], como exemplos do primeiro caso o autor mostra *cobiça > cubiça*, *cortina > curtina*, *bonito > bunito*; podem ilustrar o segundo caso as formas: *gordura > gurdura*, *fortuna > furtuna*, entre outros.

Bisol (1988) afirma que a harmonização vocálica é uma regra variável. A autora constata em alguns estudos variacionistas que a continuidade é um traço condicionador da regra; a vogal assimiladora seria a alta da sílaba seguinte, acentuada ou não. Bisol observa ainda que o “assimilador por excelência” seria u [i], o [u] influenciaria apenas na produção do [o], como, por exemplo, em *coruja – curuja*.

Segundo Nascentes, no Rio de Janeiro, “as protonicas são geralmente fechadas, môral, autômóvel, esquêcê, mordômo, direção, diretor” entre outras, e segue esclarecendo que antes de vogal, o *e* apresenta-se reduzido, como em Portugal: *rial, lial, lião, tiatro* (para real, leal, leão, teatro) assim como ocorre em alguns vocábulos, como *minino, piqueno*. (NASCENTES, 1922, p. 28-9). Sobre o *o* pre-tônico, Nascentes afirma que é fechado e em

alguns casos passa a *u* “*cozinha-cuzinha, colegio-culegio, cortina-curtina, comer-cumê.*” (op.cit, p. 35).

No Atlas Lingüístico da Paraíba (ARAGÃO & MENEZES, 1984) há o registro de vocábulos com a pre-tônica “e” aberta, como: *élevar* (elevar), *régular* (regular), *résolvi* (resolve), *réloju* (relógio) ao lado de outros nos quais a vogal passa à [i], como em *diseju* (desejo), *disinganu* (desengano). O mesmo ocorre em relação ao “o”, aberto em *nórmal* (normal), *óbrigadu* (obrigado), *cóbrar* (cobrar) e passa a [u] em *purissu* (por isso); [o] pode ainda passar a [u] mesmo quando a tônica é [e], como em *uvelha* (ovelha).

A.7. AUSÊNCIA DE TRAÇO NASAL EM FINAL ÁTONO

O fenômeno de desnasalização tem sido registrado há muito na fala coloquial de pessoas cultas ou incultas de várias partes do território nacional. Este fenômeno não deixa de ser também uma monotongação, já que o “em” final é produzido como [ẽ̃ŷŋ], ocorre simultaneamente: o apagamento do traço nasal, o apagamento da semivogal e o alçamento do [e] final. Em Alto Araguaia o fenômeno se mostra bastante freqüente, ocorre principal, mas não exclusivamente, na fala dos menos escolarizados, como em:

coragi (coragem)

homi (homem)

viagi (viagem)

Silva Neto (1963, p. 188) afirma que “Na linguagem popular e regional de todo o País, perde-se a nasalidade final (...). igualmente o ditongo final –ão perde a nasalidade e

reduz-se a **o** na linguagem rústica”, do mesmo modo que, segundo o autor ocorre nos dialetos portugueses.

Realmente, quando se trata de verbos no pretérito na terceira pessoa do plural forma-se a sílaba final [ãw] (e não [ã]) registra-se, quase que invariavelmente, [u], o **o** de que fala Silva Neto, já que o [ãũŋ], assim como o [ẽỹŋ], sofre ao mesmo tempo o apagamento do traço nasal, o apagamento da semivogal e o alçamento do [o] final :

falaru (falaram)

ficaru (ficaram)

foru (foram)

passiaru (passearam)

Nossa amostra revela que o traço nasal se mantém nos segmentos /ẽĩŋ/ que ocorrem como morfema de terceira pessoa do plural de verbos no presente. Esta forma ocorre na fala dos escolarizados, como:

quereim (querem)

fazeim (fazem)

fosseim (fossem)

Cabe ressaltar que as formas apresentadas acima são recolhidas de falas de informantes com mais escolaridade. Os menos escolarizados, geralmente, não realizam a concordância verbal, o que torna difícil verificar se as formas verbais exemplificadas acima apareceriam com ou sem o traço nasal na fala dos menos escolarizados, já que esses preferem formas como: eles *qué*, eles *faiz*, eles *fossi*, e assim sucessivamente.

Amaral (1920) observou o fenômeno de a desnasalização na fala caipira do início do século passado e verificou que se tratava, já naquela época, de um traço bastante freqüente na fala coloquial.

Teixeira (1938, p. 20) observa que na primeira metade do século passado o fenômeno já era praticamente sistemático em Minas Gerais, diz o autor que o “M final cai:, **image, viage, paisage**, (...) tanto na linguagem inculta como na culta”.

No Atlas Lingüístico do Paraná, o vocábulo *vagem* (Carta 1) é registrado como *vagi/bagi* ou *vage/bage*. Em ambos os casos os fonemas finais são orais.

Em algumas localidades esse fenômeno é registrado com alguma variação. No APFB, por exemplo, é muito comum a desnasalização, como em *nuvi* (nuvem (Carta 6), mas *treisantonti* se alterna com *treisantontein* (trás-ante-ontem – Carta 8).

Em Cuiabá (DRUMMOND, 1978), a desnasalização, além de ocorrer no segmento [ẽĩŋ] como em várias partes do país, ocorre também em “*irmá*” (irmã), “*tarumá*” (tarumã), “*mamai*” (mamãe).

A.8. DITONGAÇÃO ANTES DE [S] EM SÍLABAS FINAIS TÔNICAS

A ditongação antes dos fones [s] e [z] somente em sílabas tônicas finais é um fenômeno bastante produtivo em Alto Araguaia. Na fala de filhos de migrantes gaúchos é variável, enquanto que na fala dos demais grupos a realização da semivogal em tais contextos é sistemática. O número de sílabas não se mostrou influente; a ditongação pode ocorrer com qualquer vogal, independentemente da altura ou do timbre da mesma.

capataiz (capataz)

Goiáis (Goiás)

déiz (dez)

fregueis (freguês)

veiz (vez)

fîiz (fiz)

quiiz (quis)

nóis (nós)

arroiz (arroz)

puis (pus – verbo por)

luiz (luz)

Coutinho (1968, p. 331-3) afirma que no PB a vogal tônica seguida de [s] ou [z], “alonga-se em ditongo: gais (gás), rapaiz (rapaz), três (três), feiz (fez), nós (nós), atroz (atroz), seduiz (seduz), puis (pus)”;

o autor não observa esse fenômeno com a vogal [i].

Amaral (1920, p.48) observa já em 1920, no dialeto caipira de São Paulo, que as vogais tônicas geralmente não sofrem alterações, a ditongação a que estamos nos referindo aqui é um raro exemplo de alteração de vogais tônicas, para o autor é um fato importante esse de que um som “ciciante (s ou z), no final dos vocábulos, se ditonguem pela geração de um i: rapaiz, méis, péis, nós, luiz”.

Teixeira (1938, p. 13) faz a observação da ditongação somente em relação à vogal A, explicando que “Diante de z, sendo tônico, ditonga-se: **paz dá paiz; faz-faiz (...)** Mas é pronunciado **mais**”, nada diz quanto ao fenômeno em outros contextos.

Silva Neto (1963, p. 183) assim explica o fenômeno: “O arquifonema palatal s pré-dorsal final de sílaba acarretou o aparecimento de uma fíbria vocálica, mais acentuada à proporção que se baixa na escala social”.

O estudo de Bisol (1994, 134) mostra que o fenômeno que a autora chama de “o glide da sílaba acentuada final” ocorre em muitas variedades lingüísticas do PB, independentemente da realização palatal da consoante seguinte, mas sempre, assim como também é verificado em nossa amostra, em sílabas tônicas finais. Bisol mostra que o glide pode aparecer com qualquer vogal:

feroz ~ feroiz [O]

pés ~ péis [E]

arroz ~ arroiz [o]

mês ~ meis [e]

paz ~ pais [a]

luz ~ luiz [u]

fiz ~ fiiz [i]

Bunse (1981, p. 93-4) observa que a ditongação antes de [s] ocorre com as vogais [a], [e], [o] e [u] em São José do Norte-RS, como em *rapaiz*, *treis*, *nóis e cruiz*, para rapaz, três, nós e cruz, respectivamente.

Cabe ressaltar que em alguns vocábulos nos quais ocorre o referido fenômeno, o [s] final, denominado “gatilho” por Bisol (1994, 136) às vezes não é pronunciado, mas a semivogal incluída por força de tal [s] se mantém, como *mai* (mais) e *nói* (nóis).

No falar cuiabano, segundo Drummond (1978, p. 69), o [s] final é africado, ou seja, produzido como [š] e diante de tal fone não se encontram ditongos, mesmo aqueles consagrados pela escrita, como: *seš* (seis), *maš* (mais), *demáš* (demais), *depôš* (depois), ou seja, ocorre praticamente o inverso do que se processa em nossa comunidade e em várias outras localidades brasileiras.

A.9. ASSIMILAÇÃO DO [D] NA SEQÜÊNCIA [ND]

Lemle (1978) declara que a supressão do [d] no contexto [nd] está atingindo mais os verbos (gerúndio) do que outras categorias gramaticais (*pretendo, comando, mundo, bando* etc).

Em nossa amostra verifica-se que a assimilação do [d] no gerúndio de qualquer verbo realmente é muito freqüente, quase sistemática, mesmo entre os escolarizados; ocorre independentemente da conjugação a qual pertença o verbo, ou se este é regular ou não, ou ainda do número de sílabas que tenha o vocábulo:

falanu (falando)

istudanu (estudando)

sabenu (sabendo)

querenu (querendo)

vinu (vindo)

inu (indo)

Tal supressão ocorre também em nomes, principalmente entre os menos escolarizados, mas essa regra atinge somente alguns vocábulos, como: apendicite, dito *peniciti* e *quando*, dito *quãnu*, o que comprova a não exclusividade do fenômeno em gerúndios, como crêem alguns, como Chaves de Melo, já que inclui esse ponto na parte de seu trabalho que trata dos tempos/modos verbais; afirma o autor que “O gerúndio perde o –d-: amano, vivo, partino” (MELO, 1946, p. 82).

Drummond afirma que na fala cuiabana no gerúndio “desaparece o ‘d’ da terminação, como ocorre em *falano* (falando), *dormino* (dormindo) e *esquentano* (esquentando) (DRUMMOND, 1978, p. 72).

Amaral observa que tal fato é comum no gerúndio, como em “*andano, veno, caíno, pono*” (1955, p. 51), mas ocorre, ainda que esporadicamente em quando (quano).

Teixeira (1938, p. 29) explica que no falar mineiro o [d] cai em *quano* (quando), além de “*tomano, correno*” como ocorre em todos os participios (sic).

No ALS a forma *marimbonu* para *marimbondo* (Carta 122) ocorre de forma praticamente sistemática em todas as localidades, somente no sudeste do Estado se registra a forma *marimbondo*.

A.10.- AUSÊNCIA DA VOGAL [U] EM DITONGOS FINAIS

Em nossa amostra, é freqüente a omissão de [u] em ditongos átonos finais, principalmente entre os menos escolarizados. O fenômeno ocorre em três circunstâncias:

a- quando um ditongo crescente final perde a vogal e a semivogal se apóia na vogal da sílaba anterior, formando um ditongo final decrescente, como em:

correi (correio)

fei (feio)

mei (meio)

chei (cheio)

papagai (papagaio)

b- às vezes o contexto descrito acima é resultado da iotização do [λ] e o processo se repete:

aparei de *apareiu* (aparelho)

caoi de *caoiu* (caolho)

dordói de *dordoiu* (dordolha/ dordolho)

pioi de *pioiu* (piolho)

c- quando o ditongo final é [iw] mesmo não havendo uma vogal anterior na qual a semivogal possa se apoiar, o fenômeno pode ocorrer. Há uma espécie de alongamento da vogal [i], produzindo formas como:

tii (tio)

rii (rio)

frii (frio)

as quais são bastante freqüentes na fala araguaiense, sobretudo o vocábulo *tio* que ocorre de forma praticamente categórica como *tii*.

Os vocábulos *filho* e *milho* também são encontrados como *fii* e *mii*, respectivamente. É provável que as formas *fii* e *mii* não tenham surgido diretamente de *filho* e *milho*. Suspeitamos que teria ocorrido algo como descrevemos no item b- acima, ou seja, o fone [λ] passou a ser produzido como [i], assim: *fiiu* e *miiu*. Como o [o] final é freqüentemente apagado na fala popular, surgiram os vocábulos *fii* e *mii*. Por analogia o fenômeno se estendeu a *rio*, *frio* e *tio*.

Reconhecemos que esta é uma análise muito superficial, que mereceria um estudo específico. Por hora, apenas registramos o fato e nossa hipótese sobre sua origem.

No ALS dordolha (Carta 99) aparece como *dordolhu* (5 vezes), *dordoiu* (19 vezes) e *dordói* (2 vezes). As Cartas 14 e 15 registram as formas “*veia d’água*” e “*vea d’água*”.

No APFB se encontra para o vocábulo “saragaio” as variantes *saragaiu* e *saragai* (Carta 82).

No Atlas Lingüístico do Paraná o vocábulo “piolho” ocorre preferencialmente como *pioio*, a forma *pioi* aparece apenas duas vezes, num total de 90 ocorrências (Carta 147). Já em “piolho de cobra” o apagamento da semivogal final é mais freqüente, a forma *pioi di cobra* aparece 37 vezes, num total de 89 ocorrências (Carta 148). Em *papagaio* (Carta 53), o [o] final se mantém em todas as ocorrências do vocábulo.

Conforme se tem atestado no falar mineiro “*na boca das classes incultas*”, a seqüência fonética de que estamos tratando aqui se apresenta de outra forma, ocorre como “*sêo, estêo, pêa, de, seio, esteio, peia*, formando hiato” (TEIXEIRA, 1938, p. 18), ou seja, é a semivogal que é apagada e não a vogal final, como ocorre em nossa comunidade.

A.11. AUSÊNCIA DA VOGAL ÁTONA INICIAL

A aférese ou deglutinação da vogal inicial, embora com pouca freqüência, é registrada em Alto Araguaia de forma variável, principalmente na fala dos menos escolarizados:

creditu ou *criditu* (acredito)

custuma (acostuma)

margosu (amargoso)

peniciti (apendicite)

rendatáriu (arrendatário)

venida ou vinida (avenida)

travessa (atravessa)

ruma (arruma)

magina (imagina)

O apagamento da vogal inicial se dá, como atestam os exemplos, preferencialmente quando a sílaba que vem após a vogal em questão é pré-tônica. No caso de *ruma* (arruma) pode-se supor que há uma analogia, já que se trata de um verbo, assim provavelmente ocorra o apagamento da vogal na forma infinitiva do verbo: *rumar*, de arrumar, e a alteração atingiria as formas conjugadas do verbo.

Nossas análises podem levar-nos a supor a hipótese de que os falantes não realizam a vogal inicial, na maioria das vezes [a], por confundi-la com o artigo definido feminino. Tal hipótese é desconsiderada quando se percebe que o fenômeno atinge verbos, como “*creditu*” (acredito) e nomes masculino, como “*rendatáriu*” (arrendatário), além disso, existe a possibilidade de não realização de outra vogal, como [i] em “*magina*” (imagina).

Amaral traz exemplos como *casião* (ocasião), *parece* (aparece), *magina* (imagina), *rependo* (arrependo), *ranca* (arranca) entre outros e classifica este fenômeno como “*modificação isolada*” (AMARAL, 1953, p. 53).

Em Minas Gerais, é uma ocorrência comum, conforme mostra Teixeira, aparece em *rependeu*, *ripiada*, *reganhar*, *borná*, *rancar*, *fogar*, (TEIXEIRA, 1938, p. 29) entre outros.

Em Cuiabá, Drummond (1978, p. 68) registrou vocábulos como: *garité* (igarité), *manhecer* (amanhecer), *noitecer* (anoitecer), *larido* (alarido), *lambrado* (alambrado). A autora afirma que naquela região este fenômeno é bastante freqüente

No Atlas Lingüístico do Paraná (AGUILERA, 1995) nos registros das respostas dos informantes se pode verificar em vários momentos a ocorrência de formas como: *contecia* (acontecia), *credito* (acredito), entre outras.

A.12. ALTERNÂNCIA ENTRE [L] E [R] EM GRUPOS CONSONANTAIS

Em nossa amostra o [l] dos grupos consonantais praticamente não é substituído por [r] na fala dos mais escolarizados; na fala dos menos escolarizados é variável; ocorre independentemente da consoante com a qual forme o encontro consonantal ou da vogal posterior; também não são fatores influentes a tonicidade ou a posição da sílaba na palavra. É importante ressaltar que na fala de um mesmo informante os vocábulos podem ocorrer de duas formas:

crubi ou *clubi*

ocrus ou *oclus*

praca ou *placa*

aprica ou *aplica*

pobrema ou *poblema*

lebrina/librina ou *neblina*

inframaçãu ou *inflamação*

O vocábulo *clavícula* ocorre somente como *cravícula* ou *cravica* na fala dos menos escolarizados.

Teixeira (1938, p 22) relata que na fala popular, tanto no Rio de Janeiro como em São Paulo, o *l* passa a *r* tanto após quanto antes de consoante, como *argum*, *farta* (falta), *prantar*, *arto*, etc.

Esse fenômeno tem se mostrado variável em algumas localidades. O APFB registra o aparecimento de *planeta* e *praneta* (Carta 2); *flô* e *frô* (carta 14); *plantação* e *prantação* (Carta 24).

No Atlas Lingüístico do Paraná no vocábulo *neblina* (Carta 151), [br] é mais freqüente do que [bl]; em *eclipse* (carta 152) [kr] ocorre em *ecripis*, *cripis*, *cripe*, *crizo* e *acripe* e é mais freqüente que [kl]; *flor* (Carta 52) ocorre 52 vezes como *fror* e 47 vezes como *flor*.

Na fala cuiabana, segundo Drummond (1978, p. 72) a passagem de [bl] a [br] e de [pl] a [pr] é sistemática, como em *broco* (bloco) e *prano* (plano), ocorre regularmente mesmo na fala de pessoas escolarizadas.

Bunse (1981) declara que na região de São José do Norte-RS, os grupos [fl] e [pl] passam a [fr] e [pr] respectivamente, como em *frecha* (flecha) e *prainu* (plano).

A.13. DITONGAÇÃO POR REDUÇÃO DE HIATO

Alguns vocábulos perdem uma sílaba constituída por [i] ou [u] quando estes fones formam hiato com uma vogal isolada. Tais vogais transformam-se em semivogais e unem-se à vogal da sílaba anterior ou posterior, formando assim um ditongo decrescente ou crescente. O fenômeno é verificado em sílabas átonas ou tônicas:

mes.trua.'çãu (mestruação)

pe.'cuá.ria (pecuária)

iniciais e mediais:

cua.'dô (coador)

preu.'cu.pa (preocupar)

ve.ria.'do.ris (vereadores)

Este fato é verificado em um número reduzido de vocábulos, ou seja, é uma modificação isolada. Alguns vocábulos com seqüência fônica semelhante ou igual a dos descritos acima, não são afetados pelo fenômeno:

vu.a.dor ou *vu.a.dô* (e não *vua.dor*)

su.a.dor ou *su.a.dô* (e não *sua.dor*)

bru.a.ca (e não *brua.ca*)

Não se verifica também o ditongo [ya] em palavras como:

an.si.a.du (e não *an.sia.du*)

vi.a.du (e não *via.du*)

A.14 EPÊNTESE

Esse fenômeno não é geral na fala araguiense, são modificações isoladas que atingem poucos vocábulos. Em nossa amostra só aparecem os vocábulos *quilina* e *filobé*.

Quilina é a palavra utilizada pelos araguienses para referir-se ao “cabelo do cavalo”, ou seja, a crina. Nesse caso pode-se supor que houve primeiramente uma hipercorreção de *crina* para *clina*, que também ocorre na fala araguiense, posteriormente, ocorreu a epêntese: *clina* passou a *quilina*. Cabe ressaltar que a forma “quilina” é tão generalizada na comunidade araguiense que algumas pessoas, mesmo escolarizadas não reconhecem o termo “crina”.

O vocábulo pronunciado invariavelmente como “filobé”, nomeia uma arma de fogo, um tipo de espingarda, cuja marca é “Flaubert”. A forma *filobé* provavelmente tenha se originado da quebra do encontro consonantal [fl] de “flobé”, ou seja, é o mesmo processo que ocorreu com “quilina”.

Alguns trabalhos regionais registram esse fenômeno.

Amaral (1920, p. 30) registra formas como *recoluta* (recruta), *Ingalaterra* (Inglaterra) e *garampo* (grampo) e as classifica como “modificações isoladas”.

Marroquim (1934, p.92) encontra nas falas nordestinas as formas “*apalaca*”, “*uruvaio*”, “*irimão*” entre outras.

Teixeira (1938, p. 21-2) em Minas Gerais registra formas como *quelemêça*, no lugar de *clemêça* (clemência), *fulô*, para *flor*, *quirivo*, para *crivo*, *convulução*, para *convulsão*, etc.

Esse fenômeno que Bunse (1981, p. 97) denomina anaptixe é registrado por ele na região sul-riograndense São José do Norte em algumas palavras, como *recolutar* (recrutar), *adiriças* (adriças), *alicança* (alcança).

PARTE II- MORFO-SINTAXE

B.1- MIM COMO SUJEITO DE ORAÇÕES INFINITIVAS

Embora haja entre muitos a noção de que não há possibilidade de que um pronome oblíquo possa funcionar como sujeito, ou que “*só índio fala pra mim fazer*”, como afirma Eduardo Martins (apud. Bagno, 2000, p.29), na fala informal dos araguienses a construção com *mim* como sujeito em orações finais reduzidas de infinitivo é sistemática, ou seja, o pronome reto *eu* não figura como sujeito em tais construções, mesmo na fala de escolarizados:

(22) *Eu vô rezá pra mim vivê, pra mim vê* (inf. NMR)

(23) *pra mim falá assim duma vez num sei nãu* (inf. GFR)

(24) *Pra mim levá* (inf. AMI)

(25) *Pra mim pidi um favor* (inf. AFS)

(26) ... *queru um sanduíchi pra mim levá* (inf. AMS)

(27) *quando tava faltanu quinzi dia pra mim casá mais u cara, mandei eli imhora*
(inf. AFI)

(28) *pra mim contá uma história assim...* (inf. NME)

N’O dialeto caipira, Amaral (1955, p. 75) registra que “As cláusulas infinitivas dependentes de **para** têm por sujeito o pronome oblíquo **mim**, nos casos em que o sujeito deveria ser **eu**: **Êle troxe u’as fruita pra mim cumê(r)**. Este, como muitos outros, como quase todos os fatos da sintaxe caipira e popular de S. Paulo, repete-se nas outras regiões do país.”

Nascentes (1953, p. 130) comenta o fato: “As reduzidas de infinitivo com o sujeito de primeira pessoa do singular e regidas da preposição **para** trazem o pronome no caso oblíquo em vez de trazê-lo no caso reto: **Isto é para mim fazer.**” Nascentes cita E.C. Pereira que explica que “A razão óbvia deste desvio sintático está na presença da prepos. **para**, que ao povo parece reger o pronome, quando rege de fato o verbo.” O autor acrescenta ainda que a construção “correta” é tão estranha ao povo que é percebida como um erro.

Marroquim declara que essa construção é inexistente no Nordeste, embora a reconheça como comum em outras partes do Brasil.

Esse tipo de construção está entre os sete itens elencados por Ismael de Lima Coutinho que ocorrem na fala popular como resultado do desconhecimento das leis gramaticais (COUTINHO, 1968, p. 335).

José A. Teixeira afirma que, embora a construção “*pra mim ver*”, entre outras, sejam “notas horrivelmente destoantes no ‘ouvido vernáculo’ de que fala Rui Barbosa” esta é a língua viva, “o povo todo fala assim. 90% dos bacharéis em letras também. A língua viva é assim, é esta” (TEIXEIRA, 1938, p. 69). O autor afirma que esta construção é sistemática no falar mineiro e que “Esta sintaxe constitui puro brasileirismo” (op.cit, p. 84)

Melo explica que esta ocorrência, embora não seja geral, é freqüente no interior do país. Admite também que esta construção não é exclusiva das classes populares, já que é condicionada por fatores internos

porque a preposição **subordina** e portanto pede o **caso oblíquo** para alguns pronomes – **estes livros são para mim, entre mim e ti, conosco, etc**, o que levou nosso matuto (e com ele muita gente boa) a declinar o pronome **eu**, mesmo quando sujeito de infinitivo, por estar regido de **para**. ‘Cê num é homi pra mim’; logo: ‘num deu trabaio pra mim fazê’ (MELO, 1946, p. 85)

B.2. ARTIGO DEFINIDO ANTES DE ANTROPÔNIMOS

Para Cunha o uso do artigo definido indica “sinal de notoriedade, de conhecimento prévio, por parte dos interlocutores, do ser ou do objeto mencionado” (CUNHA, 1972, p.217).

Na fala araguiense o uso do artigo antes de substantivos próprios é sistemático. Como se percebe pelos exemplos abaixo, os informantes mencionam seres conhecidos seus, mesmo que não sejam conhecidos pelo documentador, e, mesmo assim utilizam o artigo definido.

(29) *u Bruno i a Jaquelinei são piquenu, u Naim tá fazendu faculdadi* (inf. AMI)

(30) *a Vanda, a Ilda, u Armiltu, a Paricida, a Vanessa i a Vânia* (inf. AFS)

(31) *...já, antis di tê u Mateus* (inf. (GFE)

(32) *u Tom Carvalhu qui conta, num é?* (RAM)

(33) *a Marleidi qui compra né* (inf. NFR)

(34) *tinha uns cumpanheru lá qui tocava viola, u Claudiu i um otu rapaiz lá* (inf. NMR)

Como evidenciam os exemplos, a regra de que fala Celso Cunha nem sempre se aplica se o “ser mencionado” for uma pessoa, isto é, um antropônimo. Conforme a observação de nossos dados revela, a regra é única: antes de nomes de pessoas, independentemente do conhecimento prévio das mesmas por parte dos interlocutores, ou de já haverem sido citadas anteriormente, o uso do artigo é obrigatório.

Nos casos de seres “notórios”, personalidades famosas, o artigo também é obrigatório:

(35) *u Luxemburgu era bão nu Coríntians* (inf. NME)

(36) *...u Euricu Miranda ou u Ricardu Texera* (inf. NMR)

Antes de nomes de seres religiosos ou sagrados o artigo jamais aparece:

(37) *é Deus nu coração, Ø Jesus Cristu falanu né* (inf. NME)

(38) *... Ø Maria é uma pessoa comum* (inf. NFE)

(39) *... Ø Maria é a mãi di Jesus né, (...)Ø Jesus num moreu, eli tá vivu* (inf. GMR)

Amaral (1920, p. 74) observa que é comum o núcleo do sujeito aparecer sem o determinante na fala rural de São Paulo, como em “*Patrão não trabaia hoje – Pai num qué qui eu vá – Chuva tá caíno*”, nada diz sobre o uso do definido antes de nomes próprios.

Marroquim (1934, p. 167-8) esclarece que no Nordeste (Alagoas e Pernambuco) “o sujeito (...) nunca se emprega sem o artigo, mesmo quando indeterminado”. O autor comenta a descrição da fala rural paulista feita por Amaral e diz que no Nordeste seria da seguinte forma: “*O patrão não trabaia hoje não*”. O autor afirma também que em Alagoas “os nomes próprios e ‘mamãe, papai, titia, vovô, etc’. usados como tais vêm acompanhados de determinativo articular”, já em Pernambuco, nos mesmos casos, o artigo não aparece: “*papai saiu hoje; titia está doente; Maria está na escola*”.

Drummond (1978) ao descrever o falar cuiabano não trata desse aspecto, mas ao observarmos suas transcrições é possível perceber que em Cuiabá o uso de artigo antes de

nomes próprios se dá de forma variável, já que há construções como “*Aí Rondon, montado a cavalo, trançou a língua com o comandante dos índios*” ao lado de “*O Rondon era o chefe deles*”, ou com contração, que também ocorre das duas formas “*Levei ele lá no Totó Vieira*” e “*Aqui tem uma incumbência amandi (de) Getúlio*”.

No Rio Grande do Sul, segundo Bunse (1981), na região por ele estudada os nomes próprios são sempre acompanhados do artigo: *a Maria, o Juca, o Mingote*.

B.3. ARTIGO DEFINIDO ANTES DE POSSESSIVOS

Antes de possessivos, o emprego do artigo definido é variável em Alto Araguaia. O artigo tanto pode aparecer:

(40) *a minha filha tá aprendendu a custurá* (inf. AFI)

(41) *a minha casa, a casa da minha sogra, us meus amigus* (inf. GFE)

(42) *a minha mãe representa muito a fé* (inf. GMR)

(43) *a nossa região aqui é fraca di trabalhu* (inf. GME)

Ou não:

(44) *Ø minha mãi é:: crenti i Ø meu pai é católicu* (inf. NMR)

(45) *eu tem Ø meus filhu, Ø meu maridu, Ø meu pai e Ø minha mãi tamém mora aqui*
(inf. NFR)

(46) *Ø minha mãi tem um temperu todú ispecial (...) Ø meu pai di veiz im quandu* (inf. NFE)

(47) \emptyset *nossas festa num tem issu* (inf. GFR)

Não há evidências de condicionadores lingüísticos ou extralingüísticos que influenciem o uso ou não do artigo. Os fatores extralingüísticos, como sexo, idade e origem não se mostraram influentes, assim como a função do termo na oração, se sujeito ou objeto. Esta parece ser uma variação livre.

Os exemplos (48) e (49) mostram como as duas formas convivem na fala local

(48) *u meu pai é aposentadu, (...) \emptyset minha mãe du lar* (inf. NFE)

(49) *praticanti eu i \emptyset minha mãe, u meu pai mais o menus* (inf. GFE)

Quando o possessivo faz parte de um sintagma preposicional (SP), seja na função sintática de Objeto Indireto, Adjunto Adverbial ou Complemento Nominal, o aparecimento do artigo após a preposição, seja ela qual for, é obrigatório:

(50) *eu gostei da minha religião* (Inf. NME)

(51) *aquilu é du meu filhu* (Inf. AMS)

(52) *senta nu seu lugar* (Inf. GFE)

(53) *eu queru continuá nus meus istudus* (Inf. GFE)

(54) *hoji eu vivu, vivi só pu meu maridu e pu meus filhu* (Inf. AFI)

Silva (1996, 126-7) verifica o mesmo na fala carioca. Segundo a autora, em 97 % dos casos em que os possessivos são precedidos por preposição o artigo foi utilizado.

B.4. AS RELATIVAS

Tarallo (1997), que define as relativas como sendo nada mais do que “modificadores de um SN”, explica que, na relativa, há um SN presente na oração principal, o que é um caso de pronominalização, pois o SN da principal aparece como \emptyset na relativa padrão e na não padrão aparecerá uma forma pronominal, retomando o SN da principal, como em:

-padrão- *Aquele amigo de quem você gosta muito é ótimo.*

-não padrão- *Aquele amigo que você gosta muito **dele** é ótimo.*

O fato de a forma não padrão soar de forma “estranha” faz, segundo o autor, com que surja um outro tipo de relativa, na qual todo o sintagma preposicional é apagado, gerando:

-não padrão- *Aquele amigo que você gosta muito é ótimo.*

Observando as estratégias de relativização no português brasileiro, Tarallo conclui que a variante padrão “encontra-se praticamente fora do campo de batalha” e que a relativa com pronome lembrete é bastante estigmatizada, ao contrário da relativa cortadora, que para o pesquisador pode ser “a grande vencedora” (op. cit, p. 74).

O que é dito por Tarallo é exatamente o que encontramos na fala araguiense. Em nossa amostra a relativa com pronome-lembrante não ocorre e há um único exemplo de relativa padrão, contruída com “onde”:

(55) *pensandu, por exemplu, na realidadi du lugar **ondi** eu trabalhu* (inf. GFE)

As demais orações relativas são do tipo cortadora:

(56) *eu voltu a insisti na tecla da conscientização, **qui** hoji im dia eu num veju* (inf. NFE)

(57) *pareci qui num tem nenhuma **qui** eu gostassi* (inf. NFR)

(58) *foi uma viagi qui eu fiz pa Rondonopi **qui** eu gostei muito* (inf. AFS)

(59) *aqui tem u Araguaia, tem muita cachuera, é tudu coisa **qui** dá pa investi, chamá genti pra cá* (inf. GME)

(60) *são liçõis **qui** você podi aprendê alguma coisa* (inf. NFE)

(61) *é uma coisa **qui** eu achu qui todumundu vai passá pur issu* (inf. GFR)

(62) *aquela farrinha **qui** eli gostava* (inf. NMR)

Os clássicos do início do século passado já registravam esse fato.

No dialeto caipira paulista do início do século XX, Amaral registra o **que** como o único pronome empregado na construção das relativas, substituindo *o qual*, *quem* e *cujo*. Amaral explica ainda que “no bom português”, quando a regra pede uma preposição antes do pronome “o caipira desloca a partícula, empregando-a no fim da frase com um pronome pessoal” (AMARAL, 1920, p.62-3).

Abaixo, os exemplos apresentados por n’*O Dialeto Caipira*, à esquerda o padrão culto, à direita a fala do “caipira” paulista:

A casa em que eu morei	<i>A casa... que eu morei nela</i>
O livro de que falei	<i>O livro... que eu falei dele</i>
A roupa com que viajava	<i>A rôpa... que viajava com ela</i>

Conforme se constata nos exemplos que mostramos acima, o araguiense não vê a necessidade da colocação da preposição com o pronome no final da frase, ou seja, há na fala araguiense, como exemplificamos, somente as relativas do tipo cortadora.

Amaral considerou também essa possibilidade de construções com relativas sem a preposição e o pronome: “Freqüentemente se suprimem de todo a preposição e o pronome pessoal, e diz-se: a casa que eu morei, o livro que eu falei” (op.cit, p.63). O autor acrescenta ainda que esta simplificação ocorre também em Portugal, com a diferença de que lá esta é uma regra variável, ocasional, e aqui é regra absoluta.

No dialeto da região Sanfranciscana de Januária, Veado (1982) verifica que o comportamento lingüístico das relativas é o mesmo que estamos registrando aqui, ou seja, somente o **que** é empregado em tais construções, substituindo *quem*, *qual* e *cujo*. As construções são exclusivamente “cortadoras”.

Conforme verifica Tarallo (1997) essa construção teria começado a aparecer a partir da metade do século XIX.

Tarallo e Kato acreditam que o aparecimento das relativas cortadoras esteja ligado à elipse, comum no português falado no Brasil, ou seja, a relativa cortadora é “parte de um fenômeno mais amplo de escolha de elipse em lugar de substituição por uma pro-forma” (ROBERTS & KATO, 1993, p.224).

Corrêa (1998) afirma que a construção das relativas é variável no PB, embora não afirme que a variante padrão não seja utilizada pelos não escolarizados (tendo em vista que a autora considera seus dados insuficientes para tal) verifica que entre os escolarizados as duas formas ocorrem: as estratégias vernaculares (as não padrão) e a estratégia aprendida na escola.

B.5.ALTERNÂNCIA ENTRE OS PRONOMES DE 2.^a E 3.^a PESSOAS – TE/VOCÊ

Na comunidade de Alto Araguaia, a segunda pessoa ou a pessoa com quem se fala, é sistematicamente *você*, no plural, *vocês*. O pronome que se refere a tal pessoa com função sintática de objeto direto ou indireto, é, invariavelmente *te*. Embora *você* seja a terceira pessoa gramatical, refere-se à pessoa com quem se fala, ou seja, à segunda. Assim, parece lógico que o pronome seja de segunda pessoa.

(63) *mais pra mim ti contá assim, igual cê tá querenu, dexa eu vê, pa ti falá* (inf. GFR)

(64) *elis param, ti escutam mais, têm receiu, né, é tristi até, você percebê issu nas crianças* (inf. GFE)

(65) *quiria ti chamá pu cê viajá cumigu* (Inf. AFS)

(66) *u pirangueru é u cara qui ti leva ucê pa i pescá* (inf. NMR)

O mesmo pode ocorrer com a segunda pessoa no plural:

(67) *intãu eu ti pagu tantu pra voceis, ceis dexa a genti ganhá* (inf. GMR)

Amaral (1920, p. 75) verificou que na fala popular paulista é o “lhe” que é usado para referir-se à pessoa com quem se fala: “eu já le falei”.

No Rio de Janeiro, segundo Nascentes (1953, p. 132-43) para referir-se à pessoa com quem se fala é comum o uso do pronome de terceira pessoa: “ainda hoje falamos de si”. O autor esclarece que tal construção não é tão comum quanto em Portugal, mas existe. Para o autor a combinação *te-você* prova que há um resto de vitalidade do pronome de segunda pessoa do singular (op.cit, p. 161).

Marroquim (1934, p. 182-3) observa que no Nordeste o *lhe* cumpre a função tanto de objeto direto quanto de objeto indireto, segundo ele, o fenômeno lingüístico que não ocorre apenas na classe inculta “(...) é idêntico ao do Rio de Janeiro. **Lhe** é usado como dativo e como acusativo”. Esse mesmo pronome, no Nordeste pode indicar a segunda e a terceira pessoa. Segundo o autor são possíveis as construções “*Antônio? – Vi-o ontem*” referindo-se a terceira pessoa e “*Eu o vi hoje saindo do cinema*”, referindo-se à pessoa com quem se fala – você.

Teixeira (1938, p. 35) atesta que na fala rural mineira entre os analfabetos é comum expressões do tipo “*Vim vê ocês*”, forma esta que não ocorreria na fala ou escrita dos mais cultos, que preferem construções como: “*Desejo que esta carta te encontre bom*”, “*Não te mandei o livro*”.

Franklin C. da Silva (1921, apud. DRUMMOND, 1978), sobre a fala cuiabana, afirma que as construções sintáticas ocorrem lá como nas outras áreas do país. Sobre o pronome que acompanha *você*, o autor diz que “usam-se simultaneamente duas formas de tratamento em relação à mesma pessoa – eu não te disse que você estava enganado?”

Câmara Jr. (1972, p. 52) confirma que o *te* funciona como pronome complemento átono de *você*, por estar este no lugar de *tu*.

B.6. A PRÓCLISE

Na comunidade aqui estudada a colocação pronominal ocorre quase que com exclusividade antes do verbo principal, ou seja, de forma proclítica, como mostram alguns exemplos:

(68) *ai cumecei **mi** disinvolvê mais* (inf. AFI)

(69) *qui qui eu façu pra **mi** diverti?* (inf. GFR)

(70) ***mi** identificu pelu um aspectu* (inf. NFE)

(71) *toda igreja qui **mi** convida eu vô* (inf. GME)

(72) *excelenti momentu pra sua vida profissiona, aquáriu, a nãu ser qui você **si** deixi levar pur temoris* (inf. RAM)

Em nossa amostra a ênclise não é registrada na fala informal, aparece apenas nas falas das rádios e, mesmo assim, em momentos de leituras de jornais ou propagandas, como em:

(73) *fora du Parlamentu, a justiça podi processá-**lu*** (inf. RFM)

(74) *na hora di iscolher u seu trator, lembri-**se** di quem tem u melhor rebanhu di tratoris* (inf. RFM)

Dos muitos trabalhos existentes no Brasil que tratam da colocação pronominal, grande parte é feita com base no *corpus* do Projeto NURC, ou seja, com construções elaboradas por falantes com nível superior. As análises mostram que a próclise em relação ao verbo principal é a regra geral, se constitui como norma.

Nascentes (1953, p. 143) afirma ainda que “a colocação dos pronomes pessoais oblíquos é matéria de grande divergência entre o falar brasileiro e o de Portugal”. Tal afirmação sustenta-se nos argumentos de Said Ali (1966), o qual declara que não seria possível um mesmo sistema de colocação de pronomes, já que as pronúncias de Portugal e do Brasil não são idênticas.

O mesmo é defendido por Silva Neto (1963, p. 167) que acredita que “o ritmo diverso da frase brasileira acarretou alterações de natureza sintática, tal qual a que diz respeito à colocação de pronomes, que difere no uso culto dos dois países⁷”.

Marroquim (1934, p. 185) também acredita na influência da prosódia sobre a colocação pronominal. O autor relata que no Nordeste ocorre a próclise, assim como em todo o território brasileiro, forma que é “diversa da portuguesa e tão certa na sua divergência quanto a lusitana”. O autor acrescenta que, embora ocorra no Nordeste frases como: “a muié que enterrou-se hoje de manhã (...)”, nas adjetivas com *que*, a colocação se dá da forma “correta”: “*Estou virge de ver no mundo / Cantador que me admire*” (op.cit, p. 188).

Para José Teixeira (1938, p.94) esse fenômeno que “tanta bilis tem feito derramar ao fígado lusitano, toda vez que vem a baila a defesa de sua legitimidade” é comum em todo o território nacional, diferentemente do que ocorre em Portugal, onde, mesmo o “aldeão” faz a construção de forma enclítica. Para o autor isso se dá devido à pronúncia surda do [e] português, daí a necessidade de amparo do pronome num vocábulo anterior, como em “*diga-m*”. No Brasil, esse apoio não é necessário, já que o [e] é bem pronunciado, na verdade, de forma “*quasi tonica*”, daí a possibilidade de deslocamento para posição pré-verbal.

O Atlas Lingüístico de Sergipe registra a manutenção da ênclise em muitos casos, inclusive em contextos que não justificam o uso do clítico, como em (A):

(A) “*tropa-se eles naquele jirau*” (Carta 37-PI 61- Inf. B)

“*Ele é verde, quando fica maduro é amarelo. Come-se*” (Carta 43- PI 61- Inf.

A)

“*até quando forma-se mesmo o ubre*” (Carta 137-PI 62- Inf. A)

⁷ Trata-se, obviamente, de Portugal e Brasil.

Tal atlas traz muitas ocorrências de *dar-se* (em respostas como: “dá-se o nome de..”) e *chamar-se*. Estas parecem ser formas cristalizadas, já que ocorrem em construções como:

“*chama-se fruto, otrus chama-se cabaço*” (Carta 48-PI 61- Inf. B)

No Atlas Lingüístico do Paraná (AGUILERA, 1995) ao lado de “nóis trata”, “nóis conhece”, “nóis dizemo” ou “nóis chama” comuns no início das respostas dos informantes, também ocorre “chama-se”, no entanto, a ênclise limita-se a esse tipo de uso, a nosso ver, como em Sergipe, cristalizado nesta forma, já que em outros momentos da fala a regra é a próclise.

B.7. VERBO “TER” IMPESSOAL

Embora na comunidade aqui tratada se verifique o uso de *haver* e *existir*, o verbo *ter* no sentido impessoal é bastante freqüente. Com sentido de “*haver*”, o *ter* é largamente empregado na fala de pessoas cultas ou pouco alfabetizadas, de homens e mulheres, de pessoas jovens e idosas, em falas coloquiais ou mais formais, como a das rádios.

(74) *Eu quiria fazê um francês, italianu, aqui num tem (...) num tem cinema pra i, cê tem padarias aqui ... num tem docí differenti, num tem nada* (inf. GFE)

(75) *im diversão num tem muita coisa* (inf. GFR)

(76) *num tinha luiz, num tinha água, num tinha medicu, só tinha pobreza* (inf. AMS)

(77) *tem as doutrinas né, só qui a nossa num tem* (inf. NME)

(78) *que nem, o hotel Afonso, o hotel Ideal, essis tinha* (inf. AMI)

(79) *Ontem nu atu di filiação, tinha cerca aí di treis mil pessoas* (inf. RAM)

(80) *daqui a pocu tem o horóscupu pra você* (inf. RAM)

(81) *nu supermercadu Casarão tem sempri verduras i frutas fresquinhas* (Inf. RFM)

Para Antenor Nascentes (1953, p. 163) o fato de *ter* substituir *haver* nada tem de espantoso, já que a significação primitiva de *haver* seria *ter*. O autor analisa o fato como um cruzamento de sintaxes, que ocorre pela seguinte lógica: de “Não há água na bica” equivale a “A bica não tem água” e daí a “Não tem água na bica”. Nascentes concorda com Sousa da Silveira (1952) que afirma que a ocorrência de *haver* é tão rara na fala coloquial que chega a chamar a atenção, por estranho que soa. Nascentes lembra ainda do imortal verso de Drummond “*Tinha uma pedra no caminho*”.

Marroquim afirma que o uso de *ter* por *haver* é geral, “Não é mais um solecismo de ignorantes: é a linguagem usual de todos, empregada tranqüilamente, como coisa legítima”, ocorre sem que seja considerado uma forma estigmatizada, em frases como a de Mário de Andrade: “*No céu escampado da noite não tinha uma nuvem nem Capei*” (MARROQUIM, 1934, p. 203-4).

Os manuais de gramática normativa brasileiros tratam desta construção como um fato normal, pertencente à gramática da língua, conforme registra Cegalla: “Na língua popular brasileira é generalizado o uso de ‘ter’ impessoal por ‘haver’, ‘existir’” (CEGALLA, 1977, p.36).

Há trabalhos, como o de Barros e Melo (1990) que verificam que apesar do uso freqüente do verbo TER como impessoal, os falantes cultos (Nurc-SP) ainda não aceitam com muita naturalidade essa “nova” forma, como se pode verificar no diálogo abaixo:

L2- *não não há possibili/ não não pode ser feito concurso porque não tem vagas...*

L1- certo

L2- do pessoal que está sendo promovido...

L1- (...)

*L2- por semestre que seria a promoção normal... de qualquer funcionário...ah não
não há vinte vagas ainda...” (Nurc-SP-D2- Inq.360).*

No Atlas Lingüístico do Paraná também se pode verificar a oscilação entre o uso de *ter* e *existir*:

“*não, no meu tempo não tinha nada disso aí, no meu tempo não existia*” (Carta 80- PI 65- Inf.B)

B.8. O OBJETO DIRETO

Muitos estudos têm sido realizados no Brasil sobre a construção do objeto e todos concordam que há no PB um processo de mudança que consiste no apagamento do clítico e no aumento do pronome e da categoria vazia nessa posição. Nunes (1993) afirma, com base em pesquisas sincrônicas e diacrônicas, que “A manutenção dos clíticos acusativos de terceira pessoa no português brasileiro atual deve-se à ação normativa da escola” (op.cit. p.217)

Nossa amostra revela que o uso dos clíticos *o(s)* e *a(a)* na função de objeto realmente é quase inexistente, ocorre apenas nas falas das rádios em momentos de leituras ou em propagandas, como em:

(82) *a justiça pode processá-lu* (RFM)

(83) *o que foi qui o levou a mudar di partidu* (RAM)

Duarte (1986) afirma que no Brasil, o clítico acusativo de terceira pessoa está em processo de desaparecimento na fala, ou seja, a variante padrão está praticamente extinta. A autora verifica que o contexto é um forte condicionador, já que “usar o clítico em situações informais é uma atitude tão estigmatizada quanto usar o pronome lexical em situações formais” (op.cit. p. 32). A redução do estigma ao uso do pronome pleno significa para a autora a vitória desta variante sobre sua concorrente.

Em Alto Araguaia, o pronome reto é amplamente empregado na função de objeto, tanto pelos menos escolarizados quanto pelos escolarizados, como se vê nos exemplos abaixo:

(84) *minha mãe pois barraca, a genti foi pa ajudá ela*. (inf. NFR)

(85) *peguei uma caranha grandi demais (...) aí depois qui eu peguei ela, pegamu ela i pusemu ela dem du barcu*. (inf. NMR)

(86) *além di sê cidadi piquena, é ruim di serviçu, intãu também tem us prefeitu tamém, qui num joga ela pa frenti, sabi? (...) crecê ela, fazê pelu menus aumentá ela!* (inf. GMR)

(87) *a hora qui eli chegô nós foi incontrá eli* (inf. AFS)

(88) *a minha mãe representa muito a fê assim, ela crê muito, eu tamém companhu ela* (inf. GMR)

(89) *E- faiz qui jeitu?*

I - é só conzinha, i iscorrê eli num iscorredô (inf. NFR)

(90) *quando eu tenhu vontadi di saí eu convidu eli, mais num é assim...* (inf. GFE)

(91) *dexamu as vara lá, nu otru dia pegamu elas, pusemu na caminhoneti* (inf. GME)

(92) *ninguém vai obrigá **elis** a fazê u qui **elis** num querem* (inf. NFE)

(93) *meu pai dizia qui ela vinha chamá **eli**, pidi alguma coisa, sei lá* (inf. NFE)

Amaral, já em 1920, afirma que construções como “*Peguei êle, enxerguei elas*” consistem em um dos fenômenos gramaticais mais generalizados nas mais diversas regiões do país. (AMARAL, 1920, 59).

A opinião de Amaral é compartilhada por Nascentes que afirma que “é um dos brasileirismos mais característicos o uso do pronome reto na função de objeto direto: **vi êle, encontrei ela**”. (NASCENTES, 1922, p.120). O estudioso afirma ainda que a construção de objeto direto com pronome reto atinge todas as classes brasileiras, mesmo os intelectuais. Diz o estudioso “confesso que na linguagem familiar não falo de outro modo, mesmo porque sinto um tom pouco brasileiro no emprego dos pronomes o, a, os, as” (op.cit. p. 127).

Marroquim afirma que no Nordeste “os pronomes o, a, os, as desapareceram completamente” (MARROQUIM, 1934, 182). Para o autor as alterações sintáticas ocorrem com a finalidade de promover melhor clareza de expressão, assim, o fenômeno decorreria do que teria acontecido com o verbo pedir. A oração “*Pediu que ele fosse*” pode ser expressa também com o verbo de forma intransitiva: “*Pediu pra ele ir*”. Tal possibilidade teria se generalizado e contaminado outros verbos, mesmo aqueles que não fossem intransitivos. Assim, “*mandou que ele viesse*” passou a “*mandou ele vir*”, e assim sucessivamente (op.cit. p.171-6).

Câmara Jr. (1972, p.49) contesta e explicação de Marroquim, abordada acima, já que a considera uma “falsa analogia”, pois, se “mandou ele fazer” originou “mandou ele” então “mandou eu fazer” deveria originar “mandou eu”, o que, segundo Câmara Jr. não ocorre na fala brasileira. Para o estudioso a questão não se explica do modo proposto por Marroquim

nem representa um traço conservador do português arcaico. Câmara Jr. afirma que este traço, caracteristicamente brasileiro, que ocorre na fala de todos os níveis sociais, limita-se à forma *ele*. Para caracterizar uma construção arcaica seria preciso entendermos porque não ocorre o mesmo com *mim* e *ti*. Há ainda o fato de que tal construção seria encontrada no português arcaico em exemplos esporádicos (para efeito de ênfase talvez) e não com a espontaneidade e frequência com que ocorrem no português brasileiro atual.

Para Mattoso Câmara, o *ele* em função acusativa ocorre por uma aproximação do pronome com os nomes e com o demonstrativo, o que tornou *ele* um pronome sintaticamente invariável. Este fenômeno teria ocorrido em função de ter *ele* a mesma forma-base que têm os nomes e os demonstrativos, capaz de receber flexões de gênero e número.

Teixeira (1938, p. 79-82) afirma que formas como “*manda ele- tá chamando eu*” entre outras, são utilizadas por todos, inclusive, “*90% dos bacharéis em letras*” (TEIXEIRA, 1938, p. 69).

Apesar de a construção de pronome-objeto ser tratada por alguns como um brasileirismo vulgar, nitidamente marcado e sentido como “*incorreto*”, como afirma Teyssier (1997, p. 107) isso não impede que a referida construção seja largamente empregada pelos brasileiros, inclusive falantes cultos, conforme atestam os dados do projeto Nurc de São Paulo.

“*eu amo meu pai e vou fazer ele feliz*”

“(…) dá um exemplo de um mecanismo que teria que se repetir que vão tentar não deixar ele se repetir” (DID-SP- Inquérito 360).

Outros pronomes retos e ainda forma *a gente*, além da forma de terceira pessoa, também ocorrem na função de objeto, o que contraria as afirmações de Câmara Jr., apontadas acima. Tais construções limitam-se à fala dos menos escolarizados:

(94) *num fui purque ninguém chamô eu* (inf. AMS)

(95) *intãu eu ti pagu tantu pra voceis, ceis dexe a genti ganhá* (inf. GMR)

(96) *Deus tá ali só pa protegê nóis* (inf. NMR)

Na região gaúcha estudada por Bunse (1981) são inexistentes os oblíquos *o, a, os, as*. Usa-se, segundo o autor o *lhe(s)* ou os retos (ele, ela).

A outra forma de construção do objeto, como dito acima, é o apagamento do objeto ou objeto nulo, que aparece da forma como atestam os exemplos abaixo:

(97) *peguei uma caranha grandi dimais, i aligria, i luta pa trazê ø nu barcu, i eu trussi ø*, (inf. NMR)

(98) *desdi piquenu, pareci qui num tiveram contactu cum issu, cum aquilu, algu qui ø incentivassi* (inf. GFE)

(99) E- *elis num aceitam Maria né?*

I- *nãu, eu achu eradu issu, qui elis num aceita ø, purque issu aí né, é a mãi di Jesus, comu é qui num vai aceitá ø* (inf. GMR)

(100) *as pessoas carentis i sem condiçõis financeiras di fazer essis izami tem qui recorrer à justiça para obrigar u istadu a pagar ø*. (inf. RFM)

(101) *é comu si fossi a casa dum amigu, quando eu tenhu saudadi eu vô lá, visitu né ø* (inf. GME)

(102) *eu num intendu di pexi, num comu ø, eu i mia muié num comi ø* (inf. AMS)

De acordo com Mattos e Silva, atualmente a categoria vazia é o tipo de construção de objeto direto que vem sendo preferido entre os falantes brasileiros em geral,

essa preferência é denominada pela autora, ao lado do sintagma nominal lexical como “importantes estratégias de esquivar” (MATTOS E SILVA, 1997, p.39), já que o clítico acusativo está em processo de desaparecimento e o pronome lexical, mesmo sendo usado com frequência pelos menos escolarizados, é avaliado pelos demais falantes como não-certo, embora aceito.

Segundo Galves (apud. ROBERTS & KATO, 1993) a natureza do objeto nulo é diferente em línguas que sejam diferentes. Para a autora há diferenças de comportamento do objeto nulo no Brasil e em Portugal, já que em Portugal ocorre apenas em algumas estruturas e aqui parece não haver critérios para sua ocorrência. Nesse sentido, o ponto aqui tratado subsidia discussões sobre as diferenças/semelhanças entre PB e PE.

Duarte (1989), com base em entrevistas com 50 paulistanos nativos (nos três níveis de escolaridade e com idade variando entre 22 a 33 anos, 34 a 46 anos e mais de 46 anos) e fala de televisão, analisa além dos fatores externos vários fatores internos que podem influenciar a variação. A autora constatou que a categoria vazia, ou objeto nulo, ocorre em 62,6% dos casos, em seguida vem os sintagmas nominais anafóricos, 17,1%, praticamente se igualando às ocorrências com pronomes lexicais, o uso do padrão normativo restringe-se a 4,9%.

Cyrino (1994) apresenta como resultado de uma investigação diacrônica uma tabela que mostra o aumento de construções com objeto nulo:

Século	objeto nulo
1. ^a metade do século XVIII	14,2 %
1. ^a metade do século XIX	41,6 %
2. ^a metade do século XIX	23,2 %
1. ^a metade do século XX	69,5 %
2. ^a metade do século XX	81,1 %

Sobre a origem do objeto nulo, Cyrino (1994) acredita que tal construção seja resultado de movimento. A autora postula que a criança do século XVII acostumou-se a ouvir estruturas com elipse sentencial e isso teria gerado a possibilidade da ocorrência do objeto nulo em qualquer estrutura do PB.

De fato, o objeto nulo é registrado em vários trabalhos de descrição lingüística realizados nas mais diversas regiões do país nas últimas décadas, geralmente alterna-se com o pronome objeto.

No Atlas Lingüístico de Sergipe (FERREIRA, 1987) encontra-se:

“quando acaba aplana ela e alteia Ø” (Carta 26- PI 51- Inf. B)

No Paraná (AGUILERA, 1995) ocorrem construções como:

“põe o istribo né e amarra Ø pa fica bem amarrado”(Carta 117-PI 21-Inf. A)

“A vara pega uma vara verde no mato e bate Ø” (Carta 119- PI 3- Inf. B)

Drummond (1995) não analisa esse aspecto na fala cuiabana, mas pela transcrição de seus dados é possível perceber que o objeto nulo é freqüente na fala cuiabana, como:

“Faz o melado. O melado quer dizer põe Ø ali no tacho e vai trabalhado ele (...).Aí desce ele e põe Ø numa vasilha grande pra esfriar Ø”

Na região mineira pesquisada por Veado (1982) o objeto nulo é freqüente, ocorrem em muitos casos, como, por exemplo:

“bota um salzinho nele e come Ø” (23/37/08)

“Abre a cova e tampa Ø” (43/35/17)

Comparando os dados do NURC-POA e NURC-SP, Alencar (1998) verifica que em Porto Alegre, em determinadas situações, o uso do clítico é razoavelmente freqüente

(38,03 %), comportamento este que, na análise de Monteiro (1991), é o oposto do que ocorreria em São Paulo, onde são mais freqüentes o pronome e a categoria vazia na função de objeto. Alencar esclarece ainda que há vários fatores, tanto lingüísticos quanto extralingüísticos, que condicionam o uso do clítico, como, por exemplo, a variável sexo, que se mostra bastante influente: os homens empregam o clítico em 77% dos casos, e as mulheres em 92%. Os traços *específico x não específico* e *animado x não animado* também influenciam na escolha da variante. O objeto nulo é mais freqüente quando se refere a seres não animados e não específicos. Tal regra aplica-se tanto à fala de São Paulo quanto à de Porto Alegre, embora em São Paulo, tanto em falas masculinas quanto em falas femininas, a ocorrência do objeto nulo seja mais freqüente.

B.9. APAGAMENTO DO SE

Em nossa amostra a ausência da partícula SE é um traço bastante evidente. O apagamento da referida partícula ocorre quando sua função é reflexiva, como em:

(94) *sobrô nada, di tantu qui eu machuquei* (inf. GMR)

(95) *eu fui chamadu di Deus, i eu tí firmi, eu converti mesmu* (inf. NME)

(96) *pra qui a cidadi possa disinvolvê é necessáriu qui us jovens istejam conscientis dissu i traga uma carga dissu, pra podê disinvolvê porque sinãu, vai continuá, assim, a mesma Altu Araguaia di sempri, nãu vai disinvolvê* (inf. NFE)

(97) *intãu eu criei desdi piquininhu na igreja* (inf. GME)

quanto quando há função recíproca:

(98) *quarqué hora a genti podi comunicá né* (inf. AMS)

(99) *as pessoas já casam cum essi aspectu, si num dá certu separa* (inf. NFE)

(100) *chegô lá nóis perdeu* (inf. NMR)

e em construções com verbos pronominais (acidentais e/ou essenciais)

(101) *eu achu qui já custumei né, custumei, minha mãe tem todum temperu ispecial*
(inf. NFE)

(102) *ái eu rependi, casei, arrependi, até hoji tô arrependida* (inf. AFI)

(103) *diversãu aqui é i nu Bera Riu, banhá nu Boiaderu* (inf. NMR)

(104) *a genti preocupa cum essas coisa né* (inf. GFR)

(105) *ela quiria suicidá, aí eli num dexô ela suicidá, cumeçô falá umas frasi pra ela bunita, aí ela disistiu di suicidá* (inf. NMR)

Segundo Ikeda (1997) não há consenso entre os gramáticos sobre as definições do SE apassivador e Se indeterminador do sujeito. Seja como for, nessas condições a partícula também é apagada na fala araguiense, embora tais construções sejam pouco freqüentes.

(106) *aquilu é, é, ... aqui fala cocá* (inf. AFS)

(107) *a gueroba, usa comê um galinha* (inf. AMI)

É provável que haja influência da função do SE sobre seu apagamento, conforme verificou D'Albuquerque (1984), em sua pesquisa em Manhuaçu –MG, por meio da

qual a autora mostra que tal influência existe. Segundo a autora o clítico em verbos reflexivos ou pronominais recíprocos é menos apagado (65%), quando cumpre a função de indeterminador; nos outros casos, ao contrário, é quase que sistematicamente apagado (98,5%).

Como esta pesquisa não trata especificamente deste fenômeno, não procuramos analisar os fatores internos que estariam condicionando o uso/apagamento do SE; estamos aqui apenas registrando que, em nossa comunidade, esse clítico é freqüentemente apagado, embora essa não seja uma regra categórica, já que se registram as seguintes construções:

(108) *u mininu si chama Valdir* (inf. NFR)

(109) *arrumei casamentu, mi casei* (inf. AFI)

(110) *contô já muita, mai num mi lembrou* (inf. NMR)

(111) *eli num si preucupa di i lá, pegá i dá* (inf. GFE)

Conforme atestam nossos dados, o fenômeno ocorre tanto na fala de filhos de migrantes quanto na fala de filhos de nativos, nas falas masculinas e femininas e a escolaridade também não parece influenciar o fenômeno.

No falar carioca, Nascentes (1953, p. 152) observa a dupla colocação do clítico, antes e depois do verbo, como em: “*ela se casou-se*” e explica que o aparecimento dos dois pronomes oblíquos ocorre às vezes na classe inculta para efeito de ênfase. “Parece-me que a ênclise foi julgada fraca; daí o seu reforçamento pela próclise”, diz o autor.

Teixeira registra o mesmo fato no falar mineiro de 1938, em orações como: “*se arrivirô-se, se arrimexo-se*” (TEIXEIRA, 1938, p.68).

Marroquim (1934, p. 189) registra a duplicação do pronome em Alagoas e Pernambuco: “*O home se danou-se com a histora*” e diz que “Os verbos pronominais são reforçados com mais de um pronome”.

O Atlas Lingüístico de Sergipe, que mostra que na região o fenômeno é variável, traz alguns exemplos de ocorrência do *SE* com verbos com os quais dificilmente a partícula aparece na fala araguaense:

“*a gente vai assim, bem cedinho que si levanta*” (Carta 10, Ponto de Inquérito 62, Inf. B).

“*mas tem outro nome, eu me esqueci*” (Carta 73- PI 51- Inf. A)

“*a mulher se monta e fica de banda*” (Carta 148- PI 65- Inf. B)

Na fala popular paranaense, conforme registrou Aguilera (1995) o fenômeno também é variável. Com o mesmo verbo pode ocorrer: 1- a duplicação da partícula, 2- a colocação proclítica ou 3- o apagamento, como se vê nos exemplos abaixo:

“*ô fulano, oi lá a estrela se mudô-se*” (Carta 14, P I 60, Inf. B).

“*que ela se muda prum lado pra otu*” (- Carta 13, PI 60, Inf. A)

“*quano elas cai e porque elas muda de lado*” (Carta 14- PI 4- Inf. B)

A duplicação do *SE* não é fenômeno geral no Brasil, em algumas regiões, o que se tem observado é a queda sistemática do clítico. Conforme se pode verificar no estudo de Veado (1982), na região Sanfranciscana de Januária, em Minas Gerais. A autora mostra que alguns informantes não conseguem interpretar uma pergunta formulada com partícula reflexiva:

À pergunta: - Você conhece alguém que se matou?

A resposta: (148) - *Como assim? Que suicidô!...* (31/50/54)

Ou

- Seu irmão, o Zé, se barbeia?
- *Cumé qui é isso?* (inf. 47)

Veado afirma que a queda do SE no dialeto rural da região por ela estudada não é norma exclusiva dos menos escolarizados, já que é encontrado “também no português falado padrão” (VEADO, 1982, p. 34-5), o que é confirmado por Cavalcanti D’Albuquerque em testemunho sobre sua própria fala⁸. (apud. TARALLO & ALKMIN, 1987, p. 49).

A “confusão” apresentada acima é um dos fatos que, segundo Bortoni-Ricardo (1984) servem para questionar o mito da unidade lingüística do português do Brasil, já que pode gerar incompreensão entre os interlocutores.

Vários estudos brasileiros estão revelando que o apagamento do *se* é um processo crescente no Brasil. Em estudo diacrônico, Moraes observa o comportamento do clítico (do português clássico ao moderno) e conclui que “estas perversas criaturas estão desaparecendo do sistema gramatical brasileiro” (MORAIS, 1995, p. 256).

Bunse (1981, p. 98) não fala do apagamento do *se* na fala gaúcha de São José do Norte, mas diz que o reflexivo *se* é usado para referir-se à primeira pessoa: “se aproximemo”, ou seja, o clítico não é apagado naquela região.

B.10. FLEXÃO NOMINAL

Como muitos estudos já demonstraram, a marca de plural, principalmente em sintagmas nominais, ocorre quase que exclusivamente na fala dos mais escolarizados.

⁸ Cavalcanti D’Albuquerque relata que quando foi dar aulas de português no Rio de Janeiro, ocorria o seguinte: “Ao dirigir-me oralmente aos meus alunos, ou até mesmo escrever no quadro alguns exemplos simples para explicar um fato gramatical qualquer, era sempre motivo de comentários deles o meu “esquecimento” do pronome reflexivo junto ao verbo, em frases tais como “Eu saí e diverti muito” ou “Eu machuquei”. (apud. TARALLO & ALKMIN, 1987, p. 49)

A variação neste aspecto sintático é para Mattos e Silva (1997, p. 64) “o fato sintático mais transparente na sintaxe brasileira em relação ao português padrão e o português europeu e também para efeitos de estigmatização dos falantes brasileiros”.

O apagamento da marca de plural nos nomes no sintagma nominal, seja em função de sujeito, objeto, adjunto ou complemento, constitui-se em nossa comunidade, praticamente como paradigma único entre os pouco escolarizados, mas ocorre também entre os escolarizados, embora entre esses a regra seja variável:

As construções mais freqüentes são as que dispensam a concordância:

(112) *us pormão,...* é *us pormãu, nãu, figu* (inf. AFS)

(113) *mais só qui ali, tá distorcenu as coisa.* (inf. NFE)

(114) *é uma redi, Jataí, Mineirus, Goiânia, Barra du Garças, são várias loja* (inf. NME)

(115) *meus amigu, foi ucêis qui comprô a carni?* (inf. AMI)

(116) *tinha um pessual lá reunidu, aquelis povu qui trabaia ni:., fazenu, abrinu istrada né.* (inf. NMR)

(117) *podia tá previstu guerra, otras coisa.* (inf. NFE)

(118) *tem uns amigu meu qui já foi, eu nunca fui* (inf. GME)

(119) *fui cum duas irmã minha né, minhas duas irmã i mais duas lá da igreja* (inf. GFR)

Mas na fala dos mais escolarizados podem ser encontradas construções como:

(120) *antis eu era vendedor di **produtus veterinárius*** (inf. NME)

(121) *tem deficiências im vários campus* (inf. GME)

(122) *é necessário qui us jovens estejam conscientis dissu* (inf. NFE)

(123) *num tem coisas, muitas coisas interessantes.* (inf. GFE)

A distância entre o ser/objeto e seu determinante pode favorecer a não-concordância nominal, mesmo entre os mais escolarizados:

(124) *mi identifiquei pelu um aspectu, porque as religiões, as outras qui eu... assim, achei interessantes* (inf. NFE)

Há casos, como o de (125), de concordância com o núcleo do complemento, ao invés de ser feita com o núcleo do sujeito, uma silepse comum no português padrão:

(125) *a maioria das pessoas são disocupadas.* (inf. NFE)

Veado (1982, p.56-7) chama a atenção para a redundância da concordância nominal no português padrão, que repete marcas com a mesma informação em todos os elementos do SN. A autora cita alguns trabalhos que comprovam que a concordância no português, tanto nominal quanto verbal, está em um processo de mudança orientada para um sistema de não-concordância. Veado relata que no dialeto por ela pesquisado, da região Sanfranciscana de Januária -MG, há um único sistema, o qual consiste em marcar o plural somente nos constituintes que estiverem à esquerda do nome, não necessariamente apenas um elemento: “*os meus filho*”.

De fato, registram-se em nossa amostra construções que levam a marca de plural a mais de um determinante, como (119) e (126):

(126) *só u Bera Riu i **argumas otras coisa** aí, tem uns treis mercadu bãu.* (inf. NMR)

e os elementos colocados a direita do nome não recebem a marca de plural

(127) *minha mãi faiz **aquelis pão caseru** né* (inf. GME)

(128) *us **ovu chocu** tava nu ninhu* (inf. AMS)

o que vem confirmar a hipótese da pesquisadora citada.

Apesar de, como mostrado acima, haver casos em que mais de um determinante recebe a marca de plural, a preferência do falante araguiense, principalmente aquele com pouca escolaridade é por marcar apenas **um** elemento com o [s] final, ainda que esse elemento seja invariável, como em:

(129) *mais **quis** vizinha boa qui era aquelas, picisava di vê* (inf. NFR)

É o que mostram as pesquisas de Anthony Naro (1981, apud. MATTOS E SILVA, 1997. p. 64), ou seja, que na língua popular corrente, a obrigatoriedade de concordância exigida no português padrão, por muitas vezes não é verificada, o que ocorre na maioria das vezes é que um único elemento do sintagma nominal recebe a marca de plural.

Assim ocorre, segundo Carvalho (1997), na fala urbana de Rio Branco-AC. A pesquisa variacionista verifica que a tendência geral (embora a autora verifique a interferência

de condicionadores internos e externos) é marcar o plural apenas no primeiro elemento do SN, já que, segundo a autora, é um mecanismo suficiente para que o falante consiga transmitir a seu interlocutor a informação de pluralidade do sintagma.

Carvalho cita ainda os trabalhos de Ponte (1979) e Nina (1980) entre outros. Ponte (apud. CARVALHO, 1997), sobre a fala de semi-alfabetizados de Vila Santa Rosa, Porto Alegre-RS, observa que os mesmos condicionadores que se mostram influentes na fala dos escolarizados de outras regiões, são os que atuam na comunidade por ela pesquisada.

Nina (apud. CARVALHO, 1997), sobre a fala de analfabetos da região Bragantina do Pará, observa que o primeiro elemento do sintagma nominal é quase que categoricamente marcado. Segundo a autora a saliência fônica não exerce muita influência na aplicação da regra, o fator que mais influencia nesta seria de ordem social, no caso, a idade. Os informantes mais jovens aplicariam a regra de concordância nominal com mais frequência que os mais velhos.

Bunse (1981, p 98) não faz análises profundas, resume essa regra na fala da região de São José do Norte-RS como sendo sistemática. Diz o autor que “a tendência geral é a flexão numérica sem o s, ficando a indicação do número a cargo dos determinantes que precedem o substantivo: as aspa, três mês, cinco argola”

Castilho (1992, p. 251) assinala que nas classes não escolarizadas a marcação redundante de plural no sintagma nominal é desfavorecida, o autor concorda que há fatores tanto internos quanto externos que influenciam na aplicação da regra de concordância.

O princípio da saliência fônica, verificado por Lemle e Naro na concordância verbal é considerado também na concordância nominal, ou seja, quanto maior a saliência fônica que diferencia singular de plural, maior a probabilidade de que ocorra a concordância.

A análise de nossa amostra indica que na fala dos menos escolarizados, ao contrário do que ocorre com a concordância verbal, não parece haver qualquer fator lingüístico que condicione a flexão, ou seja, o nome jamais recebe o morfema de plural.

Isso também é verificado por Braga (1977) na fala coloquial do Triângulo Mineiro. A pesquisadora verificou que os vários condicionadores internos que atuam na fala dos escolarizados não se mostram influentes na classe baixa, assim como ocorre com o grau de formalismo.

Naro & Scherre (1993) observando os trabalhos dialetológicos do início do século passado e alguns estudos variacionistas da década de 80, afirmam que a variação na concordância nominal ocorre em todas as regiões brasileiras, ou seja, não constitui uma variação diatópica. Os autores salientam que os estudos mais recentes indicam que a variável social que condiciona essa regra é o grau de escolaridade. Os autores crêem que tal descoberta é suficiente para que seja descartada a idéia de que o português do Brasil se constitui sobre um pidgin ou um crioulo. Se assim fosse, as regiões onde houvesse se concentrado um maior número de escravos durante o século XIX mostraria diferenças no comportamento da flexão verbal e nominal, o que, de acordo com várias pesquisas, não é a realidade lingüística do Brasil.

Os autores observam ainda que o s como marcador de plural é um traço que tem aparecido e desaparecido várias vezes nas línguas românicas. Alguns sistemas, como o francês e diversos crioulos, têm preferido marcar o plural em elementos gramaticais (artigos, possessivos etc) que se localizem na parte inicial dos SNs, ou seja, como o que estamos verificando na fala araguiense.

Nossa pesquisa ajuda na confirmação das teses acima descritas no sentido de reforçar a idéia de que é o primeiro elemento do SN que geralmente carrega a marca de plural.

Tal marca pode recair sobre um artigo, um pronome, um numeral, ou qualquer determinante, enfim, não parece ser a categoria gramatical que determina em qual elemento ficará a marca de plural, mas sua posição na oração. O morfema encarregado de marcar o plural ficará, preferencialmente, como atestam os exemplos (115) a (119), no primeiro termo do SN, ainda que este não seja variável, como ocorre em (129).

Há uma exceção que merece ser destacada:

Nos SP- Sintagmas Preposicionais- que tenham a seguinte estrutura: Prep + art + poss. + nome, a marca de plural ocorrerá preferencialmente no possessivo, embora esse venha depois do artigo, como em:

(130) *hoji eu vivu, vivi só pu meu maridu e pu meus filhu* (Inf. AFI)

(131) *u nomi du meus irmão tudu saiu de jogador du Inter* (inf. GME)

B.11. FLEXÃO VERBAL

Muitas pesquisas já demonstraram que independentemente da região que se estude, essa regra, assim como a de concordância nominal, é realizada preferencialmente entre os mais escolarizados, ou seja, representa uma variação mais vertical do que horizontal.

Um estudo de Mota e Cardoso (1986) realizado com base em 217 textos de alunos de graduação, mostra que há, naquele grupo, quatro padrões de concordância de número entre o sujeito e o predicado, ou, nas palavras das autoras, entre *o sintagma nominal sujeito e o sintagma verbal*. Assim, as frases podem ser encontradas na forma escrita em quaisquer dos padrões classificados pelas autoras da seguinte maneira:

1- [SN + pl] + [SV + pl]

2- [SN - pl] + [SV - pl]

3- [SN + pl] + [SV - pl]

4- [SN - pl] + [SV + pl]

Nos valeremos do modelo proposto por Mota e Cardoso para mostrarmos como se processa o padrão de concordância verbal na fala de Alto Araguaia.

O padrão 1, que pede a marca de plural no SV é encontrado de forma variável, entre os escolarizados e entre os semi alfabetizados ou analfabetos, obviamente, com maior frequência entre os primeiros.

(132) E- *Cadê u Hiltu i u Elinton?*

I – *ês saíru, foi passιά* (inf. AMS)

(133) *conheci quandu **elis vieru** aqui, mais eu nunca fui lá* (inf. GFR)

(134) ***nós temu** u tal di.: mé qui chama aquela.: **nóis num pois** aí né?* (inf. AMS)

(135) ***nóis disviamu** du cupim, i eli num disviô* (inf. NMR)

(136) *quandu eu vô pa fazenda nas féria, aí qui **nóis vamu*** (inf. NFR)

(137) *us **prefeitu** daqui num **tãu** com nada, num **joga** ela pa frenti* (inf. GMR)

(138) *us **tucanus lideram** u ranqui di veriadoris nu Istado du Matu Grossu* (RFM)

Quando o sujeito não está explícito, a concordância é favorecida, conforme se verifica nos exemplos abaixo:

(139) *Ø **fomu** di ônibus, foi eu, minhas irmã i umas colega* (inf. GFR)

(140) *a genti já veiu diretu pra cá i daqui a genti mudô, Ø **moramu** im Cuiabá, aí depois Ø **voltamu** pra cá di novu* (inf. NFR)

O padrão 2 é sistemático em nossa amostra, ou seja, se o núcleo do sujeito é singular o verbo se apresentará no singular, sem restrições.

O padrão 4 não ocorre de forma significativa na fala araguiense, é fenômeno variável tanto entre os pouco alfabetizados quanto entre os mais cultos. Ocorrem da seguinte forma:

(141) *u pessual já foru, saíru* (inf. AMS)

(142) *a genti acertô, fomu casá* (inf. AFI)

O padrão 3, ou seja, sintagma nominal plural com sintagma verbal singular, é encontrado abundantemente em nossa amostra. É produzido principalmente pelos informantes com baixa escolaridade, mas também é encontrado na fala dos escolarizados, principalmente em falas masculinas, que, como já se tem atestado, são menos cuidadas.

Teixeira verifica no falar mineiro de 1938 que a invariabilidade do verbo, ou seja, a não-concordância do verbo com o sujeito, é um dos fatos lingüísticos mais comuns na fala popular daquela região.

A observação de Teixeira sobre a fala mineira pode aplicar-se também a Alto Araguaia, onde são bastante comuns construções como:

(143) *esa* (elas) *ijjia* muito, *quiria a ropa muito bem limpinha, aquelas coisa* (inf. AFI)

(144) *a genti fala cocá, otus fala angola* (inf. AFS)

(145) *as pessoa as vez fica falanu daquelas imagi* (inf. NFR)

(146) *meu pai i minha mãi tamém mora aqui* (inf. GFR)

(147) *eu achu eradu issu, qui elis num aceita* (inf. GMR)

(148) *muitu dinheru qui **essis cara ganha** tamém né* (inf. NME)

Entre os escolarizados a concordância é mais freqüente, no entanto, em algumas situações o verbo não é flexionado:

(149) ***elas** ficam assim, ansiosas, isperandu u lanchi, di istômagu vaziu, num **consegui** nem pensá* (inf. GFE)

(150) *é necessáriu qui **us jovens** estejam conscientis dissu i **traga** uma carga dissu* (inf. NFE)

(151) ***coisas** qui cê vê qui num **seria** di religiãu* (inf. NFE)

Como se verifica em (149) e (150) o verbo da primeira oração, que vem imediatamente após o sujeito recebe a marca de plural (*elas ficam* e *us jovens estejam*), já o verbo da segunda oração desses períodos, distante do sujeito, assim como em (151) não é flexionado. É o mesmo que ocorre com a flexão nominal, tratada no item anterior, a distância entre os dois termos que devem receber a marca de plural influencia na aplicação da regra.

A proximidade entre o sujeito e o verbo é apontada por Lemle (1978) como o fator que favorece a concordância, assim como a ocorrência de sujeito indeterminado e, como fator externo, as situações formais.

Lemle (op.cit) observou também que o português brasileiro se encontra num processo que o encaminha para a não-concordância. A autora verifica ainda que a saliência fônica influencia nesse processo, quanto maior a saliência entre a forma singular e a forma plural maior a probabilidade de que haja concordância.

Naro & Scherre (1993) assumem que a uniformização do sistema verbal tem início com o componente fonológico, a redução do componente morfológico (comeram – comeu) seria um estágio posterior ao processo de uniformização que se dá sobre a baixa saliência fônica de algumas formas verbais.

Em nossa amostra comprovamos o que é dito pelos autores supracitados quanto à influência da saliência fônica, ou seja, quando a concordância verbal depende de uma simples nasalização do segmento final, na maioria das vezes não é realizada, exceto nos casos em que o sujeito está oculto, mas também verificamos o inverso, ou seja, em nossa amostra notamos que a saliência fônica pode influenciar de maneira a desfavorecer a concordância: observamos que quando os verbos estão conjugados no Pretérito Imperfeito do Indicativo ou do Subjuntivo e no Futuro do Pretérito do Indicativo, a primeira pessoa do plural (nós), exige um vocábulo proparoxítono, ou seja, com alta saliência fônica, nesses casos, a concordância jamais ocorre entre os menos escolarizados:

Pretérito Imperfeito do Indicativo

(152) *é::, **nóis falava::, é::, cumé qui é?*** (inf. AMS)

(153) *nóis **divia** trocá us jogador pur mais melhor* (inf. GMR)

(154) *só qui nóis num **quiria** demorá né* (inf. GFR)

(155) *nóis **rezava, cantava, i nu dia di carnaval nóis só ficava pur conta di rezá*** (inf. NMR)

Pretérito Imperfeito do Subjuntivo

(156) *si nóis **fossi compra tinha qui financiá né, é muito cara*** (inf. NMR)

(157) *meu pai num dexava, num quiria qui nóis **istudassi*** (inf. NFR)

O Futuro do Pretérito do Indicativo praticamente é inexistente entre os menos alfabetizados.

Entre os mais escolarizados também não há flexão de verbos nesses tempos/modos, eles utilizam o que parece ser uma estratégia – substituem sistematicamente *nós* por *a gente*, fugindo assim do vocábulo esdrúxulo.

Pretérito Imperfeito do Indicativo

(158) *a genti só ia na hora du recreiu* (inf. GFE)

(159) *a genti murria di medu di i nu banheru* (inf. GFE)

(160) *a genti tem qui trabalhá, **trabalhava i istudava né*** (inf. NME)

(161) *a genti gostava de sentar e ficar ouvindo meu pai contá uma história ...* (inf. NFE)

Pretérito Imperfeito do Subjuntivo

(162) *uma coisa qui fossi útil, qui **a genti pudessi** iexplorá* (inf. NFE)

(163) *eu num quiria qui a genti **pricisassi** mudá daqui, mais...* (inf. GFE)

Futuro do Pretérito do Indicativo

(164) *não, nós tamus acostumadus, num é como **a genti gostaria né**, mas...* (inf. GFE)

(165) *a genti **teria** qui pensá num jeitu di conscientizá as pessoas* (inf. NFE)

O exemplo (164) mostra claramente o fato que estamos destacando. O sujeito é *nós* enquanto o verbo está no presente (“*nós tamos*”) na oração imediatamente posterior, em que o verbo pede uma conjugação, a nosso ver, evitada pelos falantes⁹, que substituem o sujeito *nós* por *a gente*.

Assim pode-se aceitar a hipótese de que a concordância verbal é influenciada por um fator interno bastante relevante: o tempo verbal, ou seja, a forma exigida pelo tempo em que se apresenta o verbo, influenciará positiva ou negativamente na flexão verbal, por causa da saliência fônica que forçosamente irá se apresentar. Como já dito acima, quando a concordância verbal depende apenas da nasalização do segmento final, muitas vezes não se realiza, mas quando a conjugação promove alta saliência fônica, a flexão também é evitada. Vejamos os exemplos abaixo que ilustram bem esse ponto:

Considerando então, que, embora os morfemas flexionais número-pessoais não são propriamente verbais, já que servem apenas para marcar, na extensão vocabular do verbo, o sujeito ao qual ele se refere, conforme explica Câmara Jr. (1992, p. 97) são eles que condicionam a regra, o que nos permite afirmar que o critério para o aparecimento das marcas de plural, ou seja, de morfemas número-pessoais, variará, principalmente na fala de pessoas pouco escolarizadas, de acordo com o tempo e modo em que o verbo estiver flexionado.

Assim, vejamos como são flexionados os verbos em cada tempo/modo verbal existente na fala araguiense:

Os morfemas de pessoa e número que aparecem no Presente e no Pretérito Perfeito do Modo Indicativo apresentam-se de forma idêntica, sob dois paradigmas:

⁹ Cabe aqui uma reflexão: Teria esse fato alguma ligação com o ritmo da fala? Se sim, a não flexão ocorreria pela tendência a se evitar vocábulos proparoxítonos. Ou é uma questão morfossintática? Assim, essa conjugação é evitada pelas mesmas razões que outras quaisquer, isto é, a pessoa e o número já estão marcados no SN.

a- um simplificado, utilizado preferencialmente pelos menos escolarizados, que possui apenas dois morfemas: um para a primeira pessoa do singular e outro – de terceira pessoa do singular- para as demais pessoas:

Presente

(166) *du tempu qui eu tô aqui, qui eu nasci aqui, não, num **gostu*** (inf. GMR)

(167) *cê **vai**, **sobe** duas quadra e **vira** a direita* (Inf. AMI)

(168) *minha mãe **freqüenta**, nós nãu, nós é meu ateu* (inf. NMR)

(169) *a genti num **lembra** pra que qui ela servi* (Inf. AMS)

(170) *us **prefeitu** num **joga** ela pa frenti* (Inf. GMR)

Pretérito

(171) *foi aqui qui eu **construí** uma família* (Inf. NFR)

(172) *mia mãe mi **sigurô** muito* (Inf. AFI)

(173) *nóis num **pois** aí né* (Inf. AMS)

(174) *a genti já **veiu** diretu pra cá i daqui a genti **mudô*** (Inf. NFR)

(175) *us **mininu** **ficô** im casa* (Inf. AFS)

b- o outro paradigma segue o padrão normativo, com quatro morfemas: dois para o singular – que marcam a primeira e segunda/terceira pessoas - e dois para o plural – que marcam a primeira e segunda/terceira pessoas-, já que *tu* é *vós* não aparecem na fala araguiense.

Presente

(176) *achu qui eu **andu** priguiçosa* (Inf. GFE)

(177) *ela num **proibi** nada, é só u compromissu cum Deus qui **faiz** você sabê si você **pod**i o nãu* (Inf. NME)

(178) *a genti qui **pricisa** di serviçu* (Inf. NME)

(179) *todus us parentis **istãu** lá, nós **istamus** sozinhus aqui* (Inf. GFE)

(180) *us jovens si **reúnem**, **cantam** i **rezam*** (Inf. GFE)

Pretérito

(181) *eu **voltei** pra Portu Alegri, mas **fiquei** só novi mesis* (Inf. GFE)

(182) *aqui **feiz** aqui paga, **feiz** aqui, cê paga aqui mesmu* (Inf. GME)

(183) *u pai **fez** só a primera seri* (Inf. GFE)

(184) *eu fui na casa dela, aí lá a gente **saiu*** (Inf. AMI)

(185) *nós **fomu** di posu (...) **acendemu** um fogu lá i **forramu** lá* (Inf. GME)

(186) *meu pai, di Souza, da Paraíba i minha mãi também, todus dois, **vinhéram** di lá, casadus* (Inf. NFE)

Em resumo, os morfemas número-pessoais nos tempos Presente e Pretérito

Perfeito do Indicativo ocorrem como se vê nos quadros:

O Presente

1.º paradigma

Pessoa	MNP
eu	O
você/ele/nós/a gente/ eles	Ø

2.º paradigma

Pessoa	MNP
eu	O
você/ele/a gente	Ø
nós	MOS
eles	M

O Pretérito Perfeito

1.º paradigma

Pessoa	MNP
eu	EI/I
você/ele/nós/a gente/ eles	OU/EU (+ formas irregulares)

2.º paradigma

Pessoa	MNP
eu	EI/I
você/ele/a gente	OU/EU
nós	MOS
eles	M

A conjugação simplificada, com duas pessoas marcadas, a primeira em oposição às demais, é a que Teixeira (1938, p. 37) apresenta como a que ocorre no falar mineiro no tempo presente. Já no Pretérito Perfeito, na mesma região, marca-se quatro pessoas, conforme o modelo apresentado pelo autor: “*eu amei; ocê-tu amou; ele amou; nós amemo; ocês amaro; eles amaro*”.

O Futuro do Presente não é conjugado, conforme demonstrado no item B.12.a. aparece na forma perifrástica com o verbo auxiliar *ir* seguido do verbo principal no infinitivo.

O Futuro do Pretérito, o Pretérito Imperfeito do Indicativo e do Subjuntivo apresentam morfemas número-pessoais idênticos, embora o Futuro do Pretérito seja utilizado quase que com exclusividade pelos mais escolarizados. Os morfemas que marcam pessoa e número apresentam-se sob dois paradigmas:

a- um que opõe duas pessoas, marcando somente a terceira do singular, já que, como dito, o *nós* não aparece nesses casos:

(187) *seria aceito, mas só qui num mi sintia bem* (inf. NME)

(188) *não, nós tamus acostumadus, num é como a gente gostaria né, mas...* (inf. GFE)

(189) *as pessoas istariam ouvindu a idéia delis né* (inf. GFE)

b- um que não opõe qualquer pessoa, como o que ocorre na fala rural mineira, onde segundo Teixeira (1938, p. 39) não há morfemas opositivos, todas as pessoas são marcadas por Ø.

(190) *eu istudava aqui nu Maria Auxiliadora* (GFE)

(191) *eu tava di istudu baxu* (inf. GMR)

(192) *meu pai vivia jogandu pedra nela* (inf. NFE)

(193) *u povu **falava** qui us mortus **aparicia*** (NFE)

(194) (Tuma)*saiu dizendu qui **intendia** qui issu era uma amiaça* (RFM)

(195) *nóis **rezava, cantava**, nu dia di carnaval, nóis só **ficava** pur conta di rezá* (inf. NMR)

(196) *nóis **lavava** nu riu* (inf. AFI)

(197) *nóis **custumava** i la sempri, nus dumingu, agora hoji nãu* (inf. AMS)

(198) *esa¹⁰ **izigia** muito, **quiria** a ropa muito bem limpinha* (Inf. AFI)

(199) *u Leunardu mais u Cláudiu **foi** na frenti i eu fique i pa i mais di noiti* (inf. NMR)

Assim temos:

1.º paradigma

Pessoa	Morfema
Eu/ você-ele-a gente	Ø
vocês/eles	M

2.º paradigma

Pessoa	MNP
eu/ você-ele-a gente/nós/a gente	Ø
vocês/eles	

¹⁰ *Esa* é a pronúncia do pronome *elas*.

Pontes (1972) verifica na fala carioca o uso de *a gente*, o que a autora classifica como “neutralização de pessoas”, contudo há o registro dos tempos Pretérito do Subjuntivo e Pretérito Imperfeito do Indicativo ocorrem num paradigma de três pessoas:

P1/P2 – *amassi* P3 – *amássemos* P4 – *amassem*

P1/P2 – *amava* P3 – *amávamos* P4 – *amavam*

Como se verifica, na fala carioca há a marcação da P3 (nós) o que, como mostrado acima, é inexistente em Alto Araguaia.

Configura-se, basicamente como apresentamos o sistema de concordância verbal na fala araguiense. Os demais tempos verbais não aparecem de forma significativa em nossa amostra.

B.12. TEMPOS VERBAIS –

Morfemas Modo-Temporais

B.12.a- O FUTURO DO PRESENTE

O Futuro do Presente do Modo Indicativo com o morfema RE/RA indicativo inexistente em nossa amostra.

Verificamos que o Futuro do Presente apresenta-se sob dois paradigmas:

- 1.º - na forma do Presente, com expressão ou advérbio indicador de futuro e
- 2.º - de forma perifrástica com o auxiliar IR seguido do verbo principal no infinitivo:

1.º paradigma

Morfema do Presente – Ind.
Ø

2.º paradigma

verbo auxiliar IR no Presente- Ind.	verbo principal no infinitivo
IR + (MNP)	VERBO + R

Seguindo o primeiro paradigma, encontramos construções como:

(200) *amanhã eu **montu** a cavalu* (inf. AMI)

(201) *E- **cê acha** qui im termus di Brasil...*

*I- eu **achu** qui **volta** pra casa mais cedo, cum certeza* (inf. NME)

(202) *hoji nós **comi** farofa \emptyset manhã cedo eu **comu** u pãu* (Inf. GME)

O segundo paradigma é largamente utilizado, é a forma mais comum para se indicar uma ação futura:

(203) *achu qui eu **vô mudá** daqui* (inf. AMI)

(204) *Supermercadu Casarãu, **vô repiti** pra você* (RFM)

(205) *Deus **vai intendê** i **vai ti dá** uma chanci* (inf. GFR)

(206) *sinãu **vai continuá** assim* (inf. NFE)

(207) *nunca **vamu sabê** qui qui foi qui aconteceu* (inf. NME)

(208) *a Gazeta di Cuiabá, qui trais hoji na sua primera página – Bosaipu i **prefeitos** nu PL **vão apoiar** Anteru- Anteru será u candidatu.* (RAM)

O segundo paradigma é registrado em todo o território brasileiro, conforme demonstram muitos trabalhos regionais, dentre eles o de Rosa Maria Assis Veado (1982). Na região Sanfranciscana de Januária, a autora observa que o futuro do presente não ocorre. Em seu lugar aparece a construção perifrástica e, neste caso, o auxiliar geralmente se flexiona no Presente do Indicativo, o que também é verificado em nossa amostra, conforme se constata pelos exemplos acima.

B.12.B- O FUTURO DO PRETÉRITO

Como indicam nossos dados, há três paradigmas para a formação do tempo Futuro do Pretérito do Indicativo.

1.º paradigma – padrão normativo

MMT
RIA

2.º paradigma – idêntico ao Pretérito Imperfeito

MMT
VA/IA

3.º paradigma – conjugação perifrástica, com auxiliar IR no Imperfeito

Verbo auxiliar IR no Pretérito Imperfeito- Ind.	verbo principal no infinitivo
IA + MNP	VERBO + R

Com o morfema RIA, o modelo do primeiro paradigma aparece somente entre os escolarizados e no discurso (um tanto formal) das rádios.

(209) *eu achu qui **poderia** investi im otrus aspectus* (inf. NFE)

(210) *eu nãu **diria** qui u casamentu seja uma instituiçãu falida* (inf. GFE)

(211) *eu achu qui nem **deveria** i* (inf. NME)

(212) *essi dinheru **poderia** istar sendu usadu im otras condiçõis* (RAM)

A outra forma de se construir esse tempo é utilizando um morfema idêntico ao do Pretérito Imperfeito.

Essa forma é usada de forma preferencial, mas não com exclusividade pelos menos escolarizados.

(213) *u Grêmiu tá mei caídu, achu qui nós **divia** trocá us jogador* (inf. GMR)

(214) *si ucê tivessi avisadu nós preucupava i **ia** achanu né* (inf.AMS)

(215) *E- lá dentru você **seria** aceitu?*

I- ***seria** aceitu, só qui, eu num mi **sintia** bem* (inf.NME)

(216) *issu num tava previstu, **pudia** tá previstu guerras, otras coisa* (inf. NFE)

(217) *si eu fossi umas deiz eu num **ficava** sem serviçu.* (inf. NFR)

(218) *cuzinhu muito bem, graças a Deus, sinão já **tinha** murridu di fomi* (inf. GME)

(219) *si fossi vê já **tinha** largadu* (inf. GFR)

O exemplo (215) mostra que o falante repete a forma com o morfema RIA, a qual acabou de ouvir na pergunta, mas em seguida, produz o verbo no Imperfeito do Indicativo, *sentia*.

Campos et al. (1996) no estudo da norma culta (projeto Nurc) observam construções semelhantes:

“*eu por mim trabalhava na Escola de Belas Artes*” (Nurc- D2- RJ- Inq. 355)

“*se eu não tivesse mil cruzeiros não entrava*” (Nurc- D2- RJ- Inq. 355)

Os autores verificam que os falantes “optam ou por uma forma de pretérito imperfeito ou perfeito ou por futuro do pretérito em afirmações condicionadas” (1996, 71).

O uso do Imperfeito no lugar do Futuro do Pretérito é comum também no dialeto mineiro. Teixeira (1938, p. 37) observa que tal troca ocorre de forma espontânea nas classes média e alta.

Câmara Jr. (1992, p. 100) explica que o Imperfeito tem emprego “metafórico”, é utilizado para expressar situações hipotéticas ou “irrealidades”, ou seja, consegue transmitir a idéia de possibilidade ou condição expressa pelo Futuro do Pretérito.

O terceiro paradigma - antepondo ao verbo principal no infinitivo a forma IA (IA + R), aparecem em construções como:

(220) *difici hein, falá que qui eu ia fazê* (inf. GMR)

(221) *si já é difici juntu, separadu ia ficá pió, num é?* (inf. GFR)

(222) *comu qui ia sabê né* (inf. AFS)

(223) *mandô ficá lá, ondi ela ia passá* (inf. NMR)

(224) *us católicu nunca ia fazê* issu (inf. NMR)

(225) *cê acha qui a França, cu dinheru qui ela tem, ela ia dexá di papá essa?* (inf. GME)

B.12.c- O SUBJUNTIVO

O Modo Subjuntivo aparece na fala araguiense de uma forma bastante variável. O Presente é mais utilizado pelos mais escolarizados, o Pretérito e o Futuro são comuns em orações condicionais de qualquer falante.

Os morfemas se apresentam basicamente na forma canônica, o que sofre variação é, em alguns casos, o radical do verbo, principalmente nos casos de verbos irregulares e anômalos.

O Pretérito ocorre sem variação, ou seja, com o morfema *sse* marcando os verbos de qualquer conjugação, sejam regulares ou irregulares, em construções como:

(226) *pareci qui num tem nenhuma qui eu **gostassi*** (inf. AFI)

(227) *si ocê **tivessi** avisadu, a genti procupava i ia achanu* (inf. AMS)

(228) *achu si eu **fossi** umas deiz eu num ficava sem serviçu* (inf. NFR)

(229) *não qui antis num **acontecessi*** (inf. NFE)

O Futuro, do mesmo modo, não ocorre de maneira significativa em nossa amostra, provavelmente pela força do tipo de discurso empregado pelos informantes. Ocorre, ainda que com pouca frequência, em orações que expressem condição provável.

(230) *si eu **continuá** nessi piqui, achu qui eu vô chegá até u cem* (inf. AFI)

(231) *si eu num **tirá** nada di proveitu, eu viru as costa i vô imbora* (inf. GME)

(232) *si eu **tivé** a fim di saí sozinha...* (inf. GFE)

(233) *chama cachu, tudu é tora, si **fô** tirá um pedaçu é cachu* (Inf. AMS)

Alguns verbos têm, principalmente na fala dos menos escolarizados, seu radical alterado pela conjugação, voltando para a forma infinitiva, como em:

(234) *si eli **trazê** a incomenda* (inf. AMI)

(235) *si cê **fazê** dessi jeitu né* (inf. GFR)

(236) *vô ficá feliz si eu **sabê** di tudu* (inf. AFS)

O Presente do Subjuntivo quase não aparece. O motivo da não ocorrência é a preferência por parte dos falantes, de orações reduzidas, o que leva o verbo para o infinitivo. As construções com Presente do Subjuntivo são feitas preferencialmente pelos escolarizados:

(237) *é precisu privatizar a CELG para qui ela **cresça*** (inf. RAM)

(238) *excelenti momentu para sua vida profissional, a não ser que você se **dexi** levar pur temoris* (inf. RAM)

(239) *pra qui a cidadi **possa** disinvolvê, é necessariu qui us jovens **istejam** conscientis dissu* (inf. NFE)

(240) *eu nãu diria qui u casamentu **seja** uma instituiçãu falida* (inf. GFE)

(241) *num tem um final di semana qui num **tenha** festa* (inf. GME)

(242) *pesar qui sô infeliz, num queru qui meus filhu **seja*** (inf. AFI)

O Presente do Subjuntivo é muitas vezes substituído pelo Presente do Indicativo, preferencial, mas não exclusivamente, pelos menos escolarizados:

(243) *eu queru qui elis **istuda*** (inf. NFR)

(244) *cê qué qui eu **falu** u nomi delis?* (inf.AFS)

(245) *num queru qui ninguém **leva** a vida como eu* (inf. AFI)

(246) *não qui eu num mi **achu** mais jovem* (inf. GFE)

(247) *cê qué qui eu ti **contu** uma história? dexa eu vê* (inf. GME)

Nascentes observou que na classe inculta o subjuntivo quase não aparece; em seu lugar se usa o Indicativo, por serem as desinências do subjuntivo “difíceis, complicadas, pedantes” na opinião do estudioso. Somente em frases feitas o subjuntivo se mantém, como em “*Deus o favoreça*” (NASCENTES, 1953, p. 169).

Teixeira (1938, p. 38) registra que no dialeto mineiro, o Subjuntivo regular apresenta-se como o Indicativo. “As crianças dizem: - papai, não quer que eu olho”, afirma o autor.

Chaves de Melo (1946, p. 82) diz o mesmo, ou seja, que o “presente do conjuntivo” é pouco usado na fala popular brasileira, em seu lugar é usado o Presente do Indicativo, como em “*ele qué qui eu vô lá*”.

Na região Sanfranciscana de Januária – MG- Veado (1982, p. 43) constatou que o Presente do Subjuntivo é inexistente, enquanto que o pretérito e o futuro do mesmo modo ocorrem em orações condicionais improváveis e prováveis, respectivamente.

B.13- O SUFIXO DE DIMINUTIVO

A formação do grau diminutivo em Alto Araguaia é feita de duas formas:

1- acrescentando-se o sufixo “*zinho(a)*” ao final de vocábulos oxítonos, como em:

anelzinho

barzinho

cafezinho

mãozinha

2- aglutinando-se o sufixo “*inho (a)*” ao final de vocábulos com final átono:

bolotinha

piquinininha

istorinha

istradinha

As formas encontradas em nossa amostra parecem ocorrer de forma semelhante à que ocorre em várias outras regiões brasileiras, exceto no Nordeste, ou em algumas localidades nordestinas.

No Atlas Lingüístico de Sergipe encontram-se registrados muitos vocábulos com sílaba final átona que fazem o diminutivo com o sufixo “*zinho*”, construções que soariam estranhas na comunidade araguaense, como por exemplo:

Aboborazinha (Carta 41- PI 55 – Inf. B)

Compridazinha (Carta 42- PI 64 – Inf. B)

Pequenozinho (Carta 43- PI 54 – Inf. B)

Frutazinha (Carta 43- PI 58 – Inf. B)

Redondozinho (Carta 48- PI 64 – Inf. B)

Medalhazinha (Carta 68- PI 62 – Inf. B)

Lagartixazinha (Carta 125- PI 60 – Inf. B)

Sapozinho (Carta 126- PI 56 – Inf. B)

além de alguns casos em que o morfema de diminutivo é empregado duas vezes, como em: *quadrinhos* (Carta 118- PI 59 – Inf. B) e *fundinhozinho* (Carta 123- PI 53 – Inf. A).

Os únicos vocábulos encontrados em nossa amostra com final átono que permitem o sufixo “zinho” são *cidade* e *tarde*, formando *cidadezinha* e *tardezinha*, este último referindo-se à parte do dia, sempre precedido das preposições *a* ou *de*.

Em Cuiabá, Drummond (1978, 61) registra o sufixo *inho-a* de forma diversa das duas apresentadas acima, como “*machucadorinho*” e “*dorinha*”, que em nossa comunidade, segundo a norma verificada, certamente se produziriam como “**machucadinho*” e “**dorzinha*”.

No Paraná (AGUILERA, 1995), o fenômeno parece ser variável. Embora sejam registrados vocábulos que seguem um paradigma como o que se apresenta em Alto Araguaia, isto é, com o sufixo *inho* em vocábulos com final átono, registram-se também formas como: *bagezinha* (Carta 1- PI. 57- Inf.B); *corregozinho* (Carta 2- PI. 26- Inf.B); *garoazinha* (Carta 19- PI. 65- Inf.B).

B.14. A COMPOSIÇÃO DE PERÍODOS

Na análise dos dados de nossa amostra representativa pudemos perceber que algumas construções com períodos compostos podem ser feitas de duas formas: a- da maneira convencional, ou seja, por meio de um elemento ligando orações, elemento este com valor semântico-argumentativo pré-estabelecido, ou b- simplesmente pela justaposição de orações. Neste último caso é o contexto discursivo que torna possível a interpretação do enunciado.

Como dito, não são todas as construções que podem realizar-se sem as conjunções.

- Entre as orações Coordenadas, as únicas que não se fazem sem conetivo são as Sindéticas Explicativas, que são iniciadas somente por PORQUE ou QUE:

(248) *num é muito bãu nãu, só qui eu já custumei aqui, **qui** eu nunca morei im otru lugar, intãu...* (inf. GFR)

(249) *tem u pintadu, tem u querubim, piraputanga, num sei mai **purquê** eu num ligu pa pexi* (inf. AMS)

- As orações subordinadas substantivas e adjetivas (ver item B.4.) também são iniciadas regularmente pela integrante QUE:

(250) *eu nãu diria **qui** casamentu seja uma instituiçãu falida* (inf. GFE)

(251) *desdi piquenu, pareci **qui** num tiveram contatu cum issu, cum aquilu* (inf. GFE)

(252) *porque u qui eu veju é issu: **qui** tá tudu igual* (inf. NFE)

(253) *vamu falá dus combustíveis, **qui** vãu subi nu dia seis* (inf. RAM)

(254) *u futibol qui tem aqui tradicional, é u futibol di salão, **qui** é nu meis di julhu*
(inf. NMR)

(255) *meu pai contava pra genti, qui tinha uma mulher **qui** cuidava di uma igreja*
(inf. NFE)

(256) *tem a Nike, **qui** é muito poderosa, **qui** qué controlá tudu* (inf. NME)

- As orações subordinadas adverbiais comparativas faladas em Alto Araguaia podem apresentar um verbo ou este pode ser elíptico após as conjunções TÃO...COMO, MAIS..QUE, MAIS...DO QUE, TANTO ...QUANTO, TANTO... QUE NEM, IGUAL,

a- Comparativas com verbo elíptico:

(257) *hoji im dia u casamentu num é **tãu** importanti **comu** antis* (inf. NFE)

(258) *ninguém tem gaiz **mais** baratu **qui** u Supermercadu casarãu* (inf. RAM)

(259) *u povu usa **mais** aqui **du que** lá* (inf. NME)

(260) *mulher num dá **tantu** poblema **qui nem** homi* (inf. GME)

(261) *eu nunca vi um povu pa gostá **tantu** di festa **igual** u povu daqui* (inf. GME)

b- Comparativas com verbo explícito

(262) *eli ocupou a tribuna nu Senadu (...) nunca houvi um politicu qui foi **massacradu comu** eli **istá sendu** **massacradu**.* (inf. RFM)

(263) *hoji eu sô pobri, mai num sô **tantu comu** fui até pobri di ispiritu* (inf. AFI)

(264) *cê pesca pacu **igual** cê pesca caranha, mesma coisa* (inf. AMI)

- As orações Adverbiais Concessivas iniciam-se somente pelas conjunções A NÃO SER QUE, MESMO e NEM QUE

(265) *excelenti momentu pra sua vida profissional aquáriu, a nãu ser qui* você si deixi levar pur temoris (inf. RAM)

(266) *mesmu num pricisanu eli si vendi à toa* (inf. GME)

(267) *eu vô, num tô nem aí, nem qui* depois eu arrependu (inf. AFI)

- As orações Adverbiais Conformativas se iniciam somente com as conjunções COMO, CONFORME, IGUAL e QUE NEM

(268) *a justiça podi processá-lu, i comu* todus sabemus são muitas as acusações contra Jader (inf. RFM)

(269) *sua vida vai sê conformi* cê tá plantandu (inf. NFE)

(270) *nãu, igual* eu ti falei (inf. NFE)

(271) *é que nem* eu tava falanu, cê precisa dum assessor (inf. GME)

- As orações adverbiais temporais acontecem com frequência nas narrações, as conjunções utilizadas são o ENQUANTO e o QUANDO.

(272) *quandu* cê faiz as coisa, as veiz cê faiz erradu (inf. GFR)

(273) *quandu* eu tem saudadi eu vô lá (inf. GME)

(274) *possu fazê... eu achu qui, inquantu* eu tivé minha mãi (inf. NFE)

- As orações adverbiais finais são, geralmente, introduzidas com PARA QUE, no entanto, essa forma restringe-se aos mais escolarizados, a maioria das construções

adverbiais finais se faz de forma reduzida, com verbo no infinitivo, assim a conjunção mais utilizada é o PARA. Não há orações adverbiais finais que não sejam iniciadas por conjunção.

(275) *é precisu privatizar a CELG **para qui** ela cresça* (inf. RAM)

(276) *tem qui recorrer à justiça **para** obrigar u Istadu a pagar* (inf. RFM)

(277) *eu só ia **pa** bebê* (inf. NMR)

Períodos compostos sem conectivos:

As construções que apresentaremos abaixo podem ser realizadas como no modelo canônico, ou seja, orações de um mesmo período ligadas por conjunções ou períodos compostos com a justaposição das orações, sem elementos coesivos explícitos.

- as Adverbiais Causais

Neves (1999) a respeito das construções denominadas causais, afirma que nem sempre as orações que recebem este nome realmente o são, ou seja, as orações causais nem sempre representam a causa efetiva da consequência anunciada (na maioria das vezes anteriormente). Tendo em vista tal questão, esclarecemos que estamos considerando para efeito de análise as orações que expressam idéia de causa, e não as tradicionalmente classificadas como causais.

As orações que exprimem idéia de causa podem ser iniciadas pelas conjunções PELO FATO DE, PORQUE e DE TANTO:

(278) *eu gostu daqui **pelu fatu** di tê nascidu i mi criadu aqui* (inf. NFE)

(279) *elis caba entranu im contradiçãu **purque** num fala a verdadi né* (inf. NME)

(280) *nunca tivi vontade di sê mãi na minha vida, criei **di tantu** meu maridu ficá ijjinu*
(inf. AFI)

Ou ainda sem o conectivo, como em:

(281) *meu nomi saiu dum jogador du Inter, \emptyset meu pai era fanáticu* (inf. GME)

(282) *U Euricu Miranda num influi im nada nãu, \emptyset é bandidu* (inf. NMR)

- A oração Adverbial Condicional na fala araguiense é geralmente introduzida pelo conectivo SE.

Segundo Haiman (apud. NEVES, 1999) não há uma definição filosófica ou lingüística que dê conta de definir precisamente uma construção condicional, assim, geralmente identificamos tais construções através de um método bastante prático: são condicionais as construções iniciadas pelo termo SE (ou outro de igual valor).

Podemos então classificar as orações abaixo como condicionais

(283) *cumé qui eu vô iscrevê **si** eu num sei seu indereçu?* (inf. AFS)

(284) ***si** eu tivé a fim di saí sozinha cum uma amiga, eli...* (inf. GFE)

(285) ***si** eli fizé alguma maldadi, eli vai pagá aqui.* (inf. GME)

(286) ***si** eli criô tanta coisa boa, porque qui eli vai dá u castigu?* (inf. NFR)

(287) ***si** tivessi avisadu, a genti procupava i ia achanu mais, mai aí duma veiz a genti num tá isperanu* (inf. AMS)

No entanto, semântica e pragmaticamente a idéia de condição pode ser feita de outras formas, como por exemplo, sem conectivo:

(288) *feiz aqui, cê paga aqui mesmu, podi te certeza, cê feiz alguma coisa errada, cê num vai tê otu lugar pu cê pagá nãu* (inf. GME)

(289) *pisô na bola, u pessual vai im cima né* (inf. NME)

Em (288) percebe-se que há uma condição para “se pagar”, é a de “se fazer”, assim, “se você fez aqui, você paga aqui mesmo” mas “se não fez, não paga”.

Em (289) está claro que “se pisar na bola, o pessoal vai em cima”, ao contrário, “se não pisar na bola” não haverá pressão. Em ambos exemplos a idéia de condição é clara, o que torna a conjunção nesse tipo de construção, um termo facultativo, o que, por sua vez, desconstrói o método de identificação de condicionais proposto por Haimam.

- A idéia de consequência é expressa nas Adverbiais Consecutivas por meio das conjunções AÍ, ENTÃO, E e QUE:

(290) *us (moços) qui tinha aqui também só vivia pur conta da cachaça, num tem responsabilidi, aí cabô us timi* (inf. NMR)

(291) *eu passei nu concursu, intãu tô dandu aula pra criança.* (inf. GFE)

(292) *eu tem tantu medu di ouvi essis causu assim, qui eu nem paru pa iscutá.* (inf. NFR)

(293) *faça um planu di saúdi Unimed i garanta sua saúdi* (inf. RAM)

Ou mesmo sem conectivo algum:

(294) *vi aquela baruiãu Ø fiquei cum medu* (inf. NMR)

(295) *minha idadi venceu ø eu saí* (inf. GME)

(296) *eu fiquei lavanu ropa pus otru ø nunca preñdi cunzinhá* (inf. AFI)

As idéias de conseqüência expressas nos períodos acima podem ocorrer sem que sejam introduzidas por um conjunção. A sentença “fiquei cum medu” expressa claramente uma reação a “vi aqueli baruiãu”, assim como “eu saí” se deu porque “minha idadi venceu” e “nunca preñdi cunzinhá” pelo fato de que “eu fiquei lavanu ropa pus otru”.

Orações Coordenadas

- as orações coordenadas aditivas formam-se principalmente com a conjunção E, e nos casos de negativa com NEM, como:

(297) *us jovens si reúnem, cantam i rezam* (inf. GFE)

(298) *eli num podi tá im todus us lugaris au mesmu tempu i cuidá di todú seu rebanhu*
(inf. GME)

(299) *errandu eli num vai castigá, **nem** vai dá us parabéns* (inf. NMR)

Segundo Neves (2000) as orações classificadas como aditivas podem expressar, além da relação de adição, a idéia de contraste e relações de causa conseqüência, o que também é verificado em nossos dados:

(300) *cê pensa qui vai sobrá i nu fim num sobra nada* (inf. GME)

(301) *ela começô a passá mal i aí tevi qui i pu médicu, im Mineirus* (inf. NME)

Há ainda a possibilidade de que as aditivas ocorram sem o conectivo:

(302) *hoji nóis comi farofa ø manhã cedu eu comu u pão.* (inf. GME)

(303) *us fii tudu casa ø a genti fica... fazê u que né* (inf. AMS)

As Sindéticas Adversativas são formadas por, além do muitíssimo utilizado MAS, do formal e pouco utilizado AO PASSO QUE, por conjunções como AGORA, SÓ QUE ou MAS SÓ QUE, conforme se verifica abaixo:

(304) *hoji sô pobri, **mai** num sô tantu comu fui até pobri di isprítu* (inf. AFI)

(305) *Antis era essas festas nohmais, **agora** hoji nãu* (inf. NME)

(306) *num é muito bãu, **só qui** eu custumei* (inf. GFR)

(307) *querem impô tamém a religiãu du Islã, du Afeganistão, **mais só qui** ali tá distorcenu as coisa* (inf. NFE)

(308) *a irritação causa mais sofrimentus a nós i aus outrus, **au passu qui** a paciência é um bálsamu* (inf. RAM)

As adversativas podem ser construídas também sem conectivos:

(309) *hoji eu sô pobri, mai num sô tantu, comu fui até pobri di isprítu, ø hoji nãu* (inf. AFI)

(310) *entra na justiça para obrigar u istadu a pagar, ø a maioria dus causus u istadu recorri* (inf. RFM)

(311) *eu cum uma arma na mãu ø num tivi coragi di tirá* (inf. NMR)

- As orações Sindéticas Alternativas são introduzidas pelas conjunções OU e ÀS VEZES, de forma simples ou duplicada:

(312) *as vezi eli vem di quinzi im quinzi dia, as vezi vem todü final di semana* (inf. NFR)

(313) *ou você trabalha pru governu ou você vai pra traiz di um balcãu* (inf. GFE)

(314) *E- i u seu timi?*

I- só perdenu ô impatanu, ô impatanu ô perdenu. (inf. NMR)

(315) *trabalha numa loja ou ø num escritório* (inf. GFE)

(316) *a genti num sabi totalmenti si elis vãu jogá certu ô si elis vãu jogá pur dinheru* (inf. GMR)

Entre essas construções pode-se encontrar alguma ambigüidade, provocada, em certa medida, pelo fato de que na passagem do latim ao português, o conectivo *ou* (aut) perdeu seu opositor *vel*, conforme explica Pezatti (1999, p.413), restando unicamente ao *ou* (e seus correlatos) a função de expressar tanto as relações de inclusão quanto de exclusão.

A ambigüidade é resolvida quando o conectivo aparece de forma dupla, como se pode perceber pelos exemplos (312); (313) e (314), onde uma opção exclui totalmente a possibilidade de concretização da outra. Nestes exemplos “ou” é exclusivo.

Já em (315), por exemplo, não se percebe nitidamente a condição de exclusão, parece revelar mais uma questão de escolha, opção. Pode ser que se trabalhe numa loja ou que se trabalhe num escritório.

A idéia de alternância pode ser feita também sem qualquer conectivo, embora nesses casos, como as que são construídas com um conectivo, podem se tornar ambíguas.

(317) *eu leiu uma revista, Ø um livru* (inf. GFE)

- as orações Sindéticas Conclusivas são formadas pela conjunção ENTÃO:

(318) *eli tem poder né, eli tem dinheru, **intãu** quem eli num consequi controlá pur bem, eli qué controlá pur mal* (inf. GME)

(319) *eu sô uma filha di uma lavadera, **intãu**, comu si diz, eu fui uma pessoa assim...*
(inf. AFI)

Ou pode-se atingir a mesma idéia sem qualquer conectivo:

(320) *cê tem sua casa, Ø cê precisa duma secretária na casa* (inf. GME)

(321) *u povu era muito enérgico, muito rígidu Ø num podia usá certu tipu di ropa* (inf. AFI)

Não se tecerão aqui comentários sobre quais orações são mais ocorrentes na fala araguiense, já que se deve considerar a situação discursiva pela qual o informante foi absorvido estando numa situação de entrevista. Tal situação favorece o aparecimento de orações adversativas e condicionais, para efeito de argumentação, por outro lado, o momento em que o informante narra algo acontecido favorece o aparecimento de orações adverbiais temporais, e assim sucessivamente.

Por hora estamos considerando apenas quais as conjunções são utilizadas pelos araguienses na composição de períodos e que se pode atingir o efeito semântico que as conjunções carregam sem que estas apareçam na oração, ou seja, em alguns contexto esse termo é perfeitamente dispensável.

B.15. A ALTERNÂNCIA ENTRE *NÓS* E A *GENTE*

A substituição do pronome *nós* pela forma *a gente* é, atualmente, um fenômeno indiscutivelmente comum e crescente no Brasil. Tal fenômeno está sendo considerado aqui uma ocorrência morfo-sintática pelo fato de estarmos relacionando o caso com a simplificação do sistema verbal do português, apesar de reconhecermos que tal variação corresponde a uma mudança lexical.

Utilizada na modalidade oral da língua, a forma inovadora *a gente* parece estar tomando lugar do pronome *nós*, tanto que figura como ponto em algumas gramáticas normativas, como em Said Ali (1966, p.116) na qual consta como sendo um pronome. É usada tanto para referir-se à primeira pessoa do plural quanto para a do singular; seja em posição de sujeito, seja em posição de complemento verbal (objeto) ou mesmo como adjunto adverbial; quer para referir-se ao *nós* inclusivo, quer para referir-se ao *nós* exclusivo, para referir-se a grupos grandes indeterminados ou para referir-se a pequenos grupos determinados.

Há ainda algumas questões pragmáticas que podem ser consideradas. Conforme afirma Omena, o “condicionamento psicológico, atitudes do falante ao tratar de um determinado assunto, a informalidade do mesmo constituem também fatores determinantes desse uso” (OMENA, 1996, p.212)

Nossas análises mostram que, semanticamente, nada há que diferencie a forma conservadora da inovadora, já que ocorrem nos mesmos contextos discursivos, como se vê nos exemplos abaixo, nos quais as duas formas, em posição de sujeito são utilizadas para referir-se a:

grupos grandes determinados, indeterminados e/ou generalizadores

A GENTE

(322) *a genti vai levandu...* (inf. GFE-)

a gente = moradores de Alto Araguaia em relação à diversão

(323) *pur onti a enti podi tê uma idéia* (inf. NME)

a gente = os brasileiros em relação ao jogo do Brasil com o Paraguai

(324) *a genti tá aqui é pra issu mesmu* (inf. GMR)

a gente = a humanidade

NÓS

(325) *nóis nunca vai ficá sabenu, num dianta nóis querê sabê qui nóis num vai ficá sabenu nunca* (NMR)

nós = os brasileiros em relação ao que teria acontecido com o jogador Ronaldinho antes do jogo contra a França

(326) *intão, nóis num vai recriminá* (inf. GMR)

nós = os católicos

B- grupos pequenos e determinados

A GENTE

(327) *a genti ora muito* (inf. GFE-)

a gente = grupo carismático da igreja católica de Alto Araguaia

(328) *a genti havia paradu di freqüentá* (inf. GFE)

a gente = a informante e o marido

(329) *tinha isperadu a enti, nóis na reduviária* (inf. AFS)

a gente = a informante e três amigas

(330) *a genti si reúni sempri* (inf. GFR)

a gente = a família da informante

NÓS

(331) *...i nói rezava, cantava, i nu dia di carnaval nói só ficava pur conta di rezá*

(NMR)

nós = grupo carismático da igreja católica de Alto Araguaia

(332) *pa i, nóis foi di carru própriu* (inf. GFR)

nós = a informante e duas irmãs

C- para referir-se a si próprio ou impessoalizar o sujeito

(333) *a genti tem contatu cum todú mundu* (inf. NME)

a gente = o próprio informante em relação à sua profissão

(334) *si tivessi avisadu, a genti preocupava i ia achanu mais, mai aí duma veiz a genti num tá isperanu* (inf. AMS)

a gente = eu

(335) *tem muita veiz, qui a genti fica cu pé atrais né* (inf. GMR)

a genti = eu

(336) *a genti foi pa ajudá ela* (NFR)

a gente = eu - a informante que foi ajudar a mãe em um trabalho

NÓS

(337) *E- cê faiz churrascu também?*

I- tamém, nós é bãu pa fazê churrascu! (inf. NMR)

Na descrição lingüística do dialeto rural mineiro da região Sanfranciscana de Januária, muito bem detalhada por Veado (1982), a autora mostra que “a gente” se comporta como um pronome pessoal, pois os adjetivos relacionados ao termo concordam com o sexo do falante, o qual, se fosse um SN teria seus adjetivos flexionados obrigatoriamente no gênero feminino.

Um outro ponto levantado por Veado é também percebido em Alto Araguaia e pode ser exemplificado pela sentença abaixo.

(338) *eu leiu uma revista, vô pra casa, dô uma volta na avenida, travessa a ponti, vai pru Santa Rita, vai visitá otru istadu* (inf. GFE)

Esse período composto por cinco (05) orações apresenta uma mudança gradativa de sujeito gramatical:

Em (338a) “*eu leiu uma revista*” aparece o sujeito lexical “eu”, em (338b) “*∅ vô pra casa*”, o sujeito está implícito, oculto, mas ainda é “eu”; o mesmo se dá em (338c) “*∅ dô uma volta na avenida*”; já em (338d) “*travessa a ponti*”, (338e) “*vai pru Santa Rita*” e (317f), “*vai visitá otru istadu*”, o verbo está na terceira pessoa, isso nos leva à conclusão de que houve uma mudança de sujeito gramatical.

Segundo a tese de Veado o sujeito implícito em (338c), (338e) e (339f) é, “a gente”, talvez porque “a forma ‘a gente’ esteja tão internalizada, tão arraigada no sistema lingüístico (e conceptual) que os falantes não sentem a necessidade de explicitar a troca do sujeito ‘eu’ para ‘a gente’, exceto pela desinência número/pessoa do verbo” (VEADO, 1982, p.27).

O mesmo pode ser verificado em:

(339) *únicu isporti qui eu praticu hoji é andá a cavalu, fazê trilha, eu gostu muito di fazê trilha, gostu di pescaria, intãu, vai pescá, a genti anda, faiz trilha, descí morru, sobi morru.* (inf. GMR)

Nesta construção, o informante passa da primeira para a terceira pessoa, em “*gostu di pescaria, intãu, vai pescá*”, em seguida retoma o sujeito, desta vez explicitado como “a gente”: *gostu di pescaria, intãu, vai pescá, a genti anda*.

O inovador “a gente” tem ainda outras propriedades: pode substituir também o pronome pessoal oblíquo “nos”, em função de complemento verbal (objeto), como em:

(340) *medu di argum bichu pegá a genti né* (inf. NMR)

a gente = nos = “eu”

Esse termo inovador possui ainda uma terceira função, que o “nós” não é capaz de cumprir. É a função de possessivo “nosso/a”, ligado ao termo possuído por meio da preposição *de*, como se pode ver em:

(341) *...a da iscola nunca é igual a da genti* (inf. NFR)

(342) *a casa da genti sempi é melhor* (inf. GFR)

Ilari et alli (1996, p.88), trazem em seu texto *Os pronomes pessoais do português falado: roteiro para análise*, um quadro sobre a variação entre *nós* e *a gente* em todas as capitais cuja fala foi registrada pelo Nurc. Reproduziremos aqui parte desses quadros demonstrativos.

Nas gravações entre informante e documentador (DID) a distribuição nas grandes capitais brasileiras¹¹ é a seguinte:

¹¹ Nos quadros SP refere-se a São Paulo, RJ, Rio de Janeiro, SSA, Salvador, POA, Porto Alegre e RE, Recife.

Localidade- Inq.	Nós (%)	a gente (%)
SP- 234	35	65
RJ- 328	39,63	60,36
SSA- 231	58,92	41,07
POA- 45	22,54	77,45
RE- 131	100	-
TOTAL	40,32	68,29

Nos diálogos entre dois informantes, a preferência também é pelo termo inovador.

Localidade- Inq.	nós (%)	a gente (%)
SP- 360	31,70	68,29
RJ- 355	50	60,36
SSA- 98	57,14	42,85
POA- 291	30,76	69,23
RE- 05	42,55	57,44
TOTAL	44,17	55,82

As elocuições formais favorecem o aparecimento do *nós*.

Localidade- Inq.	nós (%)	a gente (%)
SP- 405	43,28	56,71
RJ- 379	33,33	66,66
SSA- 49	100	-
POA- 278	81,39	18,60
RE- 337	81,48	10,51
TOTAL	52,82	47,17

Os números trazidos pelos quadros apresentados nos dizem que, embora o uso de “a gente” seja freqüente, o “nós” ainda é considerado mais “correto”.

Muitos estudos têm mostrado o que foi registrado em nossa comunidade, ou seja, a faixa etária é um dos maiores condicionadores na escolha das variantes em questão.

Freitas e Albán (1986) observando os dados do NURC-SSA verificam que, depois da faixa etária, a variável extralingüística que mais influencia na escolha das variantes é a formalidade do discurso (momento da gravação e atitude do locutor). Este estudo revela ainda que a forma inovadora vem sendo mais utilizada do que o *nós*, mas este ainda é considerado mais correto, já que em momentos de fala mais tensa é mais utilizado do que o *a gente*.

Para alguns pesquisadores *nós* e *a gente* são variantes de uma mesma variável, considerando o conceito do termo proposto por Tarallo, segundo o qual “*Variantes lingüísticas’ são, portanto, diversas maneiras de se dizer a mesma coisa em um mesmo contexto, e com o mesmo valor de verdade.*” (TARALLO,1985, p.8). Outros, justamente por considerarem tal definição, ao contrário, não percebem as duas formas como alternativas para uma mesma construção. É o que assume Omena (1996, p.186) quando mostra através de seus estudos que o uso de uma ou outra forma nem sempre se dá nos mesmos contextos e muito menos com valores de verdades idênticos. Para a autora há uma mudança em curso¹², a forma *a gente* está sendo usada preferivelmente quando há a impossibilidade do uso de *nós*, que tem traços de mais indefinição que a nova forma.

Nossas análises mostram que Omena tem razão quando fala da preferência da nova forma, sem dúvida mais utilizada do que a forma *nós*, assim como quando diz que a

variação não se dá nos mesmos contextos, mas não, pelo menos não somente, por traços de maior ou menor definição, como verifica Omena. Conforme observamos há uma situação na qual as duas formas não se alternam aleatoriamente: na fala de escolarizados, o inovador *a gente* substitui sistematicamente o *nós* quando está na função de sujeito de verbos flexionados nos tempos futuro do pretérito, e pretérito imperfeito do Indicativo e do subjuntivo, conforme comentamos no item B.11.

Como se observa, ao utilizar verbos nos tempos/modos em que a flexão padrão exige um vocábulo proparoxítono, o falante com baixa escolaridade não faz a flexão e mantém o conservador *nós*; o falante escolarizado, numa espécie de “estratégia de fuga” da conjugação, substitui sistematicamente o *nós* por *a gente*. Esta poderia ser uma das situações que Omena (op.cit) classificaria como um lugar onde há *impossibilidade* do uso do *nós*, e tal escolha parece ser um forte impulso para desencadear o processo de mudança, que nesse caso está sendo implementada em nossa comunidade pela classe culta ou mais favorecida.

A mudança lingüística pode “entrar” num sistema lingüístico por diversas vias, esse caso reforça a tese de Roberts (1989), de que a classe culta é a maior responsável pelas mudanças lingüísticas e a classe trabalhadora, traduzida aqui como inculta é, ao contrário, mais conservadora.

B.16. PRONOME INDEFINIDO APÓS SUBSTANTIVO

Ao lado de construções como:

(343) *eu vim aqui pidi um favor pra **todus** vocêis* (inf. AFI)

¹² Segundo Omena, a tese da mudança em curso pode ser reforçada pelo fato (observado pela mesma) da preferência das crianças pela forma *a gente*.

(344) *eli num podi tá im todus us lugaris au mesmo tempu i cuidá di **todu seu rebanhu***
(inf. GME)

(345) ***todus us parentis** istãu lá, nós istamus sózinhus aqui* (inf. GFE)

ocorre o aparecimento, ainda que com baixa frequência, do pronome *tudo*, (pronome indefinido neutro ou variação fonética de *todos*?), posposto ao substantivo, como em:

(346) *meus **filhu tudo** trabalha* (inf. AFS)

(347) *as **pessoa tudo** mi procura* (inf. NFR)

(348) *u **pessual** du meu pai mora **tudu** lá* (inf. NFR)

(349) *us **otus tudo** tinha idu, menus nós* (inf. NMR)

Conforme se pode observar o pronome posposto ao nome não concorda com seu número ou com gênero, ou seja, é invariável.

Nascentes (1953, p. 170) registra no Rio de Janeiro a posposição do pronome: “*A gente tudo ganhou presente. Nós tudo fomo lá*”. O estudioso alega que o fato se dá “pelo predomínio do sentido coletivo”.

Teixeira (1938, p. 78) afirma que, no falar mineiro, o indefinido *todo-toda* é pronunciado *tudo-tuda*, e que “quando enclítico fica invariável em gênero e em número – os home tudo, as muié tudo, nós tudo, eles tudo, etc.”.

Embora Veado (1982) não tenha tratado desse aspecto no dialeto mineiro da região Sanfranciscana de Januária, é possível observar, nos exemplos trazidos pela autora, que o pronome *tudo* (ou *todos*) posposto ao nome ocorre naquela região: “*meus fio tudo, eu pus na escola*” (VEADO, 1982, p. 34).

O mesmo se diz da pesquisa de Drummond. Nas transcrições do falar cuiabano apresentadas pela autora é possível encontrar construções como: “*O mundo é grande pra nós tudo*”, entre outras (DRUMMOND, 1978, p. 17).

No Atlas Lingüístico de Sergipe encontramos as seguintes construções:

“*deixa ela queimar aqueles palheiros todos; aí ela sai toda (...)*” (Carta 28-PI 53).

“*uma doença dá na folha, ela cai tudo, fica pelada, quando chove ela enfolha; fica toda enfolhadazinha*” (Carta 31- PI 59- Inf. B).

No Paraná também ocorre:

“*us riu tudo vai chegar no mar*” (Carta 7-PI 57- Inf. B)

B.17. TOPICALIZAÇÃO - PRONOME LEMBRETE

A topicalização está entre os itens que vários pesquisadores, sobretudo os que desenvolvem trabalhos à luz da teoria gerativa, vêm considerando como principal diferença entre o PB e o PE. Estudos sincrônicos como os de Pontes (1987) ou diacrônicos como os de Decat (1989) têm revelado que o português é uma língua de tópico, ou orientada para tópico.

Segundo Pontes (1987) esse fenômeno ocorre em todo o território nacional. Afirma a autora que “Quando se começa a observar a língua coloquial espontânea no uso diário, fica-se surpreso com a quantidade de vezes em que ocorrem construções com tópico” (op.cit. p12).

Pontes verifica ainda que as construções com tópicos não são apenas freqüentes, mas também variadas. Há, segundo a autora, vários tipos de construções topicalizadas, como:

- (1) Os livros, eles estão em cima da mesa.
- (2) A Maria, essa não quer nada com o serviço¹³.
- (3) Eu, eu não quero saber dela.
- (4) Quanto a mim, estou me lixando.
- (5) Dessa cerveja eu não bebo.

As construções do tipo (1) constituem, de acordo com as observações de Pontes, o tipo mais freqüente de construções com tópico.

Em nossa amostra a topicalização ou aparecimento do pronome lembrete é um fato bastante freqüente na fala dos filhos de migrantes, conforme atestam os exemplos:

(350) *u ser humanu, **eli** im si é fracu.* (inf. NME)

(351) *a questão da igreja católica, **ela** quiria di qualquer manera, mantê u poder.* (inf. GFE)

(352) *u Robertu Carlus i u Zagalu, **elis** caba entranu im contradiçãu.* (inf. NME)

(353) *Deus num protegi, Deus, **eli** olha pela genti né.* (inf. NMR)

(354) *meu maridu, **eli** trabalha numa firma.* (inf. NFR)

(355) *acreditu qui u ser humanu, **eli** tá conseguinu destruí u qui Deus dexô pra eli.* (inf. NFE)

(356) *a Presbiteriana, **ela** acha qui Maria é uma pessoa comum.* (inf. NFE)

(357) *u brasileru, eli si vendi à toa, mesmu num pricisanu* (inf. GME)

Como diz Pontes, citada acima, a topicalização é um fenômeno encontrado em todo o território, sobretudo com pronome lembrete. A título de ilustração, transcrevemos

¹³ Forma essa que a autora observa também na escrita.

algumas ocorrências desse tipo registradas, com certa frequência, no Atlas Lingüístico do Paraná (AGUILERA, 1995).

*“A boiadeira **ela** já sai nu rompe da tarde”* (Carta 12. PI. 51. Inf. 51)

*“até a estrela darva **ela** sai de manhã.”* (Carta 12. PI.50. Inf.B)

Nossa amostra revela um dado que deve ser destacado. Verificamos que o tópico não ocorre na fala dos filhos de araguienses.

Vale lembrar, contudo, que estes são mais idosos que os filhos de migrantes e têm um grau de escolaridade menor que aqueles, assim, não podemos afirmar se o fator que condiciona a topicalização é a origem, a idade ou a escolaridade do falante, mas também não podemos ignorar a possibilidade de ser este traço uma marca diatópica, que significaria a existência de dialetos em contato na comunidade lingüística de Alto Araguaia.

IV – SINTETIZANDO

Considerando os fenômenos lingüísticos mais relevantes e que caracterizam a comunidade de Alto Araguaia como parte de uma comunidade maior, no caso, o Estado de Mato Grosso e o Brasil, passaremos a agrupar as ocorrências, no sentido de recuperar o que propusemos no início, ou seja, subsidiar respostas para questões sobre unidade/diversidade e conservação/inação no português falado no Brasil.

Convém salientar que o que estamos classificando aqui como conservação são os traços, quer fonéticos, quer gramaticais, que tiveram sua origem em território europeu, já que não há consenso entre os estudiosos a esse respeito, alguns falam em conservação do português médio, outros arcaico, quinhentista, pré-camoniiano, do século XII, clássico, enfim, há várias formas de classificar os fatos, mas como nos interessa, como dito, apenas se o fato inicia-se em território brasileiro ou português, não estaremos especificando a qual período pertence o fenômeno.

A maioria dos fenômenos apresentados aqui, tanto os de natureza fonética quanto morfo-sintática, a exemplo do que ocorre em várias outras regiões brasileiras, está entre aqueles classificados como inováção do português brasileiro. Julgamos, no entanto, qualquer conclusão a este respeito, um tanto prematura neste trabalho. Assim, não pretendemos ainda responder à tão complexa questão, não apenas pelas limitações desta pesquisa, mas principalmente pelo fato que deve ser destacado aqui, observado por Mattos e Silva (2001) sobre fatos sócio-históricos que devem ser considerados nos estudos dessa natureza. A autora lembra que houve, na colonização do Brasil, vários momentos de pico, como a chegada dos primeiros colonizados no início do século XVI, a corrida do ouro, no final do século XVII, a vinda da família real em 1808. Com isso a autora chama a atenção para o fato de que não foi somente o português quinhentista que chegou ao Brasil.

Em relação às ocorrências fonéticas, temos um quadro que revela que a maioria dos fatos verificados são inovadores, ou seja, ocorreram no Brasil, e esses fatos, em sua maioria ocorrem de forma variável.

4.A. FENÔMENOS FONÉTICOS

4.A.1. CONSERVADORES

4.A.1.A- SISTEMÁTICOS

- apenas o **alçamento das vogais [e] e [o] átonas finais**, que ocorre em Alto Araguaia do mesmo modo que ocorreria em grande parte do território nacional, excetuando-se o dialeto rural paulista, o Rio Grande do Sul e a região de Cuiabá.

Silva Neto (1963, p.177-8) afirma que o que ocorre com *o* final átono tem origem antiga, já que “no século XVI, nas imitações que os espanhóis faziam da língua portuguesa havia formas como *sagradu*, *risu*”. Isto sinaliza que o fenômeno representa a conservação de uma pronúncia antiga. O *e* átono final se pronuncia *i* “na maior parte do domínio lingüístico português” (op.cit, p. 190-1), enquanto que em Portugal quase sempre é apagado (*mont’*, *perdest’*), mas antes de ser elidido, segundo o autor, talvez “tivesse êle passado pela pronúncia –i.”, assim, trata-se de mais um dos conservadorismos existentes no português do Brasil.

Celso Cunha (1986) e Paul Teyssier (1997) concordam que tal traço pertença ao português antigo, já que é verificado em documentos escritos na primeira metade do século XVIII.

4.A.1.b- variáveis

- sobre o **apagamento da semivogal em ditongos decrescentes** não há consenso entre os estudiosos. Alguns afirmam que tal fenômeno já ocorria no português arcaico ou médio, outros asseguram que se trata de um brasileirismo. Na fala araguaense o

fenômeno varia devido a fatores internos, principalmente o contexto posterior ao ditongo. Em fato pode ser encontrado em todo território nacional.

Cunha (1986, p. 211) declara que tem alguma dificuldade em incluir o referido fenômeno entre as inovações brasileiras, já que n'Os Lusíadas ocorrem formas como “*baxa e pexe*”. Quanto à pronúncia de [o] no lugar de [ow], o autor afirma que existe no português desde o século XVII.

- a **desproparoxitonização** ocorreu no português quinhentista e ocorre também de forma variável em todas as regiões brasileiras, atingindo vocábulos diferentes nas diferentes localidades onde é verificado.

Nascentes (1922, p. 62) verifica que este fenômeno ocorre em outras línguas românicas, como no espanhol, (*hombro-cohombro*), no grego (*gam'rós-gambrós*) por exemplo, ocorre (ou ocorreu) em Portugal, e na passagem do latim ao português (*umero-ombro*). Não deve, portanto, para o autor, ser considerado uma inovação brasileira.

- o **apagamento do traço nasal em segmentos finais átonos** ocorre principalmente entre os menos escolarizados, assim como se verifica em todo o território nacional. Naro & Scherre (1993) observam esse traço em textos portugueses medievais.

- a **passagem de [l] a [r] em encontros consonantais** é um fenômeno que ocorre de forma variável na fala dos menos escolarizados, na fala de escolarizados praticamente não ocorre. Em muitas localidades, na fala inculta, o fenômeno ocorre de forma sistemática. Na região da baixada cuiabana o fenômeno é encontrado regularmente, mesmo entre os escolarizados. Este fenômeno durante algum tempo foi atribuído no Brasil à influência do elemento negro ou indígena na cultura brasileira. Há quase um século Marroquim (1934, p. 40) já argumentava que esse fenômeno ocorrera no português arcaico, portanto, anterior ao contato da língua portuguesa com o índio americano ou com o africano -

platu > prato; noble > nobre; blandu > brando; regula > regra, etc. O autor acredita que o impulso veio de Portugal, o índio pode ter contribuído apenas para a generalização do fenômeno.

- o **apagamento da vogal inicial** é um fenômeno de baixa ocorrência em Alto Araguaia que também é verificado na fala inculta em várias regiões brasileiras.

Melo (1946, p. 92) mostra que o mesmo ocorre no dialeto interamnense, o que, para o autor é uma evidência de que o fenômeno pertenceu ao português arcaico, como ocorre em “*fasta!*” (afasta!), não seria um traço inovador.

- a **inclusão de vogal em encontros consonantais** (epêntese) é um fenômeno isolado na fala araguaiense, registram-se, praticamente de forma sistemática os vocábulos *filobé* (de Flaubert) e *quilina* (de clina – crina). O fenômeno atinge um número limitado de vocábulos em várias regiões brasileiras.

O fenômeno que consiste na inserção de uma vogal em um grupo consontal formado por “consoante + L” ou “consoante + R” é encontrado, desde muito, no português. No dialeto interamnense foram encontradas formas como: *felor* (flor), *pelanta* (planta), *afelito* (aflito), *guruvata* (gravata), *felauta* (flauta).

4.A.2. INOVADORES

4.A.2.A- SISTEMÁTICOS

- a **ausência de [r] em final de verbos no infinitivo**, do mesmo modo que ocorre na fala coloquial de praticamente todos os brasileiros.

Paul Teyssier (1997, p. 103) sem fazer distinção entre a ocorrência deste fenômeno em nomes e em verbos, afirma que este é um aspecto inovador no português do Brasil.

- a **inclusão de vogais após consoantes mudas** é um fenômeno que também é conhecido em várias regiões brasileiras. Há, no entanto, algumas localidades que registram a queda da consoante muda, mas na maioria das vezes tal consoante é realizada com apoio de [i] ou [e].

Teyssier (1997, p. 103) afirma que o aparecimento de **i**, ou mais raramente **e**, em palavras de origem erudita constituem-se numa inovação do português brasileiro.

Silva Neto (1963, p. 184) concorda que o traço tenha se originado no Brasil. Para ele “*a interposição de uma vogal suarabáctica*” é resultante da pronúncia relaxada do brasileiro.

Celso Cunha também admite que esse traço seja um brasileirismo:

Aos aspectos conservadores, que encerra o português do Brasil, podemos contrapor os inovadores, que passamos a examinar. (...) d- a intercalação de um **i** ou de um **e** para desfazer certos grupos consonânticos: *advogado* por *advogado*, *peneu* por *pneu*. (CUNHA, 1986, p. 209).

4.A.2.B- VARIÁVEIS

- o **apagamento do [r] em final de nomes** é um fenômeno que varia de acordo com o grau de escolaridade do falante e de acordo com o número de sílabas do vocábulo e com a abertura da vogal da sílaba onde ocorre. É comum em várias localidades brasileiras.

- a **inclusão de semivogal antes de [s] em sílabas finais** ocorre na fala da maioria dos araguienses, não ocorre apenas na fala de filhos de gaúchos, ainda que de forma variável. O fenômeno é comum em todo o território nacional.

Coutinho (1968, p. 332-3), Teyssier (1997, p. 103) e Cunha (1986, p. 209) concordam que o fenômeno tem origem em território brasileiro, ou seja, é um traço inovador no português do Brasil.

- a **assimilação do [d] na seqüência [nd]** ocorre principalmente nos verbos no gerúndio, mas é verificado também em advérbios ou nomes. Em várias regiões brasileiras o fenômeno ocorre de forma variável, principalmente na fala dos menos escolarizados.

Para alguns estudiosos essa ocorrência é um vulgarismo. Silva Neto (1963, p. 196) afirma que esse é um traço contido na deriva da língua, promovido pelo “desleixo” de aloglotas.

- o **apagamento do [o] em ditongos crescentes finais** é pouco freqüente na fala araguaense. É registrado em regiões como a Bahia e Paraná.

- a **ditongação por redução de hiato** é uma modificação isolada, ocorre em um número reduzido de vocábulos e não atinge a outros com o mesmo contexto fonético.

- a **abertura das pré-tônicas** se dá da forma prevista por Nascentes, ou seja, as vogais produzidas antes de sílabas tônicas podem ser fechadas ou reduzidas, mas jamais abertas como ocorre em várias localidades do Nordeste brasileiro.

4.B. FENÔMENOS GRAMATICAIS

4.B.1. CONSERVADORES

4.B.1.A- SISTEMÁTICOS

- o uso do **artigo antes de antropônimos**. Em várias regiões o fenômeno ocorre, em algumas localidades é variável, em outras não se usa o artigo em tal situação.

O uso generalizado do artigo antes de nomes próprios no Brasil, ao lado do uso da mesma partícula antes do possessivo, representa para Silva (1996, p. 121-3) uma característica do português que o diferencia das demais línguas românicas. A autora ainda acrescenta que o fato de ser observada uma maior freqüência no uso do artigo no português

européu do século XV reforça a hipótese de ser este um traço de conservação no português brasileiro. (op. cit, p. 123).

4.B.1.B- VARIÁVEIS

- o verbo **ter** é amplamente utilizado com sentido **impessoal**. Esse fato é registrado em todas as classes sociais, em todas as regiões brasileiras, não reflete variação diastrática.

Chaves de Melo (1946, p. 84) explica que a substituição de *haver* por *ter* é uma “*tendência latente*” na língua-tronco é a forma própria de “*nosso linguajar plebeu*”.

Coutinho (1968, p.335) classifica tal substituição como um brasileirismo que se constitui num erro grave comum nas camadas populares.

Paul Teyssier (1997, p. 106) também admite que seja um brasileirismo, mas que não é percebido como erro, é um brasileiro que pertence à língua normal.

- o **pronome reto com função de objeto** é bastante freqüente na fala araguiense. Este fenômeno divide a opinião dos estudiosos, para alguns é uma conservação e para outros o fenômeno teria se originado em território brasileiro, sem significar continuidade do que foi verificado no português quinhentista. O pronome *ele(a)* é registrado tanto na fala inculta como na fala culta nas mais diversas regiões brasileiras.

A **concordância nominal** divide as opiniões dos estudiosos.

Paul Teyssier (1997, p. 107) inclui a supressão da marca de plural dos nomes e adjetivos na lista dos brasileirismos vulgares, percebidos como incorretos, aliás, segundo o autor, mais incorreto do que o uso do pronome reto na função de objeto.

Naro & Scherre (1993), embora reconheçam que no Brasil tal fenômeno seja atribuído à influência do crioulo, sustentam a possibilidade de que nas línguas românicas já havia o “embrião” que apontava para a “uniformização morfológica”.

Observando que dos vários estudos realizados no Brasil em torno desse tema, aqueles que têm como informantes pessoas de vários níveis de escolaridade verificam que essa regra é variável, podemos concluir que a escolaridade é o fator que mais influencia na aplicação da regra de concordância.

A **concordância verbal** é realizada principalmente entre os escolarizados, embora entre esses, em algumas circunstâncias não ocorra. O tempo verbal e a distância entre o sujeito e o verbo atuam como condicionadores desta regra. Naro & Scherre (1993) consideram o apagamento da concordância em número um traço de conservação no PB. Os autores assumem que, em se admitindo que o fenômeno de desnasalização ocorre já em textos medievais e que o início do processo de não concordância teve aí sua origem, a não concordância verbo-sujeito é um fenômeno que tem suas origens ainda na Europa.

- o uso do **artigo antes do possessivo** ocorre como uma variação livre, ou seja, não parece estar associada a qualquer fator lingüístico ou extralingüístico.

Teyssier (1997, 105) afirma que “*o Brasil conserva a possibilidade de empregar os possessivos sem artigo em casos em que Portugal já não o faz; ex: “meu carro”*”. Esse fenômeno é, segundo o autor, pertencente à língua normal, ou seja, não é percebido como erro.

4.B.2. INOVADORES

4.B.2.A. SISTEMÁTICOS

- o uso do **oblíquo mim como sujeito em orações infinitivas**. Em todo o território nacional essa construção ocorre tanto na fala inculta quanto culta, em algumas regiões o fenômeno é variável.

Apesar de ser o fenômeno geral no país e ocorrer mesmo na fala culta, Paul Teyssier (1997, p. 105-7) classifica a ocorrência de *mim* como sujeito nas orações infinitivas como sendo um brasileirismo pertencente a “registros sentidos como vulgares (ou incorretos)”.

- as **relativas cortadoras** iniciadas exclusivamente pela conjunção **que** são a única forma de construção de orações relativas na fala araguiense. Em todas as regiões esse fenômeno é verificado, em algumas ocorre com pronome lembrete.

Tarallo (1989) classifica essa construção como uma inovação do português brasileiro.

- o pronome **te** referindo-se a **você** é o único que pode ser encontrado na fala araguiense. Em algumas regiões brasileiras alterna-se com o *lhe*.

4.B.2.B. VARIÁVEIS

- o **apagamento do objeto** ocorre com bastante frequência na fala araguiense. Ocorre entre os mais escolarizados e entre os pouco alfabetizados. É uma construção que tem sido registrada de forma crescente em várias regiões do país.

Estudos recentes têm mostrado que esta construção é uma inovação do português brasileiro que se torna cada vez mais crescente em todas as regiões e classes sociais.

- o **apagamento do se** seja em função reflexiva, pronominal ou recíproca, ou ainda como índice de indeterminação do sujeito é um fato bastante freqüente entre os falantes de nossa comunidade. Parece ser uma variação livre, em um processo crescente, como ocorre

em várias localidades brasileiras. Em algumas regiões o fenômeno não é registrado, em outras ocorre de forma sistemática.

- a **colocação pronominal** é feita de forma exclusivamente **proclítica**, assim como ocorre na maioria das localidades brasileiras. Em algumas regiões a ênclise resiste em algumas expressões cristalizadas.

Teyssier (1997, p. 106) reconhece que construções proclíticas se constituem no fato sintático que mais distancia a fala brasileira da portuguesa atual. Há casos de próclise admissíveis no português europeu, como em “*João se levantou*”, mas a possibilidade de se iniciar uma frase com o pronome oblíquo é uma inovação brasileira.

- o tempo verbal **futuro do presente** não ocorre na fala local; para se formar o futuro é utilizado o presente do Indicativo ou o verbo *ir* seguido do verbo principal. O **futuro do pretérito** é exclusivo dos escolarizados. O **presente do subjuntivo** é pouco freqüente entre o araguienses, é geralmente substituído pelo presente do indicativo. O mesmo se verifica em outras localidades brasileiras.

- para formar o **grau diminutivo** há duas regras na fala do araguiense: a- o acréscimo do sufixo *zinho* ao final de vocábulos oxítonos e b- o acréscimo do sufixo *inho* ao final de vocábulos cuja última sílaba seja átona. Essas duas regras são verificadas em várias regiões brasileiras, exceto em algumas localidades nordestinas e da baixada cuiabana.

- os **períodos** podem ser **compostos** da maneira usual, ou seja, através de uma conjunção introduzindo cada oração ou simplesmente pela justaposição das orações, sem qualquer elemento conectivo.

- **nós** e **a gente** alternam-se na fala araguiense, tanto entre os menos escolarizados quanto na fala culta, na fala de mais jovens e dos mais velhos, dos filhos de nativos e dos filhos de migrantes. Apenas uma situação apresenta o uso sistemático do

inovador *a gente* na fala dos escolarizados. É o que ocorre quando este termo tem função de sujeito em orações que apresentem verbo no tempo Pretérito do Subjuntivo, Futuro do Pretérito ou Pretérito Perfeito.

- o uso **do pronome *tudo* após o substantivo** ocorre com pouca frequência na fala local, limitada à fala dos menos escolarizados. O fenômeno é verificado em várias localidades brasileiras.

- a topicalização com **pronome lembrete** é bastante freqüente entre os filhos de migrantes. Entre os filhos de nativos, que têm menos escolaridade e média de idade maior que os filhos de migrantes, o fato não ocorre. O fenômeno é encontrado em várias regiões brasileiras. Este fato merece destaque em nosso trabalho, pois pode estar significando a existência de dialetos em contato, por não ocorrer na fala dos filhos de araguienses nativos.

As fotografias da fala de Alto Araguaia, que é o principal objetivo desta pesquisa, podem resumir-se como vemos nos quadros da página seguinte.

Quadro 1 – Fenômenos Fonéticos

Conservadores		Inovadores	
<i>sistemático</i>	<i>variáveis</i>	<i>Sistemático</i>	<i>variáveis</i>
* alçamento de [e] e [o] átonos finais	* desproparoxitonização * desnasalização de final átono * troca de [l] por [r] em encontros consonantais * epêntese de vogal em encontros consonantais * apagamento da semivogal em ditongos decrescentes	* ausência de [r] final em verbos * inclusão de vogal após consoantes mudas	* ausência de [r] final em nomes * inclusão de semivogal antes de [s] em sílabas finais tônicas * assimilação do [d] no grupo [nd] * apagamento do [o] em ditongo crescente final * ditongação por redução de hiato

Quadro 2 – Fenômenos Gramaticais

Conservadores		Inovadores	
<i>Sistemático</i>	<i>Variáveis</i>	<i>sistemático</i>	<i>Variáveis</i>
* artigo antes de antropônimos	* verbo <i>ter</i> impessoal * pronome reto com função de objeto * ausência de marca de plural - nomes * ausência de marca de plural - verbos * artigo antes de possessivos	* <i>mim</i> como sujeito * relativas cortadoras * <i>te</i> em relação a <i>você</i> * sufixo <i>inho</i> em vocábulos de final átono * futuro do presente composto * próclise	* <i>a gente</i> por <i>nós</i> * pronome <i>tudo</i> após substantivo * topicalização – pronome lembrete * objeto nulo * apagamento do <i>se</i> * construção de períodos compostos sem conectivos

Um outro quadro interessante a ser apresentado aqui é um que possa resumir a influência do fator externo que pode ser considerado o maior responsável pela constituição da fala araguiense tal como esta se apresenta. O fator escolaridade é o que se mostrou mais influente no condicionamento dos fenômenos.

Quadro 3- Influência do Fator Escolaridade nos Fenômenos Fonéticos

Fenômenos mais frequentes na fala dos menos escolarizados	Fenômenos mais frequentes na fala dos mais escolarizados	Fenômenos que ocorrem tanto na fala dos mais quanto dos menos escolarizados
CONSERVADORES		CONSERVADORES
<ul style="list-style-type: none"> * desproparoxitonização * desnasalização de final átono * troca de [l] por [r] em encontros consonantais 		<ul style="list-style-type: none"> * alçamento de [e] e [o] átonos finais * epêntese de vogal em encontros consonantais * apagamento da semivogal em ditongos decrescentes
INOVADORES		INOVADORES
<ul style="list-style-type: none"> * ausência de [r] final em nomes * apagamento do [o] em ditongo crescente final 		<ul style="list-style-type: none"> * ausência de [r] final em verbos * inclusão de vogal após consoantes mudas * inclusão de semivogal antes de [s] em sílabas finais tônicas * assimilação do [d] no grupo [nd] * ditongação por redução de hiato

Quadro 4- Influência do Fator Escolaridade nos Fenômenos Gramaticais

Fenômenos mais frequentes na fala dos menos escolarizados	Fenômenos mais frequentes na fala dos mais escolarizados	Fenômenos que ocorrem tanto na fala dos mais quanto dos menos escolarizados
CONSERVADORES	CONSERVADORES	CONSERVADORES
<ul style="list-style-type: none"> * pronome reto com função de objeto * ausência de marca de plural - nomes * ausência de marca de plural - verbos 		<ul style="list-style-type: none"> * artigo antes de antropônimos * verbo <i>ter</i> impessoal * artigo antes de possessivos
INOVADORES	INOVADORES	INOVADORES
<ul style="list-style-type: none"> * pronome <i>tudo</i> após substantivo 	<ul style="list-style-type: none"> * <i>a gente</i> por <i>nós</i> * topicalização – pronome lembrete * objeto nulo * construção de períodos compostos sem conectivos 	<ul style="list-style-type: none"> * <i>mim</i> como sujeito * relativas cortadoras * <i>te</i> em relação a <i>você</i> * sufixo <i>inho</i> em vocábulos de final átono * futuro do presente composto * próclise * apagamento do <i>se</i>

V- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em geral, os estudos de descrição de variedades lingüísticas – de regiões, cidades, bairros, grupos, etc, baseiam-se numa certa homogeneidade, forjada por meio de algum recorte metodológico: ocupação, escolaridade, naturalidade, etc.

Este trabalho coloca uma questão problemática para o pesquisador. Não pudemos proceder a qualquer recorte metodológico que segregasse um grupo homogêneo, ou relativamente homogêneo. O recorte que fizemos possibilitou-nos observar e documentar a realidade lingüística de uma comunidade naturalmente heterogênea, que possui uma população diversificada, formada por indivíduos de origens diversas e seus descendentes. Segue-se então a dificuldade de caracterizar a comunidade. Como caracterizar a variedade lingüística de uma comunidade nova e diversificada? Será que tal comunidade possui uma fala característica? Qual a face dessa variedade?

Não há resposta definitiva. Pelo menos por enquanto. No passado, Alto Araguaia, após a migração original, de mineiros e baianos, isolou-se e permaneceu estagnada, em vários aspectos, por quase meio século. Da fala daquela época nada se sabe, não há registros. Após os anos 70, a população de Alto Araguaia foi alterada. Ao lado dos “primitivos” habitantes, surgiram outros. Os novos habitantes seriam nordestinos de vários Estados, paulistas, goianos e gaúchos.

Assim, o estudo da variedade lingüística de Alto Araguaia, para que possa retratar fielmente a fala da comunidade, deve levar em consideração sua natureza diversificada. O presente trabalho representa uma primeira abordagem da variedade da cidade, considerando a origem diversificada da atual população.

Por hora, o que se pode perceber é que não há, na variedade aqui descrita, qualquer peculiaridade que possa caracterizar a comunidade araguiense, qualquer marca lingüística que possa individualizá-la, diferenciá-la de outras comunidades lingüísticas brasileiras, ou seja, os fenômenos lingüísticos registrados aqui podem ser encontrados em outras partes do país. Exatamente como diz Celso Cunha (1975) quando explica que a migração interna no Brasil *produziu uma alteração profunda no tabuleiro lingüístico regional* e que por isso se deve considerar que

A inexistência de fronteiras dialetais definidas não implica a inexistência de dialetos, bem como os falares, não são coisas concretas, não correspondem a um território delimitado, no qual se esgotam os seus múltiplos traços lingüísticos. Não há talvez dialeto ou falar que não tenha traços comuns a outros; porém o que dá fisionomia própria a cada um não são os caracteres isolados, que podem separá-lo ou aproximá-lo de dialetos ou falares contíguos ou distantes, mas o conjunto de traços que apresenta e que nenhum outro reproduz totalmente. (CUNHA, 1975, p.53)

Se levarmos em conta a afirmação de Coseriu (1973) de que entre língua e dialeto não há diferenças substanciais e que o comportamento de um é igual ao do outro, podemos aplicar às variedades lingüísticas a tese de Renato Mendonça (apud. TEIXEIRA, 1938, p. 26) de que *um contacto prolongado de duas línguas sempre produz em ambos fenômenos de osmose*.

Ao invés de uma marca lingüística individual temos em Alto Araguaia um conjunto de traços inovadores e conservadores que se combinam, alguns de forma variável, outros já (ou ainda?) estabilizados, que acaba por caracterizar a comunidade em questão, ou seja, percebe-se na fala araguiense traços que são encontrados em Minas Gerais, no Paraná, em Goiás, em Estados do Nordeste, enfim, Alto Araguaia congrega traços lingüísticos do português brasileiro de várias partes do país, mas combinados entre si de forma única, o que pode acabar por caracterizar a fala local.

Embora as variedades lingüísticas do Estado de Mato Grosso não estejam mapeadas, todo esse vasto território foi considerado por Nascentes (1953), um território incharacterístico e assim é reconhecido nacionalmente até hoje. Na verdade, Mato grosso é, como dito no início, um Estado onde predominam a diversidade e a pluralidade em variados aspectos sociais. Nessa vasta região, em matéria de pesquisa lingüística, praticamente tudo está por ser feito, razão pela qual não sabemos se a fala araguaieense (agora uma entre as poucas que estão registradas) é igual, ou tem alguns pontos de convergência com a fala de outras localidades mato-grossenses. Convém salientar, contudo, que há vários municípios de pequeno porte com histórico parecido com o de Alto Araguaia, ou seja, são comunidades relativamente recentes formadas por migrantes de várias partes do país.

No vasto território mato-grossense, a única região que tem sua variedade descrita é a baixada cuiabana, que é o ponto “original” de Mato Grosso. Comparando a fala araguaieense com a daquela região, podemos assumir que há muitos pontos de divergência, seja no nível fonético, seja no nível gramatical. Na verdade, conforme se percebe em nossa descrição, há mais semelhanças entre a fala araguaieense e a de outras regiões brasileiras do que entre esta e a capital do Estado da qual faz parte.

Assim já havia previsto Nascentes (1953) em sua divisão dialetal, na qual a região aqui tratada pertencia ao grupo sulista, temos a dizer que realmente, conforme mostramos no item A.6. as vogais [e] e [o] não se produzem de forma aberta, são fechadas ou alçadas, ou seja, [i] e [u] respectivamente, o que nos permite afirmar que, de acordo com o critério utilizado pelo estudioso, Alto Araguaia faz parte do grupo sulista.

Esta pesquisa também nos permite afirmar, como mencionado acima, que não se observa na fala local o predomínio de traços de quaisquer dos grupos migrantes existentes na região. Os traços fonéticos e gramaticais de gaúchos se misturam com os traços dos

mineiros, dos baianos, dos paulistas, enfim, seja por maior expressão numérica ou por pertencer a um grupo social privilegiado nenhum grupo impôs sua variedade lingüística em Alto Araguaia.

A única peculiaridade que registramos é a não ocorrência na fala dos filhos de nativos da topicalização com pronome lembrete. Esse fato, comum e freqüente em muitas localidades brasileiras, não faz parte da variedade que poderia ser considerada a “original” de Alto Araguaia, ou seja, pode significar uma marca dialetal, que distingue nativos filhos de migrantes.

FOCALIZANDO O FUTURO...

Alto Araguaia é um município relativamente recente. Como vai ficar? Não sabemos. A situação atual é resultado de variedades lingüísticas em contato.

Um novo ciclo econômico está para se iniciar em Alto Araguaia. Com a chegada da Ferro-Norte, uma linha ferroviária que liga a região diretamente ao Porto de Santos, uma nova leva de migrantes começa a chegar à região, seja para trabalhar na construção da ferrovia, seja para trabalhar nas lavouras de soja, que intensificam sua produção de forma acelerada.

Começam a se instalar na região grandes indústrias, as quais, por sua vez, acabam atraindo outros tipos de comércio, de investimentos e, conseqüentemente, mais migrantes.

Assim, ousamos sugerir que, passadas algumas décadas, esta pesquisa que estamos agora concluindo deverá ser revista. Surgirão novos padrões lingüísticos na fala araguaense? Algumas mudanças já iniciadas estarão concluídas? A fala de determinado grupo

se sobreporá às demais? O tempo nos dirá. E quando chegar esse tempo, se houver a vontade e a necessidade de se empreender um trabalho que tenha o objetivo de verificar dois momentos da fala desta comunidade, parafraseando Nascentes, dizemos que aqueles lingüistas *serão mais felizes do que nós, que nada encontramos do falar* do primeiro e segundo ciclos de formação de Alto Araguaia.

Os fenômenos lingüísticos que acabamos de registrar representam a fala araguaense. Esta é a **norma** ou “*la realización ‘coletiva’ del sistema, que contiene el sistema mismo y además, los elementos funcionalmente ‘no-pertinentes’ pero normales en el hablar de una comunidad*” (COSERIU, 1973, p.97) que acabam por definir o que é, ou melhor, como **está** o português falado em Alto Araguaia no início do século XXI.

ABSTRACT

This research has as main objective the description of the speech in Alto do Araguaia, a small municipal district in Mato Grosso State, located in the border with the State of Goiás. Such municipal district has been receiving since its foundations to the current days, migrants from several areas of the country. The heterogeneous constitution of the population provokes in the community the emergence of linguistic variety that presents phonetics and grammatical features of several areas of the country. Another point aimed here is the comparison of registered phenomena in the speech of Alto Araguaia with the ones that happen at other Brazilian places, with the intention to observe similarity/difference among the different communities. Most of the linguistic phenomena here presented, as much as phonetics nature, as morphological nature or syntactic nature are in variation. Most of those that are produced in a systematic way happens, in a variable or systematic way practically in the whole national territory. It was verified yet that the external origin factor is not shown influential in the araguiense speech, in other words, the linguistic features in areas as the northeast and the south are dissolved in the local speech. The main external factor that can be responsible for the variation is the education, that influences as much as in the production of phonetic and grammatical phenomena.

keywords: speech, phenomenon, systematic and variable

VI- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUILERA, V. de A. Aspectos lingüísticos da fala londrinense – esboço de um atlas lingüístico de Londrina. . Dissertação de Mestrado, Assis-SP, UNESP, 1987.

_____. Atlas lingüístico do Paraná. Tese de Doutorado, Assis-SP, UNESP, 1995.

ALI, M S. Gramática secundária e gramática histórica da língua portuguesa. 3.ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1964.

_____. Gramática histórica. 6.ed. São Paulo: Melhoramentos, 1966.

AMARAL, A. O dialeto caipira. São Paulo: Editora Anhembi Ltda, 1920

ALENCAR, M. das G. de. Estudo comparativo da sintaxe pronominal em São Paulo e Porto Alegre. Dissertação de mestrado. UNICAMP, Campinas, 1998.

ALVAR, Manuel. Estruturalismo, geografia lingüística y dialectologia atual. Madrid: Gredos S/A, 1969.

ARAGÃO, M. do S. & MENEZES, C. Atlas lingüístico da Paraíba. Brasília: CNPq/UFPB, 1984.

ARAÚJO, M. F. R. A alternância de [ei] ~ [e] no português falado em Caxias -MA. Dissertação de Mestrado. Campinas, UNICAMP, 1999.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724: informação e documentação – trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2001.

BAGNO, M. Dramática da língua portuguesa – tradição gramatical, mídia e exclusão social. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

BISINOTO, L. S. J. Atitudes sociolingüísticas em Cáceres-MT - efeitos do processo migratório. Dissertação de Mestrado, Campinas- UNICAMP. 2000.

BISOL, L. A harmonização vocálica na fala culta. In. D.E.L.T.A., Vol 4 – n.º 1. São Paulo: PUC, 1988.

_____. O ditongo na perspectiva da fonologia atual. In. D.E.L.T.A., Vol 5 - n.º 2, 1989.

_____. Ditongos derivados. In D.E.L.T.A. vol 10 – n.o. especial, 1994 (123-40).

BRAGA, M. L. A concordância de número no sintagma nominal no Triângulo Mineiro. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, PUC, 1977.

BRANDÃO, S. F. A geografia lingüística no Brasil. São Paulo: Ática, 1991.

BUNSE, H. A.W. Estudos de dialetologia no Rio Grande do Sul – problemas, métodos, resultados. Rio Grande do Sul: Faculdade de Filosofia, 1969.

_____. São José do Norte – aspectos lingüístico-etnográficos do antigo município. Porto Alegre-RS: Mercado Aberto, 1981.

CALLOU, D. et alii. Apagamento do R final no dialeto carioca: um estudo em tempo aparente e tempo real. In. D.E.L.T.A., vol. 14- n.o. especial, 1998. (61-72)

CÂMARA JR. J. M. Dicionário de lingüística e gramática. 17.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

_____. Estrutura da língua portuguesa. 21.ed. São Paulo: Ática, 1992.

CAMPOS, O. G.L.A.S. et al. A flexão modo-temporal no português culto do Brasil: formas de pretérito perfeito e imperfeito do indicativo. in. CASTILHO, A.T. & BASÍLIO, M. (orgs). Gramática do português falado. Vol IV- Estudos descritivos. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

CARDOSO, S.A.M. Tinha Nascentes razão? In. Estudos lingüísticos e literários. N.º 5. Salvador: EDUFBA. 1986. p.49-60.

_____. (org). Diversidade lingüística e ensino. Salvador: EDUFBA, 1996.

CARVALHO, R. de C. A concordância de número no sintagma nominal na fala urbana de Rio Branco. Dissertação de mestrado. Campinas-UNICAMP, 1997.

CASTILHO, A.T. de. O português do Brasil. in. ILARI, Rodolfo. Lingüística românica, São Paulo: Ática, 1992 (237-)

_____. A gramaticalização. In. Estudos lingüísticos e literários. N.º 19. Salvador: EDUFBA, 1997. p. 25-64.

_____. A língua falada no ensino do português. São Paulo: Contexto, 1998.

CASTILHO, A.T. & BASÍLIO, M. (orgs). (1996). Gramática do português falado. Vol IV- Estudos descritivos. Campinas: Editora da UNICAMP.

CEGALLA, D. P. Novíssima gramática da língua portuguesa. São Paulo: Nacional, 1977.

CHAMBERS, J.K. & TRUDGIL, P. (1980). Dialectology. 4.ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

CORRÊA, V. R. Oração relativa: o que se fala e o que se aprende no português do Brasil. Tese de Doutorado. UNICAMP, Campinas, 1998.

COUTINHO, I. de L. Gramática histórica. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1968.

COSERIU, E. Teoría del lenguaje y lingüística general -cinco estudios- 3.ed. Madrid: Gredos, 1973.

_____. El hombre y su lenguaje. Madrid: Gredos, 1977.

_____.(1921). Sincronia, diacronia e história. São Paulo: Editora da USP, 1979.

CRUZ, M. L. S. da. O falar de Odeleite. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1991.

CUNHA, C. F. Gramática da língua portuguesa. Rio de Janeiro: FENAME, 1972.

_____. Uma política do idioma. 3. ed. (atualizada). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

_____. Língua portuguesa e realidade brasileira. 5.ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

_____. Conservação e inovação no português do Brasil. in. O eixo e a roda, Belo Horizonte, 1986.

CYRINO, S. M. L. O objeto nulo no português do Brasil - um estudo sintático diacrônico. Tese de Doutorado. UNICAMP, Campinas, 1994.

DECAT, M. B. N. Construções de tópico em português: uma abordagem diacrônica à luz do encaixamento no sistema pronominal. In. TARALLO, F. Fotografias sociolingüísticas. São Paulo: Pontes, 1989.

DRUMMOND, M. F. I. Do falar cuiabano. Cuiabá: Grupo Gazeta, 1978.

DUARTE, M.E.L. Clítico acusativo, pronome lexical, e categoria vazia no português do Brasil. In. TARALLO, F. Fotografias sociolingüísticas. São Paulo: Pontes, 1989.

ELIA, S. Ensaios de filologia e lingüística. 2.ed. Rio de Janeiro: GRIFO/MEC, 1975.

FERREIRA, C. et al. Atlas lingüístico de Sergipe. Salvador: UFBA/ Instituto de Letras/Fundação Estadual de Cultura de Sergipe, 1987.

_____ et al. Diversidade do português do Brasil – estudos de dialectologia rural e outros. 2.ed. Salvador: EDUFBA, 1986.

FERREIRA, C. & CARDOSO, S.A.M. A dialetologia no Brasil. São Paulo: Contexto, 1994.

FREITAS, J. & ALBÁN, M.R. Nós ou a gente? In. Estudos lingüísticos e literários. n.º 05. Salvador: UFBA, 1986 (179-93)

HOUAISS, A. O português no Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, 1992.

- HUBER, J. Gramática do português antigo. Lisboa: Fundação Galouste Gulbenkian, 1933.
- HUDSON, R.A. Sociolinguistics. Cambridge: Cambridge University Press, 1980
- IKEDA, S. N. A função do pronome SE. Dissertação de mestrado. São Paulo, PUC, 1997.
- ILARI, R. et al. Os pronomes pessoais do português falado: roteiro para análise. In CASTILHO, A.T. & BASÍLIO, M. (orgs). Gramática do português falado. Vol IV- Estudos descritivos. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.
- LABOV, W. Sociolinguistic patterns. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.
- LEMLE, M. Heterogeneidade dialetal: um apelo à pesquisa. In Tempo Brasileiro, n.º 53/54, Rio de Janeiro, 1978.
- LIMA, J. L. Vila Bela de Santíssima Trindade: sua fala, seus cantos. Dissertação de Mestrado, Campinas- UNICAMP. 2000.
- LOBO, T. Variantes nacionais do português. O Foco – n.º 12- Lisboa, 1994.
- MATTOS E SILVA, R. V. O português arcaico – morfologia e sintaxe. São Paulo: Contexto, 1994.
- _____. Contradições no ensino de português. São Paulo: Contexto, 1997.
- _____. De fontes sócio-históricas para a história social da lingüística no Brasil. In: MATTOS E SILVA, R.V. (org). Para a história do português brasileiro. Vol. II. Tomo II. Primeiros estudos, 2001.
- MARROQUIM, M. A língua do Nordeste. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934.
- MELO, G. C. de. A língua do Brasil. Rio de Janeiro: Agir, 1946.
- MONTEIRO, J. L. Os pronomes pessoais no português brasileiro. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro, UFRJ, 1991.
- MORAIS, M. A. C. R. T. Do português clássico ao português europeu moderno: um estudo da cliticização e do movimento do verbo. Tese de Doutorado. Campinas/UNICAMP, 1995.
- MORALIS, E. G. Dialectos em contato – um estudo sobre atitudes lingüísticas. Dissertação de Mestrado, Campinas- UNICAMP. 2001.
- MOTA, J. & CARDOSO. S.A.M. in FERREIRA, C. et. al. Diversidade do português do Brasil – estudos de dialectologia rural e outros. 2.ed. Salvador: EDUFBA, 1986.
- NARO, A. & SCHERRE, M.M.P. sobre as origens do português popular escrito do Brasil. In. D.E.L.T.A, vol.09, n.º especial, 1993, (437-54).

- NASCENTES, A. Estudos filológicos. Rio de Janeiro: Pedidos à Civilização Brasileira, 1939.
- _____. O linguajar carioca. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1922.
- _____. O linguajar carioca. 2.ed. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1953.
- _____. O idioma nacional. 5. ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1965.
- NEVES, M.Helena de M. (org). Gramática do português falado. Vol VII- Novos Estudos. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999.
- _____. Gramática de usos do português. São Paulo: Editora da UNESP, 2000.
- NUNES, J. Direção da cliticização, objeto nulo e pronome tônico na posição de objeto em português brasileiro. In. ROBERTS, I. & KATO, M. Português brasileiro - uma viagem diacrônica. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993.
- OLIVEIRA, A.M. de. Alto Araguaia dos garimpos à soja. Cuiabá: Print Express, 1998.
- OLIVEIRA, M. A. Variável lingüística: Conceituação, problemas de descrição gramatical e implicações para a construção de uma teoria gramatical. In. D.E.L.T.A., Vol. 03, n.º 01, São Paulo: Editora da PUC, 1987.
- OMENA, N.P. Pronome pessoal de terceira pessoa. Dissertação de Mestrado. PUC, Rio de Janeiro, 1978.
- PAGEL, D. F. Contribuição para o estudo das vogais finais inacentuadas em português. In. Cadernos de Estudos Lingüísticos, Campinas (25), 1993 (85-99).
- PEZATTI, E.G. Estrutura argumental e fluxo de informação. In. KOCH, I.V.G. (Org.) Gramática do português falado. Vol.VI- Desenvolvimentos. Campinas – SP: Editora da UNICAMP/FAPESP, 1999.
- PONTES, E. Estrutura do verbo no português coloquial. Petrópolis, RJ: Vozes, 1972.
- _____. O tópico no português do Brasil. Campinas, SP: Pontes, 1987.
- RIBEIRO, J. A língua nacional – notas aproveitáveis. São Paulo: Monteiro Lobato & Cia, s/d.
- ROBERTS, I. & KATO, M. Português brasileiro - uma viagem diacrônica. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993.
- ROBERTS, P. Speech communities. In CLARK, Virginia P. ESCHHOLZ, Paul & ROSA, Alfred. F. (eds). Language – introductory readings. New York: St Martin's Press, 1994.
- SANTOS, I. P. Considerações sobre um atlas lingüístico da cidade de São Paulo. In. AGUILERA, V.A. (org.) Diversidade fonética no Brasil. Londrina: Editora da UEL, 1997.

SAUSSURE, F. Curso de lingüística geral. 20. ed. São Paulo: Cultrix, 1997.

SILVA NETO, S. da. Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil. 2.ed. (aumentada e revista pelo autor). Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1963.

SILVA, G. M. de O. Realização facultativa do artigo definido diante de possessivos e de patronímico. (121-45) In. SILVA, Giselle M. de O. e SCHERRE, M. Marta. P. (org.) Padrões sociolingüísticos – análise de fenômenos variáveis no português falado na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

SOUSA DA SILVEIRA, A.F. Lições de português. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1952.

TARALLO, F. A pesquisa sociolingüística. 5. ed. São Paulo: Ática, 1997.

_____. Fotografias sociolingüísticas. São Paulo: Pontes, 1989.

_____ & ALKMIM . Falares crioulos - línguas em contato. São Paulo: Ática, 1987.

TEIXEIRA. J. de Ap. O falar mineiro. Separata da Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, 1938

TEYSSIER, P. História da língua portuguesa. São Paulo: Pontes, 1997.

VEADO. R. M. de A. Comportamento lingüístico do dialeto rural-MG. Belo Horizonte: Editora da UFMG/PROED, 1982.

VI – ANEXOS

FICHA DE CATALOGAÇÃO DO INFORMANTE

Nome:
Idade:
Estado civil:
Naturalidade:
Veio para a região com:
Tempo fora da localidade:
Naturalidade dos pais: Pai:
Mãe:
Escolaridade:
Escolaridade dos pais: Pai:
Mãe:
Escolaridade do cônjuge:
Profissão:
Profissão dos pais: Pai:
Mãe:
Profissão do cônjuge:
Religião:
Religião dos pais: Pai:
Mãe:
Religião do cônjuge:
Pretende se reestabelecer na sua terra natal? () sim () não
Local da entrevista:
Duração da entrevista:
Observações sobre a entrevista:
Data da aplicação:

Roteiro das Entrevistas

- 1- Você gosta daqui? O que de bom, de bonito?
- 2- Quais as vantagens e as desvantagens que você vê em Alto Araguaia?
- 3- O que falta na cidade? (sobre saúde, diversão, educação etc)
- 4- O que você costuma fazer nos finais de semana? Que lugares você costuma frequentar? As festas mais tradicionais.
- 5- Quais são as comidas típicas daqui? Do que você gosta?
- 6- Você gosta de cozinhar? O que você faz melhor? - receitas- (somente para as mulheres)
- 7- Sobre a atuação do Brasil na Copa do Mundo - (somente para os homens)
- 8- Qual sua religião?
- 9- O que Deus significa para você?
- 10 - O que é pecado?
- 11- Você tem medo da morte? Qual sua opinião à respeito?
- 12- Você se lembra de alguma história que o povo mais antigo daqui conta?

